



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 118 –QUARTA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>		<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>Corregedores Substitutos Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p><i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95)</p> <p><i>Aguardando indicações pelas lideranças</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)</p> <p>Líder Tião Viana PT-AC</p> <p>Vice-Líderes Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB)</p> <p>Líder Efraim Morais PFL-PB</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Aloizio Mercadante PT-SP</p>	<p>Vice-Líderes João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 22</p> <p>Líder Renan Calheiros PMDB-AL</p> <p>Vice-Líderes Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PFL -18</p> <p>Líder José Agripino PFL-RN</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges</p>	<p>Rodolpho Tourinho José Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB – 10</p> <p>Líder Arthur Virgílio PSDB-AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan</p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 5</p> <p>Líder Jefferson Péres PDT-AM</p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder Mozarildo Cavalcanti PPS-RO</p> <p>Vice Líder Patrícia Saboya Gomes</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 407, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Sagrado Coração de Jesus do Bairro Santanense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 805, de 28 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Cultural Sagrado Coração de Jesus do Bairro Santanense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 5 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 408, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação de Assistência Comunitária e Ensino Profissionalizante de Sete Lagoas – FACOMSEL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 524, de 29 de agosto de 2001, que autoriza a Associação de Assistência Comunitária e Ensino Profissionalizante de Sete Lagoas – FACOMSEL a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 5 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 409, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Matiense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matias Barbosa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 527, de 29 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Matiense de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matias Barbosa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 5 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 410, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Glaucilândia – ACDG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Glaucilândia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 399, de 27 de julho de 2001, que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Glaucilândia – ACDG a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Glaucilândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 5 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 411, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Fundação Educativa João Paulo II de Pirassununga-SP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 668, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Fundação Educativa João Paulo II de Pirassununga-SP a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 5 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 412, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Farialemense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faria Lemos, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 796, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Farialemense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faria Lemos, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 5 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 90ª SESSÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE AGOSTO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 626, de 2003, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando voto de louvor à proposta do ex-Chanceler israelense Shimon Peres de internacionalização da parte antiga da cidade de Jerusalém, com vistas à cessação das hostilidades árabe-israelenses. 22165

Nº 627, de 2003, de autoria da Senadora ideli Salvatti, solicitando que seja convidado o Senhor Antônio Palocci Filho, Ministro de Estado da Fazenda, para prestar esclarecimentos sobre a necessidade ou não de um novo acordo da República Federativa do Brasil com o Fundo Monetário Internacional. 22166

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2003, de autoria do Senador Ney Suassuna, que acrescenta título, com três artigos, ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal –, e artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para disciplinar a realização de investigações policiais preparatórias, determinar o seu sigilo, bem como tipificar o crime de violação de sigilo policial. 22166

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos. 22167

1.2.3 – Ofício do Presidente do Conselho de Comunicação Social

Nº 60/2003, de 4 do corrente, comunicando o recebimento da renúncia do Senhor Carlos Roberto Berlinck ao mandato de Suplente de Re-

presentante das Empresas de Imprensa Escrita, em reunião realizada naquela data. 22169

1.2.4 – Mensagem do Presidente da República

Nº 155, de 2003 (nº 360/2003, na origem), de 31 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2003 (nº 1.152/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações, sancionado e transformado na Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003. 22170

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Recurso nº 20, de 2003, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2003 (nº 2.397/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Freqüência Brasileira de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Garopaba, Estado de Santa Catarina. (*Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao projeto*). 22170

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 55, de 2000; 9, de 2001; 528, 594, 595, 655, 666, 673, 678, 692, 697, 701, 709, 729, 742, 749, 756, 759, 769, de 2002; 14, 16, 20, 23, 39, 40, 50, 51, 52, 61, 63, 66, 71, 78, 80, 84, 88, 95, 99, 105, 107, 109, 111, 114, 117, 125, 127, 128, 130, 145, 146, 154, 161, 182, 183, 186, 195, 197, 213, 214, 216, 217, 222, 239, 242, 246, 253, 308, 318, 319, 326, de 2003, tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação. 22171

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR HERÁCLITO FORTES, como Líder – A gravidade da Crise nos municípios brasileiros. 22185

SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Críticas a falta de ação do governo Lula.	22186
SENADOR JOSÉ MARANHÃO, como Líder – Comemoração dos 418 anos de fundação de João Pessoa na Paraíba.	22189
SENADOR LUIZ OTÁVIO – Críticas à construção, pela Vale do Rio Doce, do pólo siderúrgico no Estado do Maranhão.	22190
SENADOR AELTON FREITAS, como Líder – Preocupação com a crise municipalista no estado de Minas Gerais.	22194
SENADORA HELOÍSA HELENA – Considerações sobre o incidente envolvendo S. Ex ^a no dia 1º de agosto de 2003, no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), em Brasília.	22195
SENADOR TIÃO VIANA, como Líder – Esclarecimentos sobre incidente no dia 1º de agosto de 2003, no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), em Brasília.	22199
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Defesa da participação dos prefeitos municipais na discussão envolvendo a reforma tributária e o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). .	22201
SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Reclamação pelo envio de documentação incompleta por parte da Caixa Econômica Federal em resposta a requerimento de S. Ex ^a	22202
SENADOR JONAS PINHEIRO – Apelo ao governo federal para sustentar o preço do milho no mercado interno, a fim de assegurar a lucratividade dos produtores.	22203
1.2.7 – Leitura de requerimentos	
Nº 628, de 2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando que sejam apresentadas condolências a família de Paulo Frateschi, Presidente do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, pelo falecimento de seu filho, Júlio Frateschi, ocorrido no dia 29 de julho.	22203
Nº 629, de 2003, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça, as informações que menciona.	22204
Nº 630, de 2003, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, as informações que menciona.	22204
1.2.8 – Ofícios	
Nº 323/2003, de 21 de julho último, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituições de membros na Comissão de Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nºs 124, de 2003.	22204
Nº 324/2003, de 21 de julho último, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista de Inquérito destinada a investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.	22205

Nºs 336 e 337/2003, de 5 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituições de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 125 e 126, de 2003, respectivamente.	22205
1.2.9 – Apreciação de matéria	
Requerimento nº 511, de 2003, da Senadora Ana Júlia Carepa, lido na sessão do dia 30 de junho último, que solicita a realização pelo Tribunal de Contas da União, de auditoria de natureza operacional no Banco Central e na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Apreciação adiada para o próximo dia 12 do corrente, nos termos do Requerimento nº 631, de 2003.	22205
1.3 – ORDEM DO DIA	
Item 1	
Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera dispositivos dos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal (cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento). Não houve oradores na terceira sessão de discussão, em primeiro turno.	22206
Item 2	
Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera a redação dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição Federal, dispondo sobre a competência do Congresso Nacional para apreciar os atos de outorga e renovação de concessão e permissão de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Retirada da pauta em caráter definitivo , nos termos do Requerimento nº 632, de 2003, após usarem da palavra na terceira sessão de discussão, em primeiro turno, o Sr. Hélio Costa e Osmar Dias. Ao Arquivo.	22206
Item 3	
Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001 (nº 2.973/2000, na Casa de origem), que dá nova redação à alínea e do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo e dá outras providências (disponibilidade de um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior nas áreas de prestação do serviço). Discussão adiada para reexame da Comissão de Educação, nos termos do Requerimento nº 633, de 2003.	22207
Item 4	
Requerimento nº 396, de 2003, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de	

distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura. Aprovado. O projeto vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.	22208	mento de Vera Lúcia Pagani Cardoso, Secretária Executiva do Município de Araguaína – TO, ocorrido em 5 do corrente.	22209
Item 5		Nº 636, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando Voto de Pesar pelo falecimento do cineasta e bombeiro Afonso Brazza, ocorrido no dia 29 de julho do corrente, em Brasília-DF.	22210
Requerimento nº 402, de 2003, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nºs 216, de 1999, e 271, de 2000, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. Aprovado. Os projetos vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação, de Assuntos Econômicos e, posteriormente, à de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.	22208	Nº 637, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, as informações que menciona.	22210
Item 6		Nº 638, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Educação, as informações que menciona.	22213
Requerimento nº 422, de 2003, da Senadora Heloísa Helena, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos. Aprovado. O projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos, retornando, posteriormente, à Comissão de Educação.	22208	Nº 639, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde, as informações que menciona.	22213
Item 7		1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia ...	
Requerimento nº 427, de 2003, do Senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 73, de 2002, e 21, de 2003, por regularem a mesma matéria. Aprovado. Os projetos vão às Comissões de Educação, de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.	22208	SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Diminuição no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).	22215
Item 8		SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR, como Líder – 101 anos da revolução acreana.	22216
Requerimento nº 428, de 2003, do Senador César Borges, solicitando a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2003, com as de nºs 77, de 1999; 22 e 28, de 2000, que já se encontram apensadas, por regularem a mesma matéria. Aprovado. Os projetos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	22209	SENADOR MAGUITO VILELA – Reassunção de seu mandato de Senador.	22217
Item 9		SENADOR TIÃO VIANA – Indaga à Mesa sobre o episódio do impedimento da participação de senadores em sessão secreta na CPI do Banestado.	22221
Requerimento nº 513, de 2003, da Senadora Fátima Cleide, solicitando, nos termos do art. 224 da Constituição, combinado com os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.389, de 1991, que o Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2003, seja submetido à apreciação do Conselho de Comunicação Social. Retirado da pauta, nos termos do Requerimento nº 634, de 2003, tendo usado da palavra a Sra. Fátima Cleide. O projeto será incluído em ordem do Dia oportunamente.	22209	SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Esclarecimentos, na qualidade de Presidente da CPI do Banestado, dos fatos narrados pelo Sr. Tião Viana.	22222
1.3.1 – Leitura de requerimentos		O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Reitera normas do regimento interno do Senado Federal sobre a participação de senadores em sessão de CPI.	22222
Nº 635, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo faleci-		SENADOR EFRAIM MORAIS, como Líder – Homenagem pelo transcurso dos 418 anos de emancipação da cidade de João Pessoa-PB. Relato da participação de S. Exa. em missão oficial do Senado Federal na Conferência Interparlamentar no México. Crise de energia elétrica no Brasil.	22223
		SENADORA IDELI SALVATTI – Crise financeira instalada nos municípios brasileiros que esta gerando protestos e paralisações nas prefeituras.	22226
		SENADOR AUGUSTO BOTELHO, como Líder – Comemoração, no dia de hoje, do Dia Nacional da Saúde.	22229

SENADOR NEY SUASSUNA – Aniversário de 418 anos da cidade de João Pessoa – Paraíba. .	22229	gues, publicado no Jornal do Brasil , edição de 18 de julho.	22246
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Considerações sobre pouso de um avião militar francês na Amazônia, para resgatar uma ex-senadora colombiana sem autorização do governo brasileiro.	22232	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Preocupação de S. Ex ^a com a condução pelo Partido dos Trabalhadores das políticas sociais e econômicas do País.	22247
1.3.3 – Ofícios		SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Dia nacional da saúde, instituído pelo Decreto nº 5.352, de 8 de novembro de 1967.....	22248
Nº 110/2003, de 5 do corrente, da Liderança do PT no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	22239	SENADOR AMIR LANDO – Comemoração hoje em todo o País, do dia nacional da saúde.....	22250
Nº 327/2003, de 23 de julho último, da Liderança do PMDB no Senado Federal de indicação de membro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Designação do Senador Siba Machado para compor, como suplente, a referida Comissão.....	22239	SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre a proposta do governo de reforma da Previdência Social em tramitação na Câmara dos Deputados.	22252
1.3.4 – Leitura de requerimentos		1.3.6 – Comunicação da Presidência	
Nº 640, de 2003, de autoria do Senador José Agripino Maia e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão solene destinada a homenagear o ex-Senador Dinarte Mariz, pelo transcurso dos cem anos de seu nascimento. Aprovado.....	22239	Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, dia 6, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	22264
Nº 641, de 2003, de autoria do Senador Leomar Quintanilha e outros Srs. Senadores, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2003. Aprovado	22239	1.4 – ENCERRAMENTO	
1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação		2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR	
SENADOR ROMERO JUCÁ – Análise do relatório publicado pela Agência Nacional do Petróleo sob título, “Perspectivas para o Desenvolvimento do Refino de petróleo do Brasil”.	22240	Do Senador José Jorge proferido na sessão não deliberativa do dia 8 de julho de 2003.	22265
SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Anúncio da chegada do programa “Fome Zero” ao Estado de Rondônia.	22241	3 – RETIFICAÇÕES	
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Comentários ao artigo intitulado “O cabo-de-guerra”, de autoria do professor Gaudêncio Torquato, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 4 do corrente mês.	22242	Diário do Senado Federal nº 109, de 24 de julho de 2003.	22267
SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Inserção, nos Anais do Senado, do editorial de hoje do jornal O Estado de S. Paulo , que analisa os desmandos do Ministro Miguel Rossetto, intitulado “SP recoloca a Lei no campo”.	22243	Ata da 88ª Sessão Não deliberativa, em 1º de agosto de 2003, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.....	22269
SENADOR LEONEL PAVAN – Inserção, nos Anais do Senado, das matérias intituladas “Lula apagou a Terceira Via, diz jornal” e “Amorim tenta explicar crítica de Lula aos EUA”, publicadas no jornal O Globo , edição de 16 de julho.....	22244	4 – ATAS DE COMISSÕES	
SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentários ao artigo “Populismo, incoerência e estelionato”, de autoria do jornalista Newton Rodri-		4ª e 5ª Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 2, de 2003-CN, realizada em 3 e 9 de junho de 2003, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, respectivamente.....	22270
		5ª, 6ª e 7ª Reuniões Ordinárias, da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizadas em 7 de maio; 11 e 18 de junho de 2002, respectivamente.	22274
		1ª, 2ª e 3ª Reuniões Ordinárias, da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizadas em 28 de maio; 5 e 26 de junho de 2003, respectivamente.	22278
		Termos de Reuniões de Instalação da Comissão Mista Especial, criada através do Requerimento nº 10, de 2003-CN, destinada a Fiscalizar em todo Território Nacional, a Posse, o Porte a Comercialização de Armas e Munições. (Republicação).....	22283
		5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		Ata circunstanciada da 5ª reunião, realizada em 2 de junho de 2003.....	22284
		6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
		Nºs 4.472 a 4.486, de 2003.	22285

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO
FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA
MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

13 – CONSELHO DA ORDEM DO
CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR
CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação
Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 90ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 5 de agosto de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim,
Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Papaléo Paes*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capi-beribe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otávio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Renildo Santana – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 77 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 626, DE 2003

Com fulcro no art. 222, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeira-se consideração de voto de louvor à proposta do ex-Chanceler israelense Shimon Peres de internacionalização da parte antiga da cidade de Jerusalém, com vistas à cessação das hostilidades árabe-israelenses.

Justificação

A solução definitiva para o impasse entre árabes e israelenses somente será possível com a reconsideração do **status** jurídico da cidade de Jerusalém, disputada por ambos os povos. Os diversos planos de paz pretéritos para o Oriente Médio incluíram o assunto na agenda de negociação, sem que se tenha chegado a solução de consenso. O plano de paz em curso, promovido pelas Nações Unidas, pelos Estados Unidos, pela União Européia e pela Rússia, países que integram o chamado “Quarteto Ministerial para o Oriente Médio”, intitulado “Estrada para Paz”, prevê o debate sobre o novo **status** de Jerusalém tão-somente na terceira fase de negociações, a ocorrer entre nos anos de 2004 e 2005.

O pleito em tela é antigo. Já em 1947, a comunidade internacional, por intermédio da Assembléia Geral das Nações Unidas, demonstrou sua preocupação com o **status** jurídico da cidade sagrada e sua influência no processo de paz, com a emissão da Resolução nº 181 (II), que determinava a colocação da cidade sob a tutela da ONU, com base no artigo XII de sua carta constitutiva, o que passou a ser chamado a “internacionalização” de Jerusalém.

Com a Resolução nº 303, a Assembléia Geral reafirmou essa intenção, solicitando ao Conselho de Tutela que complementasse o Estatuto de Jerusalém e proce-

desse imediatamente ao seu cumprimento. Em 4 de abril de 1950, o Conselho de Tutela aprovou Estatuto, mas logo chegou à conclusão de que nenhum dos dois Estados estaria disposto a implementar o projeto, já que Israel já tinha transferido seus escritórios ministeriais para Jerusalém e tinha proclamado a cidade sua capital. Desde então, nenhuma medida efetiva foi tomada pelas Nações Unidas para pôr em vigor a Resolução nº 181.

Eis que na segunda quinzena do mês de julho deste ano, o ex-Chanceler, ex-Primeiro Ministro, sucessor do líder israelense Ytzahk Rabin, assassinado devido ao seu compromisso e sua atitude moderada a favor da paz, e Prêmio Nobel da Paz de 1994, Shimon Peres, propôs a divisão da parte moderna de Jerusalém entre árabes e israelenses e a internacionalização da parte antiga da cidade, a qual seria colocada sob a administração da ONU. Resgata, com isso, antiga idéia, nascida nas Nações Unidas, que muito contribuirá para o estabelecimento definitivo da paz na região. A proposta, partida de um líder político de Israel, torna-se ainda mais significativa, haja vista que as resistências à internacionalização de Jerusalém têm origem, sobretudo, israelense, em razão do fato de que a cidade foi, por mais de 3.300 anos, a capital dos judeus. Peres demonstra, com essa atitude, o forte valor de um líder comprometido com a solução imediata de um conflito secular que tem vitimado seu povo e exaurido seus recursos emocionais.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003. – Senador **Hélio Costa**.

(À Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 627 DE 2003

Requeiro, nos termos do Inciso 1º do Art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor ANTÔNIO PALOCCI FILHO, Ministro de Estado da Fazenda, para prestar esclarecimentos sobre a necessidade ou não de um novo acordo da República Federativa do Brasil com o Fundo Monetário Internacional e caso confirme-se a imprescindibilidade, quais as perspectivas de negociação de cláusulas que possam garantir volumes maiores de recursos para investimentos.

Sala das Sessões 5 de agosto de 2003. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O requerimento que acaba de ser lido faz menção a um convite. Entretanto, é fundamentado nos dispositivos regimentais referentes a convocação. Isso posto, a matéria será publicada e incluída em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, II, “c”, item IX, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2003

Acrescenta título, com três artigos, ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal –, e artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para disciplinar a realização de investigações policiais preparatórias, determinar o seu sigilo, bem como tipificar o crime de violação de sigilo policial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal –, passa a vigorar acrescido dos seguintes título e artigos:

Título II-A – Das Investigações Preparatórias

Art. 23-A. A autoridade policial poderá, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, realizar atividades de investigação preparatórias à instauração do inquérito policial.

Art. 23-B. Não pode haver indiciamento ou prisão de indiciado exclusivamente com base nas investigações preparatórias.

Art. 23-C. As investigações preparatórias são sigilosas, delas podendo tomar conhecimento somente os policiais nelas envolvidos, membros do Ministério Público e o juiz competente para autorizar as medidas necessárias a sua realização.

Parágrafo único. A autoridade policial, mediante autorização do juiz, poderá prestar informações incorretas e falsas sobre a realização e o andamento de investigações preparatórias, sempre que essas informações possam facilitar as investigações.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Violação de sigilo policial

Art. 343-A. Divulgar indevidamente informações sobre investigações policiais preparatórias ou inquéritos policiais:

Pena – detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Se o agente pretende dificultar ou impedir o andamento das atividades policiais:

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O combate ao crime organizado frequentemente exige um trabalho demorado e paciente dos órgãos policiais, que gradualmente devem coletar evidências e preparar o caminho para os futuros inquéritos policiais e ações penais. Contudo, o Código de Processo Penal disciplina apenas o inquérito policial propriamente dito, fazendo-se necessário dispor também sobre as investigações preparatórias à sua instauração.

Por outro lado, é notório que a divulgação precipitada de informações sobre essas investigações pode em muito prejudicá-las, freqüentemente esvaziando-as de qualquer eficácia. Assim, é mister também incluir no Código Penal, no capítulo atinente aos crimes contra a administração da justiça, dispositivo criminalizando essa divulgação, com especial severidade quando haja o objetivo de dificultar as investigações.

Em face dessas observações, conto com o assentimento de meus pares para a aprovação deste projeto, que consideramos útil e necessário à plena realização da justiça.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003. – **Ney Suassuna.**

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SUBSECRETARIA DE ATA*

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 OUTUBRO DE 1941 (*)

Código de Processo Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

Art. 23. Ao fazer a remessa dos autos do inquérito ao juiz competente, a autoridade policial oficiara ao Instituto de Identificação e Estatística, ou repartição congênere, mencionando o juízo a que tiverem sido

distribuídos, e os dados relativos à infração penal e à pessoa do indiciado.

• Vide Decreto-Lei nº 3.992, de 10 de dezembro de 1941, sobre estatísticas criminais.

• Vide arts. 40 e 41 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 sobre ação penal nos crimes de imprensa.

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (*)

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

Art. 343. Dar, oferecer, ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, tradução ou interpretação, ainda que a oferta ou promessa não seja aceita:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, aplica-se a pena em dobro.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania – Decisão Terminativa)*

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 73-A. Manter informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

Pena – Detenção, de um a seis meses, ou multa.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Código de Defesa do Consumidor dispõe, em seu art. 43, sobre as condições para a criação e a manutenção de bancos dados e cadastros de consumidores.

O referido dispositivo determina que os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão (§ 1º) e que a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele (§ 2º).

O consumidor tem o direito de acesso às informações e dados pessoais de consumo arquivados sobre ele (**caput**), assegurando-se-lhe, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, o direito de exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas (§ 3º).

O CDC também determina que os cadastros e dados de consumidores não poderão conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos (§ 1º).

Tendo em vista a repercussão negativa da inclusão do nome do consumidor nesses cadastros e bancos de dados, com sérias implicações no acesso ao crédito, o legislador – além de estabelecer, como já se mencionou, as condições para sua criação e manutenção – criminalizou algumas condutas relacionadas a essa atividade.

Assim, o art. 72 do CDC dispõe que é crime, sujeito à pena de detenção de seis meses a um ano ou multa, impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros, enquanto que o art. 73 determina que deixar de corrigir imediatamente informação sobre consumidor constante de cadastro, banco de dados, fichas ou registros que sabe ou deveria saber ser inexata é crime, sujeito à pena de detenção de um a seis meses ou multa.

Entendemos que a manutenção de informações negativas sobre o consumidor em cadastros e bancos de dados por período superior a cinco anos é tão condenável como as condutas criminalizadas pelo CDC, motivo pelo qual estamos propondo sua inclusão no rol das infrações penais previstas nesse diploma legal.

Essa medida certamente contribuirá para que os responsáveis por cadastros e bancos de dados de consumidores, especialmente os serviços de proteção ao crédito, tomem as precauções necessárias para assegurar que estejam conforme a legislação, o que resultará em benefício ao consumidor, muitas vezes prejudicado pelo fornecimento de informações indevidas a seu respeito.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do projeto.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003. – Senador **Valmir Amaral**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Código de Defesa do Consumidor

Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.

§ 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

§ 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

§ 3º O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

§ 4º Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.

§ 5º Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

Art 72. Impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros:

Pena – Detenção de seis meses a um ano ou multa.

Art 73. Deixar de corrigir imediatamente informação sobre consumidor constante de cadastro, banco de dados, fichas ou registros que sabe ou deveria saber ser inexata:

Pena – Detenção de um a seis meses ou multa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão Terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício do Presidente do Conselho de Comunicação Social que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

OF.CCS Nº 60/2003

Brasília, 4 de agosto de 2003

Exmº Sr.
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Comunico, nos termos do artigo 8º do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, que em sua 6ª Reunião, realizada nesta data, o Conselho recebeu a comunicação de renúncia do Senhor Carlos Roberto Berlinck ao mandato de Suplente de Representante das Empresas de Imprensa Escrita.

Respeitosamente. – Conselheiro **José Paulo Cavalcanti Filho**, Presidente

Associação Nacional de Editores de Revistas

FUNDADA EM 1986

FILIADA A FIPP - FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE LA PRESSE PÉRIODIQUE

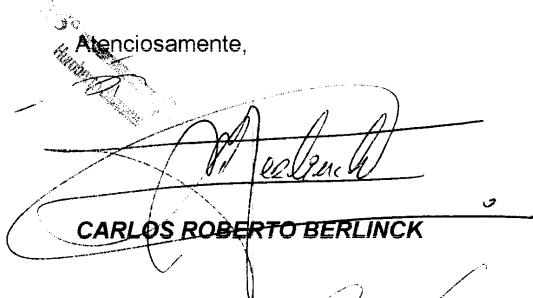
São Paulo, 16 de julho de 2003

Ilmo Sr. José Paulo Cavalcanti Filho
D.D. Presidente do Conselho de Comunicação Social
A/C da Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal
Ref.: Comunicação de Renúncia

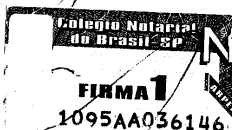
Prezado Sr. José Paulo

Como Ex-Presidente da ANER – Associação Nacional de Editores de Revistas, venho comunicar ao Conselho de Comunicação Social de acordo com o capítulo 3, artigo 08 do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social minha renúncia ao cargo de Suplente do representante de empresas da imprensa escrita.

Atenciosamente,


CARLOS ROBERTO BERLINCK

RECONHECO, por semelhança 001 firma(s) de:
CARLOS ROBERTO BERLINCK
SÃO PAULO, 22/07/2003, EM TESTEMUNHO DA VERDADE.
JOSEAS LOPES LIMA-FRANCISCO COLETO-CARLOS E.CELESTINO-WAGNER V.DA SILVA
AILTON N.DA SILVA(ESCREVENTES) Custas: R\$000002,07 - - - - CARINBO:623741



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos.) – O expediente lido vai à publicação e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem do Senhor Presidente da República que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lida a seguinte

Mensagem nº 155, de 2003 (nº 360/2003, na origem), de 31 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2003 (nº 1.152/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações, sancionado e transformado na Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 20, de 2003**, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o **Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2003** (nº 2.397/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. para explorar servi-*

ço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Garopaba, Estado de Santa Catarina.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, “c”, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido

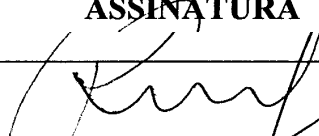
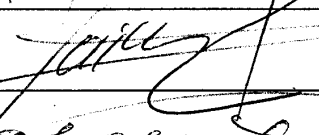
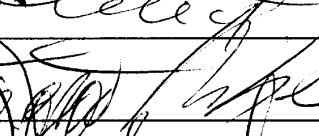
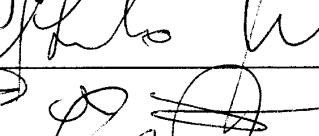
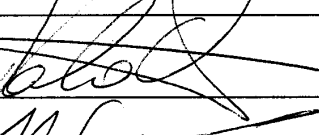
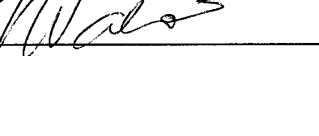


RECURSO Nº 20, DE 2003

Requeremos, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2003, que “Aprova o ato que outorga concessão à Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Garopaba, Estado de Santa Catarina”, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2003 – Senador **Leonel Pavan**, PSDB/SC

Requerimento, de autoria do Senador Leonel Pavan, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 247/2003, que “Aprova o ato que outorga concessão à Frequência Brasileira de” Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Garopaba, SC, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

Em 1º de agosto de 2003.

NOME DO SENADOR	ASSINATURA
SEN. ROMERO JUCA	
SEN. PAULO A. PAVAN	
SEN. GARIBALDI ALVES	
SEN. JOÃO RIBEIRO	
SEN. GILBERTO MESTRINHO	
SEN. EDUARDO S. CAMPOS	
SEN. PAULO OCTAVIO	
SEN. ANTONIO C. VALADARES	

‘O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2000** (nº 92/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Emissora Sarandiense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2001** (nº 521/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Matogrossense Rádio Educadora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Colíder, Estado de Mato Grosso;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 528, de 2002** (nº 1.670/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Colares (Rádio Comunitária Rosário FM Stereo) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colares, Estado do Pará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 594, de 2002** (nº 1.587/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ipê a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipê, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 595, de 2002** (nº 1.636/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Loyola de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 655, de 2002** (nº 1.758/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fida – Fundação Iguatu para o Desenvolvimento e Assistência Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguatu, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 666, de 2002** (nº 1.902/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos de Santa Rita a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita, Estado do Maranhão;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 673, de 2002** (nº 1.785/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radio-

difusão Comunitária Montes Claros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 678, de 2002** (nº 1.791/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas – SC – ACCRT, Bairros Joáia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 692, de 2002** (nº 1.824/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de São Pedro da União (Acaspu) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 697, de 2002** (nº 1.829/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária do Bairro de Lages a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 701, de 2002** (nº 1.849/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Libermann FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiabeira, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 709, de 2002** (nº 1.864/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Araripe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araripe, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 729, de 2002** (nº 1.927/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Esportiva e Turística de Igaratá – Acetá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaratá, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 742, de 2002** (nº 1.815/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Portuense de Rádio e TV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 749, de 2002** (nº 2.109/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Esportiva e Cultural dos Amigos de São Vicente de Férrer – MA a executar serviço de radiodifusão co-

munitária na cidade de São Vicente de Férrer, Estado do Maranhão;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 756, de 2002** (nº 1.744/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Cidade de Itajubá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 759, de 2002** (nº 1.841/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Uberlândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 769, de 2002** (nº 2.112/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Sintonia Cultural para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2003** (nº 1.978/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa de Comunicações de Pedreira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Amparo, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2003** (nº 2.005/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Educativa Serro Azul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2003** (nº 2.052/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Vale do Aço Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2003** (nº 1.280/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Instituto de Ensino Profissionalizante Santo Antônio da Cachoeira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracaia, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2003** (nº 1.885/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Melgassense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2003** (nº 1.886/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Academia Cultural de Santa Helena – Acult-STH/PR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2003** (nº 1.936/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Varginhense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2003** (nº 1.937/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Comunicação de Nova Granada-SP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Granada, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2003** (nº 1.938/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente – Centenário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabatinga, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2003** (nº 1.976/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Martinho Prado Júnior a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2003** (nº 1.981/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Brasilândia de Minas – ASBCBRAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasilândia de Minas, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2003** (nº 1.918/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Família de Viradouro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viradouro, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2003** (nº 1.994/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro Social, Educacional e Cultural da Zona Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2003** (nº 2.027/2002, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Glória do Goitá, Estado de Pernambuco;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2003** (nº 2.036/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipuina, para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipuina, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2003** (nº 2.040/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Rio Casca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abre Campo, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2003** (nº 2.047/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Asvip – Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gotardo, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2003** (nº 2.049/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Tropical FM de Vera – MT (ACRT / FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera, Estado de Mato Grosso;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2003** (nº 2.062/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Alvorada a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2003** (nº 2.090/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Futura FM Minas Cidade de Monte Santo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2003** (nº 2.102/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária FM Rio Neves de São Raimundo das Mangabeiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Raimundo das Mangabeiras, Estado do Maranhão;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2003** (nº 2.104/2002, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró Campus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2003** (nº 2.106/2002, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Feitoria FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2003** (nº 2.110/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Abemce – Associação do Bem Estar do Menor de Chaval-CE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chaval, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2003** (nº 2.117/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação das Mulheres Mamonenses – AMM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2003** (nº 2.133/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos da Zona Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2003** (nº 2.137/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos de Cabo Verde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2003** (nº 2.142/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Caraguatatuba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 2003** (nº 2.145/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição – Rádio Millenium a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pereiras, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2003** (nº 1.962/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio FM de Pimenta Bueno a executar servi-

ção de radiodifusão comunitária na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2003** (nº 1.985/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Joanopolense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joanópolis, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2003** (nº 2.215/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dianópolis, Estado de Tocantins;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2003** (nº 2.105/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural, Educativa e Artística de Brumadinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brumadinho, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2003** (nº 2.222/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Primavera FM de Guariba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guariba, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2003** (nº 2.223/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à KMR – Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaí, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2003** (nº 1.970/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Agreste de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2003** (nº 2.300/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Stênio Congro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2003** (nº 2.506/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vingt Rosado para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2003** (nº 2.301/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Calmerinda Lanzillotti para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília (Ceilândia), Distrito Federal;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2003** (nº 2.405/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional e Cultural de Colorado para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Colorado, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2003** (nº 2.383/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Amazônia Viva para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2003** (nº 1.745/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidadã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2003** (nº 1.738/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RB – Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2003** (nº 2.358/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Padre Ezequiel Ramim para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2003** (nº 1.708/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Nassau – Editora, Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2003** (nº 2.224/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM da Barra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Barra Velha, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2003** (nº 2.403/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação

de Radiodifusão Educativa Nossa Senhora Milagrosa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2003** (nº 1.736/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Studio G Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaraguá, Estado de Goiás;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2003** (nº 2.406/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cruz de Malta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2003** (nº 869/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nagib Haickel para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Luís, Estado do Maranhão;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2003** (nº 2.277/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mirai FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mirai, Estado de Minas Gerais.*

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os textos finais

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 528, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Colares (Rádio Comunitária Rosário FM Stereo) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colares Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 101, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Colares (Rádio Comunitária Rosário FM Stereo) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de ra-

diodifusão comunitária, na cidade de Colares, Estado do Para.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de junho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Duciomar Costa**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 594, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ipê a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipê Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 204, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ipê a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ipê, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de junho de 2003. – **Hélio Costa**, Vice-Presidente – **Osmar Dias**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 595, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Loyola de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 332, de 25 de junho de 2001, que autoriza a Associação Loyola de Radiodifusão Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Hélio Costa**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 655, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a FIDA – Fundação Iguatu para o Desenvolvimento e Assistência Social, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguatu, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 304, de 16 de maio de 2001, que autoriza a FIDA – Fundação Iguatu para o Desenvolvimento e Assistência Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Iguatu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente, Senador **Reginaldo Duarte**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 666, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos de Santa Rita a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 803, de 28 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação dos Amigos de Santa Rita a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Santa Rita, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente, Senador **Edison Lobão**, Relator (ad hoc)

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO
SENADO Nº 673, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Mon-

tes Claros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 475, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Montes Claros a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente, Senador **Hélio Costa**, Relator

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 678, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas – SC – ACCRT, Bairros Joáia, XV de Novembro, Centro Areias e Praça a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 848, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão de Tijucas – SC – ACCRT, Bairros Joáia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, a cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de junho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Leonel Pavan**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 692, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de São Pedro da União (ACASPU) a executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade São Pedro da União, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 713, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de São Pedro da União (ACASPU) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Helio Costa**, Relator.

TEXTO FINAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 697, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária do Bairro de Lages a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 746, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária do Bairro de Lages a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de junho de 2003. – **Osmar dias**, Presidente – **Leomar Quintanilha**, Relator.

TEXTO FINAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 701, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Libermann FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiabeira, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 341, de 28 de junho de 2001, que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Libermann FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Goiabeira. Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 08 de julho de 2003 – **Osmar Dias**, Presidente – **Hélio Costa**, Relator.

TEXTO FINAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 709, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Araripe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araripe, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 552, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação De Desenvolvimento Comunitário de Araripe a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Araripe, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 8 de julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Reginaldo Duarte**, Relator.

TEXTO FINAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 729, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Esportiva e Turística de Igaratá – A.C.E.T.I. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaratá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 20, de 8 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Cultural, Esportiva e Turística de Igaratá – A.C.E.T.I. a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Igaratá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 26 de junho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Leomar Quintanilha**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 742, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitaria Cultural Portuense de Radio e TV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 601, de 24 de outubro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Cultural Portuense de Rádio e TV a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Hélio Costa**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 749, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Esportiva e Cultural dos Amigos de São Vicente de Férrer – MA, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente de Férrer, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 543, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Esportiva e Cultural dos Amigos de São Vicente de Férrer – MA, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São Vicente de Férrer, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator, *ad hoc*.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 23, DE 2003

Aprova o ato que autoriza o Instituto de Ensino Profissionalizante Santo Antônio da Cachoeira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracaia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 709, de 14 de novembro de 2000, que autoriza o Instituto de Ensino Profissionalizante Santo Antônio da Cachoeira a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Piracaia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Demóstenes Torres**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 39, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Melgassense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 655, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Cultural Melgassense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Jonas Pinheiro**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 40, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Academia Cultural de Santa Helena – ACULT-STH/PR a executar serviço de ra-

diodifusão comunitária na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 673, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Academia Cultural de Santa Helena – ACULT-STH/PR, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Íris de Araújo**, Relatora (ad hoc).

TEXTO FINAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 50, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Varginhense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 503, de 24 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Varginhense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator.

TEXTO FINAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 51, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Comunicação de Nova Granada – SP, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Granada, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 548, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária da Comunicação de Nova Granada – SP, a executar, pelo prazo de dez anos,

sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Nova Granada, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Íris de Araújo**, Relatora.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 52, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente – Centenário, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabatinga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 550, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente – Centenário a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Tabatinga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Jonas Pinheiro**, Relator.

TEXTO FINAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 63, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Brasilândia de Minas – ASBCBRAS, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasilândia de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 111, de 6 de março de 2001, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Brasilândia de Minas – ASBCBRAS, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Brasilândia de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 66, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Família de Viradouro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viradouro, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 765, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Família de Viradouro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Viradouro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de Julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente. – Relator, **Jonas Pinheiro**.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 71, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza o Centro Social, Educacional e Cultural da Zona Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 784, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza o Centro Social, Educacional e Cultural da Zona Norte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de Julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente. – Relator, **Hélio Costa**.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 78, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Glória do Goitá, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 477, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Glória do Goitá, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de Julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente. – **José Jorge**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 80, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipuina, para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipuina, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 554, de 13 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipuina, para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ipuina, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de Julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente. – **Aelton Freitas**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 88, DE 2003**

Aprova ato que autoriza a ASVIP – Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gotardo, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 467, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a ASVIP – Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula a executar, pelo

prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São Gotardo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de junho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente. – **Aelton Freitas**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 95, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação comunitária Rádio Tropical FM de Vera-MT (ACRT/FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 520, de 29 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Rádio Tropical FM de Vera-MT (ACRT/FM) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Vera, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de junho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente. – Relator, **Jonas Pinheiro**.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 99, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Alvorada a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 721, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Alvorada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Jonas Pinheiro**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 107, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária FM Rio Neves de São Raimundo das Mangabeiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Raimundo das Mangabeiras, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 110, de 6 de março de 2001, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária FM Rio Neves de São Raimundo das Mangabeiras a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São Raimundo das Mangabeiras, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Edison Lobão**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 109, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró Campus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxias do Sul Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 302, de 16 de maio de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Pró Campus a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Hélio Costa**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 111, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Feitoria FM a

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 474, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Feitoria FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Duciomar Costa**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 114, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ABEMCE – Associação do Bem Estar do Menor de Chaval – CE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chaval, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 569, de 24 de setembro de 2001, que autoriza a ABEMCE – Associação do Bem Estar do Menor De Chaval–CE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Chaval, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Reginaldo Duarte**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 117, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação das Mulheres Mamonenses – AMM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 677, de 14 de novembro de 2001, que autoriza

a Associação das Mulheres Mamonenses – AMM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 125, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Zona Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 96, de 29 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação dos Amigos da Zona Norte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Garibaldi Alves Filho**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 127, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos de Cabo Verde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 83, de 29 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação dos Amigos de Cabo Verde a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 128, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação comunitária Caraguatatuba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 106, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Caraguatatuba a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Eurípedes Camargo**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 130, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição – Rádio Millenium a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pereiras, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 26, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição – Rádio Millenium a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pereiras, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Eurípedes Camargo**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 145, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio FM de Pimenta Bueno a executar serviço de radiodifusão

na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 86, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Rádio FM de Pimenta Bueno a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de junho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Valdir Raupp**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 146, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Joanopolense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joanópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 684, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Joanopolense, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Joanópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 08 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Juvêncio da Fonseca**, Relator (ad hoc).

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 154, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dianópolis, Estado de Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 222, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão

a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Dianópolis, Estado de Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 08 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **João Ribeiro**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 161, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão cultural, Educativa e Artística de Brumadinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 472, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural, Educativa e Artística de Brumadinho a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 08 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Aelton Freitas**, Relator.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, como Líder da Minoria, peço a minha inscrição no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª fica inscrito.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª fica inscrita em primeiro lugar.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Fica V. Exª inscrita como segunda oradora para uma comunicação inadiável.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª fica inscrito para uma comunicação inadiável nos termos do Regimento Interno.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, no caso de ausência de uma Senadora ou de um Senador inscritos, que são as Senadoras Heloísa Helena e Lúcia Vânia e o Senador Jonas Pinheiro, eu gostaria de ser o próximo a falar no período das comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª, que foi eleito com uma grande votação em Santa Catarina, nesta situação é o primeiro suplente.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Digo ao Senador que, no meu lugar, hoje é impossível.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PL no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Vamos intercalar com os oradores inscritos.

O Senador José Maranhão pediu a palavra, pela ordem, para fazer sua inscrição.

Fica V. Exª inscrito para o uso do horário da Liderança do PMDB.

A Mesa fará isso intercaladamente com os oradores inscritos. O direito de V. Exª está assegurado no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Heráclito Fortes, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, alínea “a”, do Regimento Interno, pela Liderança da Minoria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tempo é curto para que discutamos assunto de tamanha gravidade, mas importa aqui, acima de tudo, fazermos um alerta ao Senado, que precisa se posicionar diante de um problema cuja gravidade vem-se aprofundando: a crise nos Municípios brasileiros. Hoje mesmo, centenas de prefeituras estão fechando as portas num gesto de protesto pela queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, mas também num pedido de socorro para que algo seja feito a fim de reverter a situação de penúria em que se encontram. Hoje e nos próximos dias, centenas de Prefeitos estarão em Brasília e esperam de nós uma solução.

Não defendo a decisão extrema de muitos deles de fecharem as portas dos Executivos municipais e suspenderem o funcionamento de repartições e os serviços à população. Como os membros do Poder Judiciário, são eles também parte de um Poder e não podem simplesmente cruzar os braços. Mas não posso ignorar suas dificuldades, como também não posso deixar de dar razão a boa parte de suas reivindicações.

A queda nos repasses constitucionais do FPM vem se acentuando nos últimos três meses, em decorrência, sobretudo, da redução na atividade econômica do País. A exacerbação da política de arrocho está atingindo de forma cruel cerca de 70% dos mais de 5.500 Municípios brasileiros, que têm no FPM a sua principal fonte de recursos.

Em comparação com o primeiro semestre do ano passado, as prefeituras receberam, neste ano, R\$2,4 bilhões a menos. Em alguns Estados, as prefeituras estão recebendo quase a metade do que recebiam no ano passado, o que significa um percentual muito superior à queda verificada na arrecadação dos impostos que constituem o Fundo, notadamente o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados.

Há dúvidas inclusive sobre a correção dos cálculos efetuados para o repasse do FPM aos Municípios, da mesma forma com que os prefeitos vêm também questionando a defasagem nos recursos relativos à merenda escolar e ao Fundef. Os Prefeitos sabem que, com relação ao FPM, os valores realmente variam e costumam cair de maio a agosto, mas o que

está acontecendo de fato é a redução da participação dos Municípios no bolo tributário. Na década de 80, os Municípios chegaram a receber 23% desse bolo; hoje recebem 13% da arrecadação nacional.

A mobilização dos prefeitos atinge todo o País. Nas duas últimas semanas, vimos nos jornais e na televisão o drama por que passam as populações desses Municípios. No meu Estado, o Piauí, que é um Estado pobre, a situação não poderia ser diferente e é até talvez mais grave.

Segundo me informa o presidente da Associação Piauiense de Municípios, José Maia Filho, a intenção dos Prefeitos não é a de fechar as sedes dos executivos municipais. No entanto, ele lembra que, além da capital, em apenas outras cinco cidades a arrecadação de impostos como o ISS tem peso. A esmagadora maioria não tem receita própria e depende dos repasses do Estado e da União.

O Piauí, Sr. Presidente, não custa repetir, é um Estado pobre, e recebe cerca de 60% do que a Bahia, por exemplo, recebe do FPM. Como sabemos, o FPM é formado por 22,5% da receita líquida arrecadada pela União com o Imposto de Renda e o IPI, e os valores transferidos às prefeituras são proporcionais à população, ou seja, sem arrecadação própria suficiente, os menores municípios são os mais afetados.

Na verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que os prefeitos desejam é ter voz nas discussões sobre a reforma tributária. Afinal, todas as ações se dão nos Municípios, é justo que os seus gestores participem deste debate. Se erramos no passado, seja ao permitirmos a criação desenfreada de novos municípios, muitos deles sem condições de se auto-sustentarem, seja ao transferirmos para eles novas obrigações e serviços sem a devida contrapartida de recursos, o momento para rever essa situação é agora. O Senado tem uma responsabilidade muito grande e não pode se omitir.

Os Prefeitos defendem, por exemplo, que todos os impostos – incluindo aí contribuições como a CPMF e a Cide – façam parte da base de cálculo do FPM. Se esta é a melhor solução, não nos cabe dizer neste momento. Mas o Governo Federal, que já demonstrou ter ciência das dificuldades dos Municípios, tendo, inclusive, recebido entidades que congregam os Prefeitos, tem que mostrar mais sensibilidade para o problema e apresentar suas propostas. Desde, é claro, que não recaiam sobre a classe média, como a sugestão aventada de adiar o pagamento da restituição do Imposto de Renda.

O meu Partido, o PFL, não quer mais impostos, pelo contrário, quer que a reforma represente uma

menor carga tributária. Mas quer também que ela seja mais bem dividida, pois mais da metade do que o Governo arrecada não é dividido entre os entes federativos. E, por isso, decidiu convocar uma mobilização nacional dos Prefeitos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho tido, ao longo da minha trajetória política, um forte vínculo com os interesses municipalistas. Não poderia, portanto, me omitir num momento como este em que demissões estão sendo anunciadas e serviços estão sendo paralisados, atingindo as populações mais necessitadas.

Faço, desta tribuna, apelo ao Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, para que alguma solução emergencial seja dada ao problema, e aos meus colegas, para que aprofundemos esta discussão para chegarmos o mais próximo possível de uma solução consensual, que não deixe de atender aos justos reclamos dos Municípios brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Demóstenes Torres, a Mesa chama a atenção do Plenário para o estrito cumprimento do prazo regimental, que será muito importante, já que hoje temos a inscrição de vários Líderes, temos as comunicações inadiáveis, e também os oradores regularmente inscritos.

Portanto, o cumprimento do prazo regimental será bastante importante para que todos, Líderes e oradores, tenham oportunidade de se manifestar e não haja prejuízo para ninguém.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “o que era novo, jovem, hoje é antigo e precisamos todos rejuvenescer” (Belchior).

Os primeiros sete meses do Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, surpreenderam o Brasil. Imaginava-se um período de dificuldade, principalmente porque o cenário econômico era nada alvissareiro em razão das desconfianças internas e externas com o estilo petista de gerenciar o País.

Era natural que o Presidente solicitasse paciência, e o generoso povo brasileiro deu mais que uma chance para que a máquina administrativa encontras-

se o caminho da governabilidade. O tempo não é ainda capaz de afiançar frustração geral, mas há certeza de que a via traçada até agora não leva a lugar nenhum. Um Presidente deve criar esperanças, e esse papel Lula desempenha muito bem, mas precisa se lembrar de que elas têm prazo de validade e são resgatadas em taxas mensuráveis de eficiência do Estado.

O primeiro semestre foi pobre em ação e pródigo de um falatório confuso, às vezes vulgar, reconhecidamente estabulado e impróprio ao ocupante do Palácio do Planalto. Se há algo que o Presidente Lula conseguiu imprimir no Brasil foi a criação de um espaço livre do dizer, onde prospera a mediocridade da “síndrome de Ofélia”, ou seja, só fala quando tem certeza. São manifestações regadas de dubiedade, destituídas de conteúdo e prontas a causar imensa insegurança institucional.

Nestes sete meses, o Brasil foi regido pela expressão do lugar-comum. Reflexo do baile: a conduta ambivalente do Presidente Lula, somada aos conflitos públicos entre os Ministros e a predominância de uma casta sindical de baixa qualidade funcional no segundo e terceiro escalões provocou a inação da máquina administrativa. A pan-ortodoxia da política monetária jogou o Brasil em recessão. São 583 mil desempregados a mais desde janeiro, o que coroa a incoerência de um Governo que, irresponsavelmente, prometeu gerar dez milhões de postos de trabalho em quatro anos. A falta de uma proposta de reforma agrária consistente eleva a temperatura no campo. A política externa está sendo regida por um antiamericanismo pueril. E a grande bandeira do PT, o social, ainda é um porto por achar. O Fome Zero, programa nitidamente clientelista, distribuiu, de acordo com números do Ministério da Segurança Alimentar, até maio, pouco mais de sessenta mil cestas básicas para assentamentos de sem-terra, fruto de doações voluntárias da sociedade. Em relação ao cartão-alimentação, destinado a unificar os Programas Bolsa-Alimentação e Bolsa-Escola, até agora estão recebendo o benefício apenas 39.051 famílias. Uma falácia numérica, mas sobejamente apoiada em uma fantástica campanha publicitária, que nos faz crer que belas mentiras possuem algum componente bastante nutritivo. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti –, uma das mais brilhantes iniciativas de inclusão social do Governo, simplesmente parou.

O mais saliente no período, entretanto, é mesmo a indisfarçável intenção de se estabelecer no País uma “lulacracia”. Trata-se de um movimento em direção ao populismo e de nítido caráter demagógico. É como disse o Presidente em Londres: “O problema do

Brasil é meu e eu tenho de resolver”. Não é sem razão que o Presidente transformou-se em um centro produtor de discórdia no ambiente intelectual do País, onde notadamente predomina o pensamento de esquerda. Um grupo de professores da Universidade de São Paulo elaborou documento no qual diz que a proposta previdenciária do Governo “tende a destruir as condições materiais e morais das universidades públicas”. Já o historiador José Murilo de Carvalho, doutor em Ciência Política pela Universidade de Stanford (EUA), avaliou que Lula estimula a cisão e que a “exacerbação populista pode ter um custo alto para a governabilidade”.

Apesar do imenso e grandioso capital político legado pelas urnas, o Governo revelou extrema pusilanimidade e desvirtuou o projeto de reforma da Previdência na primeira pressão corporativa. Durante todo o processo legislativo da matéria, foram várias idas e vindas, com a finalidade temerária de diminuir o papel do Congresso Nacional. Como pretende a unanimidade, acredita que pode transformar o Senado e a Câmara dos Deputados em instâncias homologatórias da política dos Governadores e das insípidas formulações do Conselho de Desenvolvimento Nacional.

Há algo de obscuro nesse jogo de compensações que o Planalto faz com os Estados. Entre uma conta e outra sobre as reformas da Previdência e tributária, o Senhor Presidente faz reforma de curto prazo, de olho muito mais na consecução de um projeto de poder de 8 anos do que efetivamente em criar as condições fiscais para o desenvolvimento sustentado do Brasil. De acordo com dados do Ministério da Previdência, daqui a onze anos será preciso fazer uma outra reforma previdenciária. Ora, estamos perdendo a oportunidade de realizar um trabalho definitivo para fazer remendos, uma vez que o Governo foi braveiro antes da hora, fraquejou no primeiro embate e depois fez um acordo sem um futuro à vista.

É interessante notar que o emprego do rolo compressor do Poder Executivo sobre o Legislativo foi potencializado, repetindo-se a conduta de Governos anteriores, exaustivamente criticada pelo PT de ontem. O grupo que gerencia o poder no Brasil imagina que o Congresso Nacional tem função subsidiária na condução das reformas. Mas advirto que o Senado não vai aceitar papel de segunda categoria. Conforme salientei nesta tribuna, a função legiferante é também expressão da soberania nacional dentro do sistema de tripartição dos Poderes desenhado por Montesquieu e consagrado no Estado Democrático de Direito que a Carta de 1988 acolheu.

O Brasil, em diversos momentos da História, assistiu a um filme de final infeliz todas as vezes que o protagonista tentou curvar a coluna dorsal do Poder Legislativo. Acredito que o tempo ainda reservará ao Governo Lula humildade e sabedoria suficientes para entender que as soluções precisam ser negociadas e não fruto da imposição, ainda que motivada pela arregimentação demagógica das massas desorganizadas ou emanada de suposta predestinação divina que o primeiro- mandatário imagina encarnar.

Cristão que sou, rogo em preces todos os dias para que o Governo Lula encontre o prumo e não conduza o Brasil à argentinização do ex-Presidente Fernando de la Rúa, nem às “chavetadas” do aspirante a caudilho que administra a Venezuela. Vale salientar que, em ambos os casos, o impasse institucional foi provocado por uma crise política conduzida por espasmos de demagogia.

Profundo observador da história e da prática política do Partido dos Trabalhadores, o Dr. Denis Rosenfeld definiu que os primeiros meses do Governo Lula possui uma espécie de vício redibitório: “O PT vive da demagogia (...). Na campanha não explicou que era socialdemocrata. Não disse que iria reformar, em vez de revolucionar. Deveria ter feito uma proposta de mudança viável, de ações concretas. Lula, ao contrário, prometeu mundos e fundos, e esses primeiros seis meses mostram que dificilmente conseguirá cumprir todas as promessas (...). Em vez de melhorar o que existia, o PT resolveu reinventar a roda. Deu nisso”.

A conduta ensaiada pelo Executivo no trato com o Congresso Nacional pretende ser uma versão mais totalizada da exímia disciplina com que trata a dissidência do Partido dos Trabalhadores. Ao impor a lei da mordaga aos chamados radicais, o modelo de governo que se implantou no País almeja silêncio mais profundo, tanto que realizou uma das maiores campanhas de cooptação partidária das últimas legislaturas, e há deliberada vontade de desmoralizar o Poder Judiciário.

O Presidente Lula pessoalmente provocou a instituição, o Poder Judiciário, ao referir-se, sem motivação, a certa “caixa-preta”. Já o Presidente do PT, José Genoíno, declarou que a Justiça estaria concedendo liminares de reintegração de posse com o propósito de chantagear o Governo em nome dos privilégios da Magistratura. O Judiciário não é uma casta insuscetível de críticas, mas não se podem aceitar intimidações ao exercício da jurisdição.

O quadro fica um pouco mais delicado, quando, no auge do conflito agrário dos últimos meses, o Procurador-Geral da República, Cláudio Lemos Fonteles,

garantiu que a Constituição autoriza o esbulho possessório. Encarregado de zelar pela qualidade da aplicação da lei, o Chefe do Ministério Público Federal foi irresponsável, pois criou margem à formação da jurisprudência das ruas. O Procurador Geraldo Brindeiro, muitas vezes chamado de engavetador-geral, teve a oportunidade de se desmistificar, mas o seu sucessor tem muita possibilidade de criar a "Procuradoria-Geral da Desobediência Civil".

Sr^{as} e Srs. Senadores, observem como está sendo explosiva a composição dos conflitos agrários no País. Nestes sete meses, foram acumuladas 117 invasões contra 102 em todo o ano passado. No Rio Grande do Sul, no Paraná e em São Paulo, proprietários rurais e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra estão prontos para o enfrentamento militar, enquanto o Governo continua enviando menções, sem que haja providência concreta, e já existe a preocupação de que a anarquia geral prejudique o desempenho da próxima safra. Por conta do "badernaço", as expectativas externas de investimentos estão sendo revertidas negativamente, e há entre os setores produtivos, intelectuais, sindicais, artísticos e políticos nítido desapontamento com o Presidente, conforme apurou enquête realizada pelo jornal **Folha de S. Paulo** do último domingo.

O Distrito Federal, Anápolis, em Goiás, Campos do Jordão, em São Paulo, e outras muitas dezenas de Municípios brasileiros, onde não há terra improdutiva, estão sitiados por acampamentos, em clima de máxima tensão. Não quero crer, mas parece que a provocação é institucionalizada, e há algo de deliberado para que haja a conflagração. A crise no campo tem de ser exasperada, quando um Presidente da República fala em reforma agrária como dádiva revolucionária, o Ministro se deixa fotografar no acampamento Che Guevara e o Procurador-Geral da República propõe hermenêutica maoísta ao ler a Constituição.

Sr. Presidente, se em relação à reforma agrária o Governo Lula tem até fixação patológica, embora não saiba o que fazer, conforme reconhece o próprio coordenador do movimento, João Pedro Stédile, quando o assunto é segurança pública, há exercício de solução simulada para o talvez mais grave problema brasileiro. Não é verdadeiro o argumento de que o endurecimento com o narcotráfico e a criminalidade seja um vilipêndio aos direitos humanos. A questão não é de proselitismo acadêmico, mas de operação.

Sr^{as} e Srs. Senadores, podem acreditar: a teoria da felicidade de horóscopo do Direito Penal Mínimo, esposada pelo Governo Lula, é a prevalência do **lobby** da advocacia criminal degenerada. Se essa

idéia é a dona da razão, bandido da periculosidade de Fernandinho Beira-Mar deveria ser considerado um idealista. Como muito bem salientou o Senador Tasso Jereissati, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ainda não percebeu que o crime organizado promove guerra civil nas grandes cidades do País. O Governo Lula, sete meses após a posse, ainda não apresentou um projeto de segurança pública à Nação. Nesse aspecto, acredito que o Senado tem uma posição vanguardista e deveria assumir a responsabilidade de formular a proposta de reforma da tranquilidade pública.

Na "lulacracia", o Presidente governa o País em solenidades e anuncia crescimento econômico espetacular, porque acordou otimista. Num dia, promete alfabetizar 20 milhões em quatro anos; em outro, crê que o Brasil vai superar a indústria do turismo da França e da Espanha, porque tem um plano fantástico. Em tom desafiador, vai fazer reforma agrária com qualidade e dá biscoito na boca dos líderes dos sem-terra. Depois, acredita que a inflação está debelada e que os juros vão baixar sistematicamente. Lula fala demais e está queimando seu capital político.

Após sete meses de governo, já era hora de colher padrão administrativo, mas há algo de inercial no estilo Lula de gerenciar o País. Na Conferência de Davos, o Presidente recomendou ao mundo o Programa Fome Zero, enquanto o Ministério da Segurança Alimentar, até agora, não conseguiu definir quem tem fome. No âmbito do Ministério da Educação, ocorre algo semelhante. O Ministro Cristovam Buarque tem idéias fantásticas para reabilitar o setor, mas não consegue sair da retórica por falta absoluta de prioridade financeira do Governo.

Observem que a política social do Governo é uma inominável falácia. A pretendida unificação dos programas desenvolvidos na administração Fernando Henrique Cardoso, como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, o Cartão-Alimentação, o Vale-Gás, o Peti e o Agente Jovem, não inclui praticamente nenhum beneficiário a mais e trata-se apenas de mais uma alteração formal, ou seja, a troca de nomenclatura de uma iniciativa de êxito.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Com muito prazer, concedo-lhe o aparte.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Demóstenes Torres, gostaria de me solidarizar com V. Ex^a em seu discurso – e com a Senadora Heloísa Helena –, exatamente pela forma objetiva como apresenta as de-

ficiências que também vemos na operação do Governo. Realmente, é um Governo que promete muito. Acompanho mais de perto o setor da educação e, talvez, nunca tenha visto tanta promessa como agora. Na realidade, com sete meses de Governo, praticamente, não há nenhuma realização. Por exemplo, o aumento do valor do Fundef – sobre o qual há um projeto tramitando na Câmara – era uma promessa antiga do Partido, e não houve iniciativa alguma: o valor continua o mesmo do ano passado. Parabenizo V. Ex^a pelo que diz com correção e objetividade. Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito obrigado, Senador José Jorge, pelo valioso aparte.

Lembro que, até hoje, não se conseguiu definir o que seja “pobre” para fins de distribuição dos benefícios do Programa Fome Zero.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Demóstenes Torres, a análise que V. Ex^a faz nos deixa a todos preocupados. Nós, do PMDB, temos por obrigação partidária apoiar o Governo e o estamos fazemos. No entanto, encontramos-nos um tanto quanto tontos em algumas definições e situações. Por exemplo, quem de nós, no Senado, teve informações das mudanças ocorridas para a votação que vai realizar-se hoje? Não há um porta-voz para nos dizer o que está acontecendo; no entanto, em seguida, esse assunto virá a esta Casa. Queremos que o Governo dê certo, mas estamos muito preocupados com algumas ações que não estão claras ou, pior que isso, estamos preocupados com a pouca informação de que, nós Senadores, dispomos. Solidarizo-me parcialmente com o discurso de V. Ex^a quando digo que a situação nos preocupa. Apoiamos o Governo, mas o fazemos um tanto preocupados com essa pouca clareza de algumas situações que não estão definidas como gostaríamos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Senador Ney Suassuna, agradeço-lhe por sua intervenção e concordo com V. Ex^a. O Congresso Nacional e principalmente o Senado Federal estão se transformando em órgãos homologadores. Há um verdadeiro rolo compressor, e a democracia se faz, claro, no contradição.

O Presidente vale-se da sua imensa popularidade e consegue adiar as providências com gestos po-

pulistas e frases de significado algum, que vêm mais para confundir do que para explicar. Do que se pôde inferir dos tempos de lulocracia, é que há projeto aparente de redenção das massas e real consolidação e glória de uma neo-elite no Brasil.

Sr. Presidente, tendo em vista os embaraços e descaminhos do Governo Lula e a premente necessidade de devolver ao País a ordem institucional e o crescimento econômico, gostaria de sugerir, sem demagogia e sem segundas intenções, aos integrantes do meu Partido, o PFL, e ao Partido da Social Democracia Brasileira, além de outros partidos com muita experiência no Poder, como o PMDB, que formemos uma espécie de conselho parlamentar de alto nível para auxiliar o Brasil a reencontrar-se com a governabilidade. Está absolutamente fora de questão a ocupação de cargos ou qualquer exercício de fisiologismo. O único propósito é o de colaborar para o soerguimento do moral do povo brasileiro, que precisa de visibilidade de futuro neste momento de desencanto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Dentro do critério de intercalar os Líderes inscritos com os oradores, concedo a palavra para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, ao nobre Líder Aelton Freitas, que falará pelo Partido Liberal. S. Ex^a dispõe de até cinco minutos. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão, pela Liderança do PMDB, por cinco minutos. Em seguida, falará o nobre Senador Luiz Otávio e daremos sequência com a inscrição dos demais líderes.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, cinco de agosto, a Paraíba completa 418 anos de fundação. Na mesa data, em 1585, os portugueses, em união com os índios Tabajaras, conseguiram, depois de quatro expedições fracassadas anteriormente, fundar a cidade de Nossa Senhora das Neves. Que depois se chamou Felipéia de Nossa Senhora das Neves, Frederica, Parahyba do Norte e, finalmente, João Pessoa. Nome que guarda até hoje e que homenageia uma das figuras mais emblemáticas da Revolução de 1930, o sempre saudoso Presidente João Pessoa.

A data, que tem um significado histórico que ultrapassa os limites nordestinos, foi de fundamental importância para a consolidação do domínio português no Brasil. Nascida cidade – sendo a terceira mais antiga do País – João Pessoa ainda guarda, especialmente em seu sítio histórico e ao longo do rio

Sanhahuá, paisagens semelhantes às aquelas encontradas pelos colonizadores.

Durante o nosso governo, demos início a um trabalho extremamente importante de preservação desse sítio histórico, em parceria ora com o governo espanhol, ora com o BID e o Banco do Nordeste, através do Prodetur.

O que mais impressiona em João Pessoa é sua vocação turística. Aliás, o Estado inteiro aponta para essa perspectiva econômica. E, por isso mesmo, tivemos a preocupação de investir, como nunca se fez antes, em infra-estrutura turística para o Estado. Construímos a PB-008, através do Prodetur, ligando João Pessoa ao extremo Litoral Norte, até os limites com o Estado do Rio Grande do Norte e, para o Lado Sul, até os limites com o Estado de Pernambuco.

Construímos a estrada que leva à Igreja da Guia, no município de Lucena, visando desenvolver o turismo religioso em todo o interior do Estado da Paraíba. Construímos, além da duplicação da BR-230, entre João Pessoa e Campina Grande, mais cerca de mil quilômetros, interligando os municípios de interesse turístico com a capital do Estado.

Implantamos o **ferry-boat**, dando nova vida ao Litoral Norte do Estado.

Através de um plano de desenvolvimento turístico, o Amanhecer, que é uma verdadeira bússola para o turismo paraibano, elaborado por uma equipe internacional e por técnicos do Estado e da Região Nordeste, procuramos interligar todos os Municípios de interesse na área turística.

Além disso, implantamos dois grandes santuários, verdadeiros complexos turísticos, que abrigam todo o fluxo de peregrinos que se deslocam para os Municípios de Solanha e de Arara todos os anos e que ali são recebidos numa infra-estrutura que realmente dá condições de pleno desenvolvimento à atividade turística.

Procuramos, nessa mesma visão de interiorizar o desenvolvimento do turismo, ampliar o Parque dos Dinossauros, na cidade de Souza, o parque das inscrições de Itaquatiara e Pedra do Letreiro, em outros Municípios do Estado da Paraíba. Tudo isso porque acreditamos no turismo da Paraíba e de João Pessoa.

Assim, a Paraíba, hoje, está em festa. Esses 418 anos de fundação do Estado alegam o seu povo, um povo pacífico e ordeiro, com justificada fama de hospitaleiro. O que pode explicar as estatísticas turísticas locais, que dão conta de uma verdadeira mania de cordialidade, que faz com que os visitantes que um

dia conhecem a Paraíba nunca deixem de voltar ao Estado.

E é neste dia feliz para o Estado que o jornal **Correio da Paraíba** comemora também cinquenta anos de sua fundação.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de, neste momento em que homenageamos nosso Estado, registrar os nossos parabéns aos empresários que conduzem o jornal **Correio da Paraíba** e fazem dele, segundo os indicadores do IVC, um jornal que tem 70% dos leitores de todo o Estado da Paraíba.

Aproveitando este momento, quero daqui parabenizar o empresário Roberto Cavalcanti e Beatriz Ribeiro, assim como o executivo Alexandre Jubert e a jornalista Lena Guimarães, que respondem pela direção do jornal.

Era esta a comunicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio, do PMDB do Estado do Pará.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Vale do Rio Doce, na semana passada, anunciou a decisão da construção do Pólo Siderúrgico no Estado do Maranhão.

Estudo apresentado por uma empresa contratada pela Vale do Rio Doce demonstrou que a diferença entre a construção do pólo siderúrgico, ou seja, a verticalização do minério de ferro, a produção de placas de minério de ferro transformadas em aço, seria e será mais viável no Estado do Maranhão do que próximo à Serra dos Carajás, em Paraopebas, em Marabá ou até mesmo em Barcarena, onde temos o Porto da Vila do Conde.

Além disso, a Vale do Rio Doce, antes do anúncio, antes de dar o tombo no Estado do Pará, resolveu também dar um coice: ajuizou processo judicial contra **O Liberal**, jornal de renome nacional, de um grupo de empresários, herdeiros de Romulo Maiorana. Na verdade, não conhece a coragem, a tenacidade, a garra e a vontade de estar sempre ao lado do povo do Pará.

A Vale do Rio Doce, por intermédio do seu Presidente, Sr. Roger Agnelli, tentou calar o Estado do Pará, cerceando o direito de imprensa e fazendo com que o povo do Pará fosse humilhado pela decisão tomada por esta companhia transnacional. Esta megapresa resolveu também calar o órgão de imprensa que é um símbolo para o Pará e que representa tudo

aquilo que o Pará tem de vontade, de determinação e de coragem.

Portanto, leio hoje o editorial do jornal **O Liberal**, de domingo, que tem como título **Sempre a Verdade!**, ao Sr. Roger Agnelli, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce:

Não chega a se constituir uma surpresa, para **O Liberal**, estar sendo processado por sua empresa. O jornal já adiantara, na semana passada, a disposição da CVRD nesse sentido. Surpreendentes, isto sim, são os argumentos expostos em ação que será apreciada pela Justiça do Pará.

Este não é o espaço apropriado para se discutir o conceito jurídico de difamação, delito que a empresa presidida pelo senhor invoca ao demandar judicialmente contra o jornal. Este assunto será discutido, de forma pertinente, nos fóruns apropriados.

Mas este é o espaço, sim, para que se reafirme um princípio básico, elementar e determinante da existência de qualquer veículo de comunicação que tenha compromisso com uma realidade na qual não se limita a ser espectador, mas participe: não se pode brigar com os fatos e muito menos escondê-los da opinião pública.

Desde o primeiro momento em que começou a adotar, especificamente em relação à Vale, uma linha editorial em defesa dos interesses do Pará, **O Liberal** jamais se desviou sequer um milímetro do princípio mencionado. Suas páginas expuseram fatos, dados, relatos de situações e circunstâncias amparados na necessária objetividade, para permitir que seus leitores dispusessem de elementos suficientes para formarem um juízo sobre a empresa e sua atuação no Estado.

Fez mais o jornal. Não apenas se permitiu exercer o legítimo direito de emitir opiniões – seja por meio de editoriais, seja por colunas editorializadas –, como franqueou espaços para que vozes abalizadas dos mais diversos segmentos da sociedade paraense se manifestassem sobre questões envolvendo a Vale e o Estado.

Então, Sr. Agnelli, por que se agasta a Vale? Porque suas pretensões e suas ações, agora mais do que nunca, têm sido colidentes e conflitantes com os anseios dos

paraenses. Nesse contexto, seria impossível – como continua a sê-lo –, tomar o partido do Pará sem expor a CVRD a críticas e contradições, sem confrontá-la com aspectos relevantes de sua própria missão empresarial e, mais do que isso, questioná-la sobre suas responsabilidades institucionais em relação ao Pará e seu povo.

Mais do que ninguém, o senhor sabe que a Vale do Rio Doce é uma potência. Seu faturamento é astronômico. Seus interesses estratégicos se processam em escala mundial. Sua logística comporta números impressionantes. Racionalmente, não teria sentido imaginar que uma empresa desse porte e dessas dimensões viesse um dia se sentir incomodada por um jornal de região como a Amazônia, por muitos olhada ainda como terra de ninguém, mas ao mesmo tempo cortejada como terra da promessa, de riquezas inesgotáveis.

Se a Vale decide processar o jornal pelas verdades que tem proclamado e pelas opiniões críticas que tem externado, é porque a credibilidade de **O Liberal**, sua enorme e incontestável audiência perante a população do Estado e sua histórica tradição de defender os interesses do Pará tornaram-se elementos catalisadores, aglutinadores das frustrações, das desesperanças e das decepções dos paraenses em relação à CVRD.

A Vale, como demonstram seus balanços, é uma empresa que fatura bilhões, provenientes da exploração de riquezas retiradas em sua maior parte de território paraense. Mesmo assim, faz investimentos inexpressivos na área social e que não têm reflexos na economia do Estado. Ao invés de se preocupar em investir no Pará, em benefício da população, a CVRD quer tirar dinheiro de uma empresa como **O Liberal**, que trabalha pelo Estado, gerando empregos e defendendo o que é nosso. Por isso é que o jornal tem recebido a solidariedade de todo o povo paraense, espoliado pela CVRD. Estou certo, Sr. Agnelli, que a própria Vale está surpresa com o apoio de todos os segmentos da sociedade paraense a este jornal.

A ação judicial movida por sua empresa contra **O Liberal** é reveladora de um estilo de gestão ditatorial. Talvez por isso a

Assembléia Legislativa esteja por apreciar proposição que o torna **persona non grata** ao Estado. Seu estilo em tudo é diferente do adotado pela administração anterior da Vale, que tinha como presidente um embaixador que se fez destacar pela elegância no trato pessoal, pela capacidade de diálogo, sensibilidade e consciência do papel social que cabe a uma empresa do porte da CVRD. Enfim, um diplomata, na verdadeira acepção do termo.

Não são apenas as classes produtoras, a classe política e personalidades de notório destaque na sociedade paraense que se frustraram com a Vale. O mesmo acontece com o cidadão comum, que mais do que ninguém anseia por usufruir de um padrão de bem-estar compatível com as riquezas inestimáveis que o Pará abriga.

Por isso, Sr. Agnelli, dou-lhe a conhecer uma confissão e uma promessa que ora faço a todos os paraenses. A confissão: é dignificante para **O Liberal** confirmar-se como o porta-voz das mais legítimas aspirações do Pará. A promessa: o jornal não se afastará jamais da postura de exercer o sagrado direito à liberdade de informar, divergir, orientar e ser um canal de expressão da verdade.

Porque a verdade é que vale. Sempre!

Romulo Maiorana Júnior, Presidente das Organizações Romulo Maiorana, do Grupo Liberal.

Faço questão, Sr. Presidente, de deixar aqui a íntegra do editorial do jornal **O Liberal**, à direção e, em especial, ao Presidente da Vale, Sr. Roger Agnelli.

O Governador do Estado, Dr. Simão Jatene, depois de receber os estudos da nova localização do pólo siderúrgico que será instalado no vizinho Estado do Pará, no Maranhão, verificou que existem diferenças de recursos e que o investimento é menor; houve uma redução de cerca de 10% no total de 1,5 bilhão de dólares que será investido na verticalização do minério de ferro. Esses cerca de 10% tornam a implantação do projeto no Estado do Maranhão mais vantajosa financeiramente.

O Governador do Pará, depois de reunir-se com a Bancada federal e estadual, com os prefeitos, vereadores, a classe produtora, os empresários e os trabalhadores do meu Estado, decidiu apresentar uma agenda positiva, chamada Agenda Pará. Nela, o Go-

verno do Pará exige a verticalização do cobre, que hoje é objeto de um projeto no sul do Pará, em Canaã dos Carajás, também explorado pela Vale do Rio Doce; exige a verticalização também do alumínio em Barcarena, cidade próxima a Belém, onde temos a Albrás e a Alunorte, empresas que transformam a bauxita em alumina e posteriormente em alumínio e o exportam bruto. O alumínio é exportado também sem a verticalização, sem a transformação em bens duráveis para a geração de emprego e renda. Além dessas exigências, constam da agenda referências à capacidade de investimento e à conclusão das eclusas de Tucuruí; a verticalização dos minérios, inclusive do níquel; o reflorestamento de duzentos mil hectares de terras que foram degradadas e a construção de quarenta mil casas. A Agenda Pará está sendo entregue hoje, em Brasília, pelo secretário especial, Dr. Sérgio Leão.

O Governador do Pará deu um prazo de dez dias para que a Vale do Rio Doce se pronuncie. Se não o fizer, suspenderemos o diferimento – e aí quero ver a conta da Vale e das empresas que trabalharam para ela para viabilizar o projeto da verticalização do minério de ferro. Vamos taxar, primeiramente, o transporte – vai ser enviado o minério de ferro pela ferrovia Carajás, da Serra dos Carajás até o Maranhão. Além de suspendermos o diferimento, vamos criar barreiras, principalmente ambientais e ecológicas.

Teremos a oportunidade de provar, além da necessidade, a viabilidade do projeto. Ficará evidente a tentativa ditatorial de suspender qualquer tipo de relacionamento com a sociedade paraense, de calar a imprensa do Pará, principalmente quando se der amplo conhecimento de uma ação absurda de indenização como essa, que causa espécie até pela forma como foi conduzida. Teremos a oportunidade de dialogar com aqueles que querem trazer o desenvolvimento, gerar empregos, que precisam obter resultados. A exemplo da competência mostrada nos seus relacionamentos internacionais, na sua tecnologia, eles também precisam ser competentes no trato da coisa pública, principalmente no atendimento social e no investimento da verticalização minerária no Estado.

Não basta o Pará ser apenas fornecedor de matéria-prima. Temos um exemplo a não ser seguido no Estado do Amapá, vizinho do Pará, onde, por cinquenta anos, foi explorado o manganês: restou na região um buraco, a área social não foi atendida, só

existem os desempregados da empresa Icome e outros e outros problemas advindos da exploração do manganês.

Não adianta dizer que a reserva mineral de Carajás pode ser explorada por mais de quatrocentos anos. Temos que viabilizar agora as necessidades do governo e do povo do Pará; não podemos deixar para fazê-lo somente no final da sua exploração. A classe política, empresarial, trabalhadora e o povo do Pará estão atentos, de olho vivo nas decisões e nas definições da Companhia Vale do Rio Doce, que tem hoje mais de 70% dos seus negócios no Estado do Pará.

Ninguém está levantando a questão da segurança pública, da assistência social, da assistência médica, não se leva em consideração que as áreas ribeirinhas em torno do projeto são bancadas e financiadas pelo Estado do Pará. Quero ver como lidará a Vale com a pressão de trabalhadores sem terra, índios e garimpeiros sem a segurança pública do Estado do Pará. E isso não é ameaça: é que agora ela é uma empresa privada, tem os mesmos direitos de qualquer empresa privada. Não há por que ela ter segurança prestada pelo Estado dentro das suas instalações, nem para atender suas demandas com os seus litigantes, com os seus vizinhos. Ao contrário, tem que ter, como todas as empresas têm, a sua segurança própria, patrimonial, particular. Apenas em caso de conflitos é que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros devem intervir.

Agora mesmo, Sr. Presidente, houve um incêndio nas proximidades de Carajás. Quem vai apagar o incêndio? É o bombeiro. Recursos do Estado, técnicas do Estado, pessoal adestrado pelo Estado. Por mais que tenha sua pequena estrutura para essa área, a empresa não consegue atender à demanda de toda a área. Então é importante que isso fique claro.

Além de me solidarizar, além de me integrar ao símbolo do Pará, à bandeira do Pará contra essa ação ditatorial dirigida aos órgãos de imprensa, em especial ao jornal **O Liberal**, associo-me também ao Governador Simão Jatene e à classe empresarial, política e trabalhadora de todo o meu Estado.

Antes de encerrar, concedo aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Ouvi o discurso de V. Ex^a e fiquei aqui pensando o que levaria

uma empresa privada – que sabe que, se fizer a fábrica próxima à jazida, economiza em transporte – a deslocar investimentos para outra área tão distante. Fiquei tentando entender. No mínimo, deve estar havendo uma guerra fiscal entre os Estados que querem atrair outros investimentos; não há outra justificativa. Quanto mais perto estiver da jazida, mais lucratividade apresentará. Daí a minha indagação: está havendo alguma modificação nas regras a ponto de a regra máxima de que não usar transporte significa economia não ser levada em conta?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – No estudo técnico que a Companhia Vale do Rio Doce apresentou, Senador Ney Suassuna, argumenta-se com a proximidade do porto de Itaqui, que fica no Estado do Maranhão, na capital São Luís. Segundo o argumento, o escoamento da produção é facilitado, principalmente a exportação para países como a China, para onde o Brasil exportará através da Vale do Rio Doce em grandes quantidades. A proximidade do porto torna viável o empreendimento, tendo em vista que a jazida de ferro fica no Estado do Pará, em Carajás, e existe uma ferrovia, a chamada Ferrovia dos Carajás, que atende a todo o sul do Pará – de Paraopebas, que é o município-sede de Carajás, passando por Marabá e chegando até Itaqui, no Maranhão.

Essa questão também é discutível, porque todo e qualquer argumento feito com relação ao porto tem a contrapartida não só dos impostos, como V. Ex^a muito bem coloca, como também da capacidade de energia – a energia é gerada no Pará, na Hidrelétrica de Tucuruí. Existe a questão de impostos, existe a questão fiscal. O Pará inclusive tem uma questão muito séria e grave com a Companhia Vale do Rio Doce, que também tem isenção de Imposto de Renda, um artifício que ela usa, como todas as empresas da Amazônia usam, para obter incentivo fiscal por meio do Imposto de Renda. Ocorre que essa isenção é exclusivamente para empresas que atuam na Amazônia.

Quando a Companhia Vale do Rio Doce foi beneficiada com esse incentivo, no documento que concedeu a isenção, ficou bem claro que ela verticalizaria a produção minerária do Pará. Isto é, para ser atendida, ou melhor, para que lhe fosse concedido o incentivo, ela teria que verticalizar a produção, o que não fez até hoje com nada, nem com o alumínio, do qual é a maior exportadora do

mundo; nem com o cobre, que está sendo instalado; e, agora, com o ferro.

Por isso, a nossa guerra e a nossa luta. Tenho certeza de que o Poder Judiciário do Pará, mais uma vez, fará justiça ao nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência prorroga a Hora do Expediente por mais 15 minutos, para que possamos ouvir as comunicações inadiáveis, o Líder Aelton Freitas e, logo em seguida, o Líder Hélio Costa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, depois do brilhante discurso do Senador Luiz Otávio, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável depois da Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Pelo Regimento, V. Ex^a tem o direito de inscrição assegurado para falar como Líder, e o fará logo após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, que dispõe de cinco minutos.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero manifestar, neste pronunciamento, assim como o fez o Senador Heráclito Fortes, minha profunda preocupação com o futuro dos pequenos e médios Municípios brasileiros, citando, a título de exemplo, as situações enfrentadas por cidades da minha querida Minas Gerais, Estado com o maior número de Municípios do País.

Mais de 100 prefeituras do Estado estão com as portas fechadas, com exceção dos serviços emergenciais, na tentativa de sensibilizar o Governo e o Congresso Nacional para a fragilidade de suas finanças, que lhes vem impondo sérias restrições. É evidente que a atual crise é fruto da criação, muitas vezes desordenada, de novas cidades na última década. Entretanto, independente de culpas e de origens, a verdade para o momento é que

a classe política nacional em conjunto terá que encontrar soluções de viabilidade.

Vários dos prefeitos mineiros se fazem presentes hoje, na Capital Federal, em reunião da Confederação Nacional dos Municípios, em prol, a meu ver, de uma causa absolutamente necessária, que é evitar a redução e garantir o aumento do repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios, FPM, que já caiu bem mais de 30% entre maio e junho. E é especialmente para me solidarizar com os prefeitos que faço uso da palavra neste momento, pois dados da Associação Mineira de Municípios indicam que 80,6% das Prefeituras do Estado de Minas Gerais, em cidades com até 20 mil habitantes, têm nos recursos do fundo federal quase a metade de sua receita.

Como um legítimo municipalista, que já sentiu na pele os desafios diários de uma prefeitura de médio porte – comandando a administração municipal da minha cidade natal, Iturama –, considero o aumento de repasse do Fundo de Participação dos Municípios fundamental para garantir, no âmbito municipal, condições de geração de emprego, renda e programas sociais.

Pouquíssimos Municípios são auto-sustentáveis. Em Minas, por exemplo, a maioria dos 468 Municípios com até 10 mil habitantes não tem fonte de receita própria significativa. O IPTU, que poderia aliviar a situação, tem efeito fraco devido aos altos índices de inadimplência. Uma queda de receitas provenientes do FPM, neste momento, agravaria talvez de forma irrecuperável os quadros municipais em todo o nosso País.

As reivindicações municipais também envolvem os governos estaduais, no que se refere aos gastos com as políticas locais, transporte escolar e outros serviços. A escassez de verbas está se traduzindo em graves problemas em cidades de todas as regiões do Estado. Interrupção na entrega de medicamentos, corte de transporte escolar em zonas rurais, demissões e horários de funcionamento reduzidos são alguns exemplos que estão acontecendo no dia-a-dia.

Para fazer justiça, é bom deixar claro que o Orçamento administrado pela União e Estados é escasso. Os cofres federais também sofreram baques significativos que determinaram a redução do repasse aos Municípios, como a retração de 22% do IPI sobre automóveis.

Felizmente, a política, acima de tudo, é uma arte de negociação capaz de gerar eficientes alternativas administrativas na superação de crises.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por todos os motivos aqui expostos, faço um apelo para que o Governo Federal, os Estados e as prefeituras intensifiquem, o mais rápido possível, um diálogo maduro e construtivo em busca das soluções que venham garantir a sustentabilidade de todos.

E nós, da maior instância legislativa do País, teremos a responsabilidade de trabalhar pelo consenso entre as partes, deixando de lado eventuais diferenças político-partidárias, assim que a reforma tributária chegue a esta Casa. O que está em jogo, nesta questão, é a dignidade de milhões de brasileiros que precisam de emprego e renda para sobreviver e fazer o País crescer. Diante disso, o resto é secundário.

Como Senador da República e municipalista convicto, coloco-me publicamente à disposição dos Prefeitos de Minas Gerais para ajudá-los da melhor maneira possível no diálogo com o Governo Federal e com o Governo Estadual. São essas ações que realmente dão sentido à ocupação deste cargo de tamanha responsabilidade que tive a honra de assumir no início do corrente ano. Com uma justa e bem planejada redivisão do bolo tributário nacional, quem ganha é o Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Tião Viana. (Pausa.)

Vamos então iniciar as comunicações inadiáveis.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, os Líderes têm preferência regimental.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa tem ciência disso, Senadora Heloísa Helena. O fato é que o Senador Hélio Costa comunicou à Mesa que ao invés de falar ele, que estava inscrito, o Senador Tião Viana faria uso da palavra.

Como o Senador Tião Viana declinou da palavra, vamos iniciar as comunicações inadiáveis, e V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, é a primeira inscrita.

Portanto, concedo a palavra a V. Ex^a, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em pouquíssimas palavras, gostaria de trazer a esta Casa algumas explica-

ções sobre o ocorrido na sexta-feira no prédio do INSS. É evidente que desde sexta-feira estou tentando ter tranquilidade para tratar do tema, para não ver, além do meu corpo marcado, a minha alma, o meu coração, a minha dignidade como militante do PT e a minha condição de mulher e trabalhadora.

No entanto, Sr. Presidente, apenas hoje, pela manhã, consegui começar a rever a forma como algumas personalidades políticas estavam levando à opinião pública a explicação para a ação truculenta e intolerante de um grupo da Polícia Federal, que é preparado, inclusive, para enfrentar seqüestradores e narcotraficantes. E por saber disso é que vou deixar, anexo ao meu pronunciamento, um documento do Sindicato dos Policiais Federais do meu Estado de Alagoas em solidariedade a mim e aos outros servidores que foram duramente atacados.

Mas também quero deixar registradas algumas considerações. E por quê? Porque, como todos sabemos, uma mentira repetida muitas vezes vira verdade. Todo o tempo ficou-se repetindo pela imprensa, por personalidades e dirigentes importantes, que tinha havido a invasão de prédio público e, portanto, era justificável uma ação enérgica da Polícia Federal. No entanto, tenho a obrigação de dizer, controlando a adjetivação que gosto de usar, que quem for capaz de afirmar isso é pilantra, vigarista, moleque, malandro, até porque eu estava lá, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Havia, é verdade, um grupo de 15 servidores públicos que foram convidados, pelo Presidente do INSS, para uma reunião no terceiro andar. Quando aqueles servidores chegaram lá, no entanto, o Presidente do INSS resolveu que não se iria reunir com aquele grupo de servidores. Fui até ele, apelando para que se reunisse. Ele me disse: “Senadora, estou muito constrangido. Não posso ir até lá, porque não tenho o que dizer a eles”. Isso porque os servidores tinham sido comunicados, naquele dia, na boca do caixa do banco, que não iam receber os seus salários. E aí, foi apelo para cá, apelo para lá, o Presidente da OAB também apareceu, enfim, todo mundo fazendo apelo para tentar resolver o problema.

O Presidente do INSS, então, sai da sua sala e se reúne com todos nós, com os 15 servidores e comigo, que lá estava. Fiquei quase que todo o tempo na sala do Presidente do INSS, tentando buscar uma alternativa, uma solução. E ele disse: “Senadora, vou até o Ministro tentar buscar uma justificativa, embora eu saiba que será quase im-

possível. Mas vou até lá e volto para me reunir com a senhora e com os servidores”. Eu disse: “Está muito bem”.

Mais ou menos uma hora depois, ele ligou, e atendi ao telefone. Como, cada vez mais, tenho a consciência de que meus anjos da guarda são bons, costumam ir aos inferninhos dos outros para descobrir o que é que se pode fazer, pedi para a Dr^a Raquel, Chefe de Gabinete dele – eu estava ao lado dela –, colocar o telefone no viva voz para que ela e a comissão dos 15 servidores o ouvissem. E ele não é doido de negar que disse isso. Pelo menos numa sociedade machista como a nossa, homem tem que manter a palavra, senão não é homem mesmo. Disse o Presidente do INSS: “Senadora Heloísa Helena, estou voltando, conforme me comprometi, e faço um apelo à senhora, porque estou preocupado de ser ofendido moralmente pelos servidores. Quero que a senhora desça à garagem do prédio, juntamente com dois servidores, a Sr^a Janira e o Sr. Torquato [servidores estes que conheci lá], para me receber, para evitar que eu seja ofendido moralmente”. Ele estava com medo de ser ofendido pelos cerca de 20 servidores públicos do INSS do Rio de Janeiro que lá estavam. E aí desci para a garagem e fiquei esperando. Interfonei para a Dr^a Raquel: “Dr^a Raquel, onde está o Presidente? Inclusive, tenho que ir a uma missa daqui a pouco”.

Eu já havia ligado para o Dr. Rubens Approbato e dito: “Não se preocupe, Dr. Rubens. Obrigada por ter vindo. Tudo já está resolvido”. O Dr. Rubens Approbato confirmou isso, hoje, no jornal **Folha de S.Paulo**. Disse ainda ao Dr. Rubens: “Está tudo resolvido. Os servidores vão embora, sabem que não será possível serem recebidos, mas, inclusive, estão entendendo [olhem a minha inocência] como um gesto de grandeza a volta do Presidente do INSS aqui, mesmo que não seja para trazer nenhuma solução para o caso, apenas para explicar”.

Quando chego à garagem, Senador Gilberto Mestrinho, o que encontro? O grupo da Polícia Federal lá estava, preparado para enfrentar narcotraficantes e seqüestradores, armado até os dentes. A Polícia Federal nos agrediu a todos. Arrastou-me para fora da garagem e espancou as pessoas que lá estavam. Um dos estilhaços da bomba quase arranca uma das veias, de grosso calibre, do pescoço de uma senhora.

Quanto à versão que estão dando para os fatos, só peço, pelo amor de Deus, que não digam isso. Digam

qualquer coisa, mas é mentira que um grupo de servidores tenha invadido o prédio e de lá não tenha saído! Isso é mentira. Eu falei como o Presidente do INSS. Por que eu ia descer para a garagem? Para fazer o quê? Desci para a garagem a pedido dele, para recebê-lo, para impedir, segundo a visão dele, que ele fosse ofendido moralmente pelos servidores. A comissão de servidores ia embora, porque lá não tinha o que fazer.

Sr. Presidente, é por isso que encaminhei três requerimentos: um para o Ministro da Justiça, porque quero detalhes da operação; outro para o Ministro da Previdência, porque também quero detalhes da operação; e outro para a Procuradoria Parlamentar da Casa, que tem obrigação regimental de zelar pela imagem dos Parlamentares, independentemente de eles serem da “panelinha” ou não de qualquer Governo.

Atendendo a pedido dos meus filhos, da minha família e dos meus amigos, não me estressarei mais com o caso. O que seria da história sem os pusilânimes? Não haveria um dos mais belos versos de Cecília Meirelles, não haveria um dos mais belos versos de Fernando Pessoa. Sabe V. Ex^a, Senador Gilberto Mestrinho, que, em latim, pusilânime significa gente de alma pequena. E “tudo vale a pena quando a alma não é pequena”.

Sei que alguns exageraram. Alguns Parlamentares, inclusive, disseram: “A Heloísa não foi agredida; servidor algum foi agredido”. Mentira! Sei que esse tipo de homem existe – é claro. Um dia, com certeza, eles serão aplaudidos pela história da Medicina, pois acabarão por desenvolver uma técnica inovadora e revolucionária de prostatectomia sem incisão cirúrgica. Esses, realmente, pela intimidade que têm do balanço de uma determinada área da estrutura anatomofisiológica do aparelho reprodutor masculino, talvez sejam capazes de mentir, mentir e mentir.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, deixo registrado que os servidores tinham decidido sair. E comuniquei tal fato ao Presidente do INSS. O Presidente do INSS tinha conhecimento, pediu-me para ir até a garagem para recebê-lo, e, infelizmente, em vez de encontrá-lo, encontramos a estrutura da Polícia Federal para bater em todo mundo que ali estivesse.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
A SRA. SENADORA HELOÍSA HELENA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Ofício Nº 277/2003-ADM/APCF

Brasília, 04 de agosto de 2003.

*Relembro-se no
meu discurso.*

Em 05/08/03

Ubirajara Albuquerque

Excelentíssima Senhora,

A Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais – APCF, vem manifestar apoio a V.Exa. ao fato ocorrido na última sexta-feira (01/08/2003).

Repudiamos atos dessa natureza, mas infelizmente não nos surpreende, pois a atual gestão do Departamento de Polícia Federal – DPF ainda não aprendeu a lidar com manifestações sociais, sindicais e sobretudo legítimas.

Aceite nossas desculpas, ao mesmo tempo em que encaminhamos nossos protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Roosevelt A. F. Leadebal Júnior

Roosevelt A. F. Leadebal Júnior
Presidente da APCF

A Excelentíssima Senhora
HELOÍSA HELENA
Senadora
Nesta

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

*Publique-se no
meu discurso
Em 06/08/03*

FAX : 1

22 MAI. 1999 22:02 Pág.1

24/2 #

Marlene Aze

NOTA DE REPÚDIO

O Sindicato dos Policiais Federais no Estado de Alagoas - SINPOFAL, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada na data de 04.08.2003, nesta capital, vem demonstrar, através de seus filiados, de forma unânime, sua absoluta **IRRESIGNAÇÃO** e **REPÚDIO** com relação aos nefastos acontecimentos que vitimaram os servidores públicos do INSS e a cidadã alagoana, Senadora da República **HELOÍSA HELENA** (PT-AL), quando na defesa da cidadania e dos direitos fundamentais, lutando pelos interesses da categoria daqueles servidores, a corajosa parlamentar, exemplo para os brasileiros, foi retirada e arrastada à força do prédio do INSS em Brasília, com o uso de bombas de efeito moral por parte de "Policiais Federais", ocasião em que sofreu danos morais e físicos, juntamente com outros quinze servidores daquela Entidade.

A maneira truculenta e arbitrária como foi agredida, moral e fisicamente, tratamento leviano e humilhante, não condiz com a forma legal de atuação da Polícia Federal nem com os ditames constitucionais que regem nossa Instituição.

O Comando de Operações Táticas - COT, responsável por esta ação, não representa, com tal conduta desequilibrada, ora repudiada pela totalidade dos funcionários da Polícia Federal, a nossa postura, de forma que os excessos praticados por esta singular fração da Polícia Federal - e os registros não se calam - devem ser apurados sem clemência.

Pela teoria do gerenciamento de crises, cujo fundamento é negociar, negociar e negociar, a demonstração de total desconhecimento e despreparo deste "grupamento de elite" responsável pela desastrosa e equivocada ação somente vem a envergonhar todos os membros deste Departamento.

A Polícia Federal é a Polícia Judiciária da União. Investigativa e não polícia ostensiva. Não aceitamos que a Polícia Federal da sociedade brasileira seja manipulada com a finalidade de reprimir movimentos sociais.

Temos o orgulho de ser Policiais Federais e de enfrentar de forma corajosa o que nos confia a lei: combater o crime e não, grevistas.

**QUE O BRASIL SAIBA E O MUNDO INTEIRO TAMBÉM:
'A POLÍCIA FEDERAL SOMOS NÓS'.**

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a, como Líder, para uma comunicação de interesse partidário, por cinco minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia, de forma alguma, passar a impressão de ter um comportamento omissivo ou atípico diante do fato relatado por uma Senadora da República, membro desta Casa, filiada ao Partido dos Trabalhadores. Todos temos respeito por sua figura pessoal e por sua biografia. Não poderia deixar de me manifestar no sentido de tentar encontrar um caminho de equilíbrio e de esclarecimento dos fatos.

Fui informado sobre esse grave episódio que envolveu a integridade física da Senadora Heloísa Helena e de outros servidores por uma jornalista da **Rede Globo**, pois eu estava no interior do Estado do Acre. Prontamente, telefonei para a Senadora e hipotequei solidariedade a S. Ex^a. Informaram-me a respeito de um ato unilateral de agressão e de excesso da Polícia Federal ao conter o grupo de manifestantes onde estava a Senadora Heloísa Helena.

Depois, outras informações me chegaram às mãos, e faço questão de divulgá-las ao Senado Federal, numa tentativa de também respeitar aqueles que tenham sido vítimas de algum ato de injúria ou de difamação diante dos episódios.

Diz o Diretor-Presidente do INSS, Dr. Taiti Inenami:

A respeito dos fatos ocorridos no edifício sede do INSS no último dia 1º de Agosto, é importante esclarecer o quanto segue:

1. Logo pela manhã um grupo de servidores em greve passou a impedir a entrada e saída dos servidores e visitantes ao prédio do INSS, utilizando, inclusive, corrente e cadeado trazidos por eles próprios para obstruir o portão de entrada da garagem.

2. O Diretor-Presidente, conversando com o sindicalista João Torquato, desde o início se dispôs a receber uma comissão de servidores, desde que o grupo passasse a permitir o livre trânsito dos servidores ao prédio. Ponderou-se, inclusive, que impedir a saída das pessoas que estavam dentro do prédio configurava cárcere privado, o que extrapolava qualquer ação de cunho reivindicatório. A atitude do grupo também estava

colocando em risco a integridade física dos servidores, muitos dos quais chegaram a pular pelas janelas do primeiro e segundo andares do prédio, para poderem sair do prédio. Há, inclusive, relato de servidor que foi agredido fisicamente ao tentar ingressar no prédio para trabalhar.

3. A Polícia Militar foi acionada logo no início do incidente, visando dar segurança ao patrimônio público e aos servidores que ali se encontravam.

4. Apesar de todas as tentativas de diálogo, não foi cumprida a exigência de liberação do acesso dos servidores ao prédio, e, após a notícia de que havia sido efetuado o desconto em folha de pagamento dos servidores do Rio de Janeiro em greve, o grupo alegou que não queria mais nenhuma negociação e que não sairia do prédio e nem permitiria que a Diretoria Colegiada o fizesse. O terceiro andar do prédio, onde fica o gabinete da Diretoria Colegiada, foi tomado pelos manifestantes, impedindo a saída dos Diretores.

5. Diante disso, a Polícia Federal foi acionada para dar segurança à Diretoria e possibilitar a saída dos Diretores e servidores do prédio.

A Diretoria tentou deixar o prédio pela garagem, com a proteção da PM e da Polícia Federal, mas foi impedida pelos sindicalistas que começaram a bater na lataria do carro, postaram-se sentados na trajetória e passaram a agredir verbalmente o Diretor-Presidente.

6. A **Senadora Heloísa Helena, no transcorrer dos acontecimentos, compareceu ao INSS, dizendo que vinha a pedido do comando de greve para intermediar as negociações**. Ela foi recebida pela Diretoria, que esclareceu não poder atender à reivindicação do grupo (pagamento dos salários dos servidores em greve no Rio de Janeiro), tendo em vista que essa era uma decisão de governo e que não competia à Diretoria do INSS modificá-la.

7. O Presidente da OAB, Dr. Rubens Approbato, que também esteve no INSS para intermediar a negociação, chegou a conversar com o Ministro da Casa Civil pelo telefone e obteve dele a resposta da impos-

sibilidade de atendimento do grupo de manifestantes. Ele próprio passou tal informação para o grupo, mas é certo que havia entre os manifestantes pessoas que não estavam interessadas em resolver qualquer problema, mas tão-somente criar um fato político. Uma servidora do Rio de Janeiro, a dirigente sindical Janira, chegou a dizer que só sairia do prédio se fosse “arrastada pelos cabelos”.

8. O Diretor-Presidente, na presença da Senadora Heloísa Helena e do Presidente da OAB, conversou com um grupo de manifestantes que havia invadido o 3º andar do prédio, comprometendo-se a levar ao Ministro Berzoini a reivindicação do grupo e dar uma resposta através do telefone celular do sindicalista João Torquato. Enfatizou a necessidade de os manifestantes deixarem o prédio, pois já havia uma ordem do Governo para haver a desocupação do prédio, e que a forma como eles estavam se portando só contribuía para fechar os canais do diálogo.

9. A Diretoria teve que se valer de escolta da Polícia Federal para poder deixar o prédio.

10. O Diretor-Presidente e a Diretora de Recursos Humanos foram até o Ministério falar com o Ministro Berzoini, que reiterou sua decisão de não agendar reunião para atender ao grupo de manifestantes, que eram os mesmos que, na semana anterior, tinham invadido o Gabinete do Ministério da Previdência.

11. Essa decisão do Ministro foi passada pelo Diretor-Presidente, por telefone, ao sindicalista João Torquato e à Senadora Heloísa Helena, que, no entanto, continuou a insistir no retorno dele ao prédio do INSS para falar com o grupo de manifestantes.

São palavras do Diretor-Presidente do INSS, Dr. Taiti Inenami.

E isso, Sr. Presidente, vem acompanhado de alguns fatos que devem ser relatados.

Dia 24 de julho, houve esse episódio junto ao Ministério da Previdência, em que o Gabinete do Ministro Ricardo Berzoini passou por uma tentativa de invasão, com ampla cobertura da imprensa nacional.

Dia 28 de julho, segunda-feira passada, a unidade de atendimento Cordeiro, em Petrópolis, Rio de Ja-

neiro, teve as fechaduras tapadas por durepox, o que dificultou a entrada dos servidores.

Dia 30 de julho, um grupo de cerca de 50 servidores da Previdência no Rio de Janeiro invadiu o prédio da Superintendência do INSS no Rio. Segundo relatos dos servidores que estavam no prédio, houve a ocupação de dois andares pelo grupo que imobilizou o segurança do prédio para forçar a entrada.

No dia 31 de julho, um grupo de servidores da Previdência em Sergipe tomou o prédio da Gerência Executiva, em Aracaju, logo cedo, por volta das oito horas, impedindo o acesso dos servidores que estavam em greve, fechou com cadeados a entrada principal do prédio e a entrada lateral, inclusive a garagem.

No dia 1º de agosto, houve a ocupação do prédio do INSS em Brasília e no dia 4 de agosto os servidores que trabalham na Gerência Norte (Irajá), Rio de Janeiro, foram impedidos de entrar, nas dependências da Gerência, porque um grupo de dez manifestantes colocou uma corrente com cadeado no portão da frente. Os servidores entraram pela porta dos fundos, a Polícia Militar foi chamada, pelo gerente Manoel Paim, a corrente quebrada com alicate de pressão e, assim, os manifestantes foram embora.

Tudo isso está associado, Sr. Presidente, ao pronunciamento de ontem do Senador Paulo Paim, que nos informou que na sexta-feira, na condição de Presidente do Senado, sem fazer defesa do Governo, respeitando-o, criticando-o por qualquer excesso que tivesse havido e prestando solidariedade à Senadora Heloísa Helena, ligou para a Casa Civil e recebeu como resposta a possibilidade de levar, via Ministro José Dirceu, o assunto ao Presidente da República. S. Exª esperou no Senado por mais de uma hora e meia a resposta do comando dos servidores – estavam no INSS – sobre se aceitavam esse encaminhamento, mas a resposta não veio.

Gostaria de esclarecer esses fatos dizendo que nenhum Senador da República aceitaria qualquer desvio de conduta por parte dos órgãos que estabelecem a ordem pública. A Senadora Heloísa Helena merece o mais absoluto respeito em sua integridade física, em sua inviolabilidade, em seu direito de ir e vir e se manifestar. Mas há uma versão que merece também o respeito, há um esclarecimento que julgo digno de quem possa estar exercendo uma função pública, como um cargo de Diretor-Presidente do INSS. Espero que episódios dessa natureza sejam evitados daqui por diante e que o Estado Democrático de Direito seja sempre o norte das nossas condutas.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, com base no art. 14, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa acompanhou atentamente as palavras do Líder Tião Viana. Embora não tenha notado nelas qualquer citação desabonadora, concede a palavra a V. Exª para uma explicação pessoal.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – V. Exª sabe, e todos nós que conhecemos o Regimento, que o art. 14 não é reivindicado apenas diante de algo que se considere desabonador, mas para que seja melhor explicado o ato em que algum Parlamentar tenha sido referido.

Gostaria de reforçar aqui, Sr. Presidente, que não conheço todos esses fatos que foram abordados aqui. Fico até assustada, porque espero que, para demonstrar autoridade, o Governo não tenha escolhido esse episódio. Se isso estiver acontecendo realmente, será preciso muito diálogo. É algo que indica que estamos, como Governo, sendo incapazes de dialogar com o movimento social e com os diversos setores da sociedade. Espero realmente que, para mostrar autoridade, eu não seja mais uma vez utilizada, até porque quem quiser bater em mim que o faça com palavras e não com aparato de segurança.

Repito, Sr. Presidente: esse senhor, que é Presidente do INSS é uma pessoa que... Sinceramente, Senador Tião Viana, estou arrependida de ter discutido tanto com o comando de servidores que lá estavam e de ter defendido esse senhor e defendido a saída do prédio, porque ele não é uma pessoa digna de respeito, pois não disse o que de fato aconteceu. Ele escondeu o episódio de ter falado, de ter me pedido para descer até a garagem para que ele pudesse subir sem que, segundo as palavras dele, fosse agredido moralmente.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui, pelo menos, um verso maravilhoso de Cecília Meirelles sobre a pusilanimidade.

Só por serdes os pusilânimes,
os da pusilânime estirpe,
que atravessa a história do mundo
em todas as datas e raças,
como veia de sangue impuro
queimando as puras primaveras,
enfraquecendo o sonho humano
quando as auroras desabrocham!

Espero, sinceramente, que não vivenciemos uma situação como essa, em que há mentira, quando um dirigente público é incapaz de manter a sua palavra e até de justificar os seus atos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, à nobre Senadora Lúcia Vânia, do PSDB do Estado de Goiás.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, solidarizo-me com a Senadora Heloísa Helena, que foi vítima de violência policial quando tentava intermediar um acordo entre servidores e o Governo.

Portanto, Senadora Heloísa, receba a solidariedade não apenas da Senadora Lúcia Vânia, mas também do PSDB, que deixa registrada aqui a sua inteira discordância com a forma descortês e agressiva com que V. Exª foi tratada.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, enquanto ocupo a tribuna desta Casa, quase 200 prefeitos de todo o País estão reunidos aqui em Brasília no auditório do Interlegis, do Senado Federal, num encontro promovido pela Confederação Nacional dos Municípios. O dia também foi de ameaça de paralisação dos serviços em prefeituras, como foi bem dito aqui pelo Senador Aelton, de Minas Gerais, de São Paulo e demissões de quase 40 mil pessoas em todo este País.

A mobilização dos prefeitos visa sensibilizar o Governo, Parlamentares e a opinião pública sobre as consequências da perda de receita e a queda do Fundo de Participação dos Municípios, entre outras dificuldades enfrentadas no dia-a-dia dos nossos Municípios.

A queda da atividade industrial, que reduz o recolhimento de impostos sobre produtos industrializados e de importação, vem produzindo efeitos perversos em cerca de mil Municípios pobres que dependem exclusivamente do FPM. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios, algumas prefeituras estão recebendo 48% a menos do que no ano passado, o que significa perda de quase metade do orçamento. Mas os encargos continuam os mesmos.

A desaceleração da economia e o agravamento do desemprego afetam ainda o recolhimento do Imposto de Renda, outra fonte de receita municipal. Por isso as prefeituras de Alagoas ao Paraná se vêem forçadas a demitir funcionários, suspender o pagamento de fornecedores, reduzir o expediente, parar

obras e cortar serviços públicos. Alguns Municípios admitem até decretar moratória com a União.

O Senado Federal não pode e não está indiferente ao drama dos Prefeitos. Já alertei aqui para o contingenciamento dos gastos federais, que reduz a margem de ações orçamentárias das prefeituras, responsáveis pelos programas sociais e de desenvolvimento operados junto às suas comunidades. Esses recursos da União representam uma injeção significativa no orçamento dos pequenos Municípios. O assunto foi, inclusive, debatido no encontro de Prefeitos realizado pelo PSDB aqui em Brasília.

Em junho, apoiei um encontro para discutir a renegociação das dívidas do INSS, outro problema que tira o sono de mais de mil Prefeitos. Encaminhei uma emenda que propõe novos prazos de renegociação a juros menores.

Mas precisamos debater com seriedade sobre o excesso de encargos constitucionais dos Municípios, sem a devida contrapartida de recursos. Do grande bolo da arrecadação de impostos, 63%, ficam com a União, 24% vão para os Estados e apenas 13% ficam com os Municípios. Por isso, os Prefeitos têm todo o direito de participar das discussões envolvendo a reforma tributária e o repasse do FPM.

Já apresentei críticas à proposta de reforma tributária que, a meu ver, altera e substitui apenas alguns aspectos da legislação, sem preocupação de manter a capacidade de arrecadação dos Estados e Municípios. Nem de acabar com a cobrança cumulativa dos impostos e de combater a informalidade e a sonegação.

Por sua vez, os Municípios brasileiros representados por suas federações e Confederação Nacional dispõem de uma proposta e reivindicam uma parcela da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira e da Contribuição sobre Intervenção do Domínio Econômico – Cide.

O Brasil não pode ficar insensível ao drama dos Prefeitos.

Hoje, foi muito bem apresentada aqui, por vários Senadores, a grave situação das nossas prefeituras.

Precisamos discutir em profundidade o atual quadro injusto de repartição de receitas, sob risco de quebrarmos o princípio solidário do sistema federativo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – A angústia de 5.561 Prefeitos e de seus milhões de eleitores

exige que tomemos posição firme em defesa do fortalecimento de nossas cidades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senadora, gostaria de fazer um aparte, se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Senadora está usando a palavra para uma comunicação inadiável e, nesse caso, o Regimento não permite apartes.

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero fazer uma reclamação, Sr. Presidente.

Há aproximadamente dois meses, recebi algumas denúncias sobre irregularidades em um contrato entre a Caixa Econômica Federal e uma empresa denominada GTECH. Para não ser leviano, fiz um requerimento à Mesa para que os documentos fossem requisitados à Caixa Econômica Federal para análise. Todavia, ao receber a documentação, há cerca de dez dias, verifiquei que a mesma veio completamente mutilada, tendo sido subtraídos os seguintes documentos: cópia do contrato firmado referente ao Edital de Licitação 0001/94; cópia do processo administrativo referente à renovação do contrato datado de 13 de janeiro de 1997; cópia do processo administrativo referente aos termos aditivos do contrato firmado em 13 de janeiro de 1997; cópia do processo administrativo referente ao distrato do contrato firmado em 26 de maio de 2000; cópia do processo administrativo referente ao contrato firmado em 26 de maio de 2000; e cópia do processo administrativo referente aos aditivos do contrato firmado em 26 de maio de 2000.

Por essa razão, solicito a V. Ex^a que exorte a Caixa, na pessoa de seu Presidente, a cumprir a determinação do Senado Federal para que sejam fornecidos todos os documentos restantes e que não foram remetidos conforme determinação da Mesa do Senado Federal aprovada pelo Plenário.

Era essa a reclamação que eu tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em face da reclamação de V. Ex^a, nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2001, em seu art. 5º, §2º, o autor do requerimento, sob fundamento de haver sido incompleta a resposta, poderá solicitar à Mesa a reiteração do pedido de informação.

A Presidência defere e solicita à Secretaria-Geral da Mesa que reitere as informações para que sejam respondidas na forma constitucional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao último orador, Senador Jonas Pinheiro, por cinco minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a produção brasileira de milho desta última safra (2002/2003), cuja comercialização vem sendo feita desde fevereiro deste ano, é de 42,7 milhões de toneladas, cerca de 30% a mais que na safra anterior.

O aumento na produção brasileira desse cereal foi motivado, sobretudo, pela escassez do produto na safra anterior, a qual, aliada à influência da cotação do dólar naquele período, fez com que o preço do milho atingisse a mais de R\$25,00 por saca, o que incentivou os produtores rurais a aumentarem a sua área cultivada e a sua produção.

Como consequência do aumento da oferta na presente safra, o preço do milho no mercado interno vem caindo e já a atingiu, em regiões do interior, a casa dos R\$8,00 por saca, um valor absolutamente insuficiente para cobrir os custos de produção.

Contribui, também, para a queda do preço, sobretudo no Centro-Oeste brasileiro, a falta de armazéns para acolher a produção, e o custo do frete, que é muito mais alto devido a precaríssima situação da malha viária naquela região, o que acaba inviabilizando o deslocamento dessa produção para outras regiões consumidoras do País. Em Mato grosso, a produção de milho deve atingir a 2,5 milhões de toneladas e o consumo 950 mil toneladas, havendo, portanto, um excedente de cerca de 1,55 milhão de toneladas, que precisa ser exportado ou armazenado.

O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atuou no mercado, promovendo leilões de contrato de opção como forma de dar mais liquidez ao mercado, tendo isso, porém, sido insuficiente para conter a queda dos preços do milho no mercado interno.

Tal situação, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem gerando intranquilidade entre os produtores de milho em diversas regiões do País, os quais estão se vendo não somente impossibilitados de assegurar a

lucratividade da exploração do produto para assumir os custos decorrentes, mas também impossibilitados de armazenar essa produção na própria região. Esse é um quadro preocupante, tendo em vista suas consequências econômicas e financeiras sobre aquelas regiões, bem como por seu desdobramento para a próxima safra.

A perdurar essa situação, haverá um grande desestímulo ao cultivo do milho para a próxima safra, já que os produtores desse cereal tenderão a migrar para a cultura da soja, mais rentável e de comercialização mais segura. Certamente, se confirmada, essa tendência provocará a menor oferta de milho na próxima safra, com o comprometimento para o abastecimento nacional, como ocorreu no ano de 2002, uma vez que os estoques governamentais são praticamente inexistentes e não têm sido recompostos.

Em caso de queda de produção, o abastecimento interno poderá ainda ser agravado, pela limitação à importação de milho transgênico, cujo consumo no Brasil é vetado pela legislação, o que dificultará o eventual suprimento da oferta no mercado interno, uma vez que, no mercado internacional, somente são afetados produtos geneticamente modificados.

Assim, ao trazer à Casa esta comunicação, quero solicitar ao Ministério da Fazenda que assegure ao Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento recursos financeiros para que aquela Pasta adote, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, as medidas necessárias para favorecer o escoamento e a comercialização de, pelo menos, cerca de 1,2 milhão de toneladas de milho e sustentar os seus preços no mercado interno, a fim de assegurar a lucratividade dos produtores, a continuidade da política de incentivo a esse produto e de evitar que uma crise venha a afetar o abastecimento interno e a provocar uma elevação do seu preço na próxima safra, o que comprometerá inclusive a política de estabilidade da economia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 628, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 221, inciso I, que sejam apresentadas as condolências à família de Paulo Frateschi, Presidente do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, pelo falecimento de seu filho, Júlio Frateschi, ocorrido no dia 29 de julho, vítima de acidente automobilístico.

Sala das Sessões, 31 de julho de 2003. – Senadora **Fátima Cleide**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 629, DE 2003

Solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça, Sr. Márcio Thomas Bastos, sobre ação da Polícia Federal.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro de Estado da Justiça, Sr. Márcio Thomas Bastos, pedido de informações sobre a ação da Polícia Federal, realizada no último dia 1º-8-2003, para desmobilizar manifestação de funcionários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em Brasília.

De acordo com informações veiculadas pela grande imprensa, “um grupo de servidores invadiu hoje (1º-7-2003) a sede do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em Brasília (**Folha de S.Paulo**). Esta invasão teria sido o motivo para o confronto preconizado pelo COT (Comando de Operações Táticas) da Polícia Federal. Diferente de conversas e negociações prévias – inclusive o presidente do INSS já havia sido informado da intenção dos servidores de deixar o local –, a PF foi acionada e usou da força para desocupar o edifício (garagem) do INSS.

Solicito, portanto, seja encaminhado pedido de informações ao senhor Ministro Thomas Bastos sobre a referida ação, observando o seguinte:

1. cópia de documento solicitando a intervenção da Polícia Federal;
2. cópia de documento autorizando a ação da Polícia Federal;
3. dados sobre esta ação incluindo: horário em que foi determinada a ação, número de policiais envolvidos, comandos envolvidos, e demais informações relevantes;
4. exposição de motivos para tal ação.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003. – Senadora **Heloísa Helena**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 630, DE 2003

Solicita informações ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Sr. Ricardo Berzoini, sobre ação da Polícia Federal.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Sr. Ricardo Berzoini, pedido de informações sobre a ação da Polícia Federal, realizada no último dia 1º-8-2003, para desmobilizar manifestação de funcionários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em Brasília.

De acordo com informações veiculadas pela grande imprensa, “um grupo de servidores invadiu hoje (1º-7-2003) a sede do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em Brasília” (**Folha de S.Paulo**). Esta invasão teria sido o motivo para o confronto preconizado pelo COT (Comando de Operações Táticas) da Polícia Federal. Diferente de conversas e negociações prévias – inclusive o presidente do INSS já havia sido informado da intenção dos servidores de deixar o local –, a PF foi acionada e usou da força para desocupar o edifício (garagem) do INSS.

Solicito, portanto, seja encaminhado pedido de informações ao senhor Ministro Ricardo Berzoini sobre a referida ação, observando o seguinte:

1. cópia de documento solicitando a intervenção da Polícia Federal;
2. exposição de motivos para tal ação.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003. – Senadora **Heloísa Helena**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão na forma do art. 216 do Regimento Interno da Casa.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

OF. GLPMDB Nº 323/2003

Brasília, 21 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em

substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 124, de 11-7-2003, que “dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

TITULARES

Senador Romero Jucá
Senador Ney Suassuna
Senador Hélio Costa

SUPLENTE

Senadora Íris de Araújo
Senador José Maranhão
Senador João Alberto Souza

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 324/2003

Brasília, 21 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador Ney Suassuna, em substituição ao Senador Gerson Camata na titularidade da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, “com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 336/2003

Brasília, 5 de agosto de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 125, de 30-7-2003, que “institui no Brasil o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley – SCPK, relativo à exportação e à importação de diamantes brutos, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

TITULARES

Senador José Maranhão
Senador Luiz Otávio
Senador Gilberto Mestrinho

SUPLENTE

Senador Hélio Costa
Senador Ney Suassuna
Senador Maguito Vilela

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 337/2003

Brasília, 5 de agosto de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 126, de 31-7-2003, que “dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo”, ficando a mesma assim constituída:

TITULARES

Senador Hélio Costa
Senador José Maranhão
Senador Romero Jucá

SUPLENTE

Senador Luiz Otávio
Senador Papaléo Paes
Senador Valmir Amaral

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência comunica ao Plenário que, na sessão de 30 de junho último, foi lido o **Requerimento nº 511, de 2003**, da Senadora Ana Júlia, solicitando a realização, pelo Tribunal de Contas da União, de auditoria de natureza operacional no Banco Central e na Agência

Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Avulso do referido requerimento encontra-se à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores nas respectivas bancadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 631, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 315, combinado com o art. 279 do Regimento Interno, o adiamento da votação do Requerimento nº 511/2003, a fim de que seja feita na sessão do dia 12 próximo.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O requerimento será apreciado na sessão deliberativa do próximo dia 12.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 1999

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos dos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal* (cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento), tendo

Parecer sob nº 316, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Roberto Requião, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 2:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 2003

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera a redação dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição Federal, dispondo sobre a competência do Congresso Nacional para apreciar os atos de outorga e renovação de concessão e permissão de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens*, tendo

Parecer favorável, sob nº 384, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a TV comunitária, bem como a rádio comunitária, tem uma função social extremamente importante neste momento. Em algumas cidades do interior, certamente é o elo de ligação da comunidade. É a TV comunitária que tem dado condições à comunidade de interagir; as pessoas se vêem na televisão ou ouvem as suas lideranças por meio das emissoras de rádio. Assim, tendo sido simplificado o processo de se estabelecerem as emissoras de rádio no interior, notadamente as comunitárias, que atendem à comunidade dentro de um padrão estabelecido pelo Ministério das Comunicações, de potência e alcance mínimo, essas emissoras estão cumprindo um papel importantíssimo.

Por essa razão, Sr. Presidente, elas têm sido colocadas em discussão em números surpreendentes para muitos, mas extremamente necessários para nós todos que conhecemos o interior do Brasil e que sabemos da importância dessas emissoras.

Quando chegamos aqui, no começo do ano, assumindo o mandato de Senador, e imediatamente fomos, com muita honra, eleitos para a Vice-Presidência da Comissão de Educação do Senado, encontramos cerca de três mil projetos de rádios comunitárias. Nesse contexto, sentimos que seria uma sobrecarga

para a Comissão de Educação preparar a liberação dessas emissoras.

No entanto, Sr. Presidente, houve uma dedicação tão grande dos Srs. Senadores membros da Comissão de Educação, que conseguimos, nesses cinco meses, como se diz no jargão diário dos Senadores, limpar a pauta da Comissão. Nosso Presidente, o Senador Osmar Dias, tem feito uma reavaliação da proposta inicialmente apresentada, que partiu da própria Comissão de Educação.

Nesses termos, Sr. Presidente, o Presidente da Comissão de Educação, Senador Osmar Dias, me autorizou a solicitar a V. Ex^a a retirada deste assunto de pauta para reavaliação, o que faço neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa aguardará que o signatário da emenda a subscreva para que seja submetida à deliberação do Plenário.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atendendo ao chamado de V. Ex^a, ouvi o pronunciamento feito pelo Senador Hélio Costa. De fato, reavaliemos os efeitos da Proposta de Emenda Constitucional nº 21, que apresentei, que dispensava audiência do Congresso Nacional para autorização de outorga e concessão de rádios comunitárias.

Conversando com vários Senadores da Comissão de Educação, resolvi solicitar a retirada, para melhor avaliação, da minha Proposta de Emenda Constitucional nº 21. Faço isso depois de ouvir os membros da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 632, DE 2003

Retirada de Projeto.

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno, a revirada, em caráter definitivo, da proposta a Emenda à Constituição nº 21, de 2003.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003. – **Osmar Dias.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 3:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001 (nº 2.973/2000, na Casa de origem), que dá nova redação à alínea e do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo e dá outras providências (disponibilidade de um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior nas áreas de prestação do serviço), tendo

Parecer sob nº 601, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral, favorável, com a Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

Passa-se à discussão. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 633, DE 2003

De adiamento da discussão de projeto para reexame de Comissão.

Nos termos do inciso II do art. 279, combinado como o inciso I do § 3º desse mesmo artigo, requeiro o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2001, que dá nova redação à alínea e do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo, e dá outras providências, a fim de ser submetido ao reexame da dita Comissão de Educação.

Justificação

Ultimamente a Imprensa tem denunciado inúmeros casos de alunos que, tendo ingressado em instituições privadas de ensino superior, embora tenham concluído seus estudos, não poderão receber os respectivos diplomas, vez que o Ministério da Educação, apesar de ter credenciado estas Instituições de Ensino Superior e reconhecido tais cursos o fez irregularmente, conforme indícios levantadas em investigação levada a efeito pela Controladoria-Geral da União.

Segundo noticiou a Imprensa, o próprio Ministério da Educação investiga supostas fraudes ocorridas

no credenciamento de Instituições de Ensino Superior e na aprovação de novos cursos, tendo em vista sindicância aberta com base em relatório preliminar da Controladoria-Geral da União, que, na análise de 92 processos, escolhidos aleatoriamente, verificou que 37 desses credenciamentos foram concedidos irregularmente, com a participação de funcionários do próprio Ministério já agora investigados, uma vez constatado que as fraudes cometidas chegaram a ser feitas por meio de adulteração dos computadores que controlam o processo.

O Ministério da Educação, segundo reportagem do "O Estado de São Paulo" do dia 15 de maio último, investiga, ainda, a participação de instituições de ensino superior brasileiras na oferta irregular de cursos de mestrado e doutorado em parceria com Universidades estrangeiras, sendo que esses cursos não são reconhecidos e os diplomas não têm valor legal.

Sala das Sessões, 5 de Agosto de 2003. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Educação para re-exame.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 4:**

REQUERIMENTO Nº 396, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 396, de 2003, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ao exame da Comissão de Serviços de Infra-estrutura.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 5:**

REQUERIMENTO Nº 402, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 402, de 2003, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta do

Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nºs 216, de 1999, e 271, de 2000, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os projetos tramitarão em conjunto, e vão ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação, de Assuntos Econômicos e, posteriormente, à de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 6:**

REQUERIMENTO Nº 422, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 422, de 2003, da Senadora Heloísa Helena, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, retornando, posteriormente, à Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 7:**

REQUERIMENTO Nº 427, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 427, de 2003, do Senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 73, de 2002, e 21, de 2003, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os projetos passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Educação, de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretoria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 8:**

REQUERIMENTO Nº 428, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 428, de 2003, do Senador César Borges, solicitando a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2003, com as de nºs 77, de 1999; 22 e 28, de 2000, que já se encontram apensadas, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As matérias passam a tramitar em conjunto, e retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 9:**

REQUERIMENTO Nº 513, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 513, de 2003, da Senadora Fátima Cleide, solicitando, nos termos do art. 224 da Constituição, combinado com os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.389, de 1991, que o Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2003, seja submetido à apreciação do Conselho de Comunicação Social.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 16 de julho, quando teve sua votação adiada para 29 do mesmo mês. Como não houve sessão deliberativa naquela data, a Presidência comunicou ao Plenário que a matéria constaria da Ordem do Dia da primeira sessão deliberativa.

Passa-se à votação do requerimento em turno único.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Um minuto, Senadora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 634, DE 2003

Retirada de requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 513, de 2003.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003. – **Fátima Cleide.**

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a razão do pedido de retirada do requerimento para que esse processo fosse apreciado pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional se deu em função de um acordo construído pelas duas partes interessadas, a Fundação Comunidade Cristã e a Universidade Federal de Goiás. Solicitamos prazo para que houvesse uma negociação, e as partes sentaram, acordaram, e, dessa forma, a Universidade Federal de Goiás participará da gestão administrativa e da gestão da programação da **TV Educativa**.

Quero aqui, Sr. Presidente, elogiar as partes interessadas nesse acordo, que chegaram a um consenso que, tenho certeza, será compensador, principalmente para a população do Estado de Goiás.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senadora Lúcia Vânia, infelizmente, segundo o Regimento, apenas a autora do requerimento pode encaminhar.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 635, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do disposto no artigo 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento de Vera Lúcia Pa-

gani Cardoso, Secretária Executiva do Município de Araguaína – TO, ocorrido em 5 de agosto de 2003:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Tocantins.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003. – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **João Ribeiro** – Senador **Leomar Quintanilha**.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, para encaminhar o requerimento.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os Senadores Eduardo Siqueira Campos, João Ribeiro e Leomar Quintanilha, autores do requerimento, já não se encontram em plenário, porque tiveram que seguir para o Tocantins a fim de acompanhar o sepultamento da Sr^a Vera Lúcia Pagani Cardoso. Aqui falo por S. Ex^{as}, portanto, lamentando esse triste acontecimento e desejando às suas famílias o consolo e o conforto neste momento de grande dor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa encaminhará o voto de pesar.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 636, de 2003

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, que seja consignado nos **Anais** do Senado voto de pesar pela morte, ocorrida ontem, em Brasília, do cineasta e bombeiro Afonso Brazza, que, desde começo da década de 60, quando veio para Brasília, procedente do Piauí, dedicou-se à cinematografia, paralelamente a suas atividades de integrante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Afonso Brazza fazia cinema do jeito que podia, quase sem recursos, mas, não obstante todas as dificuldades técnicas e financeiras, produziu sete filmes, com muito empirismo, mas com o mesmo apreço e dedicação dos grandes cineastas. Um deles foi, inclu-

sive, exibido em circuito comercial na capital paulista, motivo de grande orgulho para Brazza.

Solicito que o voto que ora requeiro seja levado ao conhecimento dos familiares do cineasta, ao Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal e à Administração Regional da Cidade Satélite do Gama, onde Brazza residia.

Sala das Sessões, 30 de julho de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa encaminhará o voto de pesar.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 637, DE 2003

Requer informações ao Secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica acerca da licitação para a propaganda institucional do Governo.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica informações acerca dos critérios seguidos para a licitação destinada a selecionar empresas de publicidade para a propaganda do Governo Federal, de que saíram vencedoras as agências Duda Mendonça, Lew, Lara e Matisse, esclarecendo os valores e percentuais a serem atribuídos a cada uma e a área de concentração da propaganda governamental em que deverão atuar.

Justificação

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. No caso em questão, estou solicitando esclarecimentos diante da divulgação do resultado da licitação promovida pela Presidência da República para conduzir a propaganda do Governo Federal. O objetivo do Senado é o de se informar com segurança a respeito de questões como a de que é objeto esse requerimento.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Desafetos no PT disputam propaganda

FERNANDO RODRIGUES
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

O resultado final da licitação 001/2003, a primeira do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deve colocar lado a lado dois publicitários que não têm um histórico de bom relacionamento: Duda Mendonça e Paulo de Tarso Santos.

Recentemente, Duda chegou a pensar em publicar o relato de um episódio entre os dois ocorrido há nove anos, em 1994.

Escreveu sua versão do ocorrido para o livro autobiográfico "Duda Mendonça - Casos & Coisas", que foi lançado em 2001. O trecho acabou cortado em uma das revisões.

Chá de cadeira

A Folha conversou com pessoas que tiveram acesso a essa parte que foi cortada do livro de Duda Mendonça. Todas fizeram relatos parecidos com o que já foi publicado pelo jornal — na seção "Contraponto", da pág. A4, abaixo do "Painel", em 9 de janeiro de 2001 — e nunca contestado.

A seguir, a íntegra daquele "Contraponto":

"Na eleição de 94, o marqueteiro Duda Mendonça foi convidado pelo PT para fazer a segunda cam-

panha presidencial de Lula, quando o petista ainda liderava as pesquisas com folga.

Durante os acertos finais da contratação, Lula pediu a Duda que conversasse com Paulo de Tarso dos Santos, que coordenara a sua primeira campanha, em 89. O petista queria que os dois trabalhassem em parceria.

Duda, que apresentara ao PT um jingle para a campanha, foi ao escritório do marqueteiro, onde tomou um 'chá de cadeira' de mais de uma hora.

Ao entrar na sala, Duda foi recebido com um sorriso irônico:

— Quer dizer então que, agora que a bola está na marca do pênalti, você vem para cá...?

Furioso, Duda olhou bem para o publicitário e, antes de sair da sala, respondeu:

— Não esqueça: pênalti tem também trave e goleiro."

Lula perdeu a eleição de 1994 para Fernando Henrique Cardoso, que conquistou a Presidência no primeiro turno. Paulo de Tarso não dirigiu mais as campanhas do petista. Mais adiante, no final da década de 90 e no início da atual, aproximou-se dos tucanos. Chegou a trabalhar para Fernando Henrique no Palácio do Planalto, em 2001.

A Folha procurou Duda Men-

donça e Paulo de Tarso para comentar o episódio. Nenhum dos dois respondeu aos telefonemas do jornal.

R\$ 150 milhões

Duda Mendonça foi o primeiro colocado na licitação 0001/2003, para cuidar da publicidade institucional do governo federal. A conta é de aproximadamente R\$ 150 milhões, por um período de 12 meses.

Três agências ficarão com essa conta. As outras duas classificadas, são, pela ordem, a Lew, Lara, de São Paulo, e a Matisse, de Campinas (SP).

Paulo de Tarso se associou à Matisse especialmente para essa licitação.

Pelas regras do governo, as três agências vão dividir o valor total da conta, sendo que nenhuma poderá ficar com menos de 15% do valor total. No limite, a divisão seria de 70%, 15% e 15%.

Volta às origens

O mercado publicitário fez várias leituras do resultado parcial da concorrência em que estiveram 47 agências disputando os R\$ 150 milhões da conta institucional do Palácio do Planalto.

Embora seja tecnicamente possível que alguém desbanque os três já classificados, é improvável que isso ocorra (veja quadro ao lado).

Havia um certo consenso de que Duda Mendonça seria classificado. Não só porque o publicitário baiano tem serviços prestados para Lula, mas porque conseguiu construir uma carreira de sucesso no marketing político.

Antes de Lula, Duda ajudou a eleger Paulo Maluf prefeito de São Paulo.

No caso da Lew, Lara, a segunda colocada na fase técnica da licitação, trata-se de uma das maiores agências publicitárias do país.

A Matisse foi considerada a grande incógnita — trata-se de uma agência jovem, nascida no interior de São Paulo há cinco anos, e que nunca teve uma conta política, de campanha eleitoral ou de governo.

A análise ouvida pela Folha foi a de que Lula e petistas do chamado núcleo duro do governo — os ministros José Dirceu (Casa Civil) e Luiz Gushiken (Comunicação de Governo) — resolveram compensar um antigo aliado que esteve afastado nos últimos anos. Apesar dos fracassos eleitorais, em 1989 e 1994, Paulo de Tarso é considerado muito mais afinado politicamente com os setores tradicionais do PT do que Duda Mendonça.

Boa vontade

No cadastramento iniciado ontem, os brasileiros deverão preencher um formulário padrão, disponível na internet, com dados pessoais, a cidade onde estão morando e, opcionalmente, a empresa em que trabalham. Numa segunda fase, serão chamados a um posto do Serviço de Estrangeiros e de Fronteiras (SEF), a polícia de imigração portuguesa, onde receberão um visto provisório para 90 dias, prorrogáveis pelo mesmo período. Nesse prazo, deverão procurar emprego e assinar um contrato

de trabalho, caso ainda não o tenham. Em seguida, terão de solicitar um visto de trabalho no consulado português instalado na cidade espanhola mais próxima (Vigo, Sevilha ou Madri). Trata-se de uma concessão, já que pela nova lei eles teriam que obter o visto no Brasil.

Todos os processos de expulsão de brasileiros, exceto os envolvidos em crimes, serão arquivados. Uma comissão de funcionários dos governos brasileiro e português foi formada para acompanhar a implantação do acordo e teve a primeira reunião no último dia 25 em Lisboa. Os portugueses que estão trabalhando ilegalmente no Brasil, calculados em 3 mil, terão o mesmo tratamento.

A exceção na lei de imigração, que não vale para os brasileiros que entraram no país depois de 11 de julho, está provocando reações de outros países de língua oficial portuguesa. Em visita à África, o primeiro-ministro Durão Barroso ouviu uma reclamação pública do colega de Cabo Verde, José Maria das Neves, contra o que chamou de privilégio concedido aos brasileiros.

PUBLICIDADE**DUDA
MENDONÇA
VENCE
LICITAÇÃO**

As agências Duda Mendonça, Lew, Lara e Matisse foram escolhidas ontem para fazer a publicidade institucional do governo federal nos próximos 12 meses. O valor total do contrato para esse período é de R\$ 150 milhões. O resultado foi proclamado após a abertura das propostas de preço — a terceira fase da licitação —, no Palácio do Planalto. Há um prazo de cinco dias úteis para a apresentação de recursos, após a publicação no Diário Oficial da União. Entre as agências vencedoras, duas (Duda e Matisse) são comandadas por ex-marqueteiros do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Duda Mendonça foi o responsável pela campanha vitoriosa de Lula, no ano passado. A Matisse se associou no início deste ano ao publicitário Paulo de Tarso Santos, que fez as campanhas de Lula em 89 e 94.

REQUERIMENTO Nº 638, DE 2003

Requer informações ao Ministro da Educação, acerca de cursos de “Realidade Brasileira”, em universidades federais do País.

Nos termos do art 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e tendo em vista notícias divulgadas pela TV Globo e pelo **O Estado de S. Paulo**, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro da Educação dados a respeito de cursos denominados “Estudos da Realidade Brasileira”, implantados na Universidade Federal do Rio de Janeiro e a serem inaugurados em outras universidades, entre as quais a Universidade de Brasília, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal de Minas Gerais, em convênio com o chamado Movimento dos Sem Terra, esclarecendo, principalmente:

- objetivo dos cursos;
- modalidades dos convênios firmados com o chamado MST;
- custos dos cursos;
- escolaridade exigida para matrícula;
- total de alunos em cada curso;
- iniciativa dos cursos.

Justificação

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalização e controle, portanto de acompanhamento das ações do Governo nas diferentes áreas. No caso em tela, formulamos este requerimento para que o Senado da República possa inteirar-se sobre a modalidade dos cursos denominados Estudos da Realidade Brasileira, implantados em universidades federais do País. Os dados permitirão subsidiar estudos em torno do problema junto à Comissão de Educação.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003. –
Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 639, DE 2003

Requer informações ao Ministro da Saúde acerca de denúncia de cartelização na área de prestação de serviços de hemodiálise no País.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Saúde informações acerca de denúncia da Sociedade Brasileira de Nefrologia, já do conhecimento desse Ministério, segundo a qual estaria ocorrendo no

País cartelização na prestação de serviços de hemodiálise. As informações deverão esclarecer as providências do Governo quanto ao assunto e se os serviços correm risco de queda de qualidade.

Justificação

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em questão, estou solicitando esclarecimentos diante da denúncia formalizada pela Sociedade Brasileira de Nefrologia e, ainda, do depoimento prestado na Subcomissão de Saúde do Senado pelo Presidente da Associação Brasileira de Clínicas de Diálise e Transplantes, Washington Correia, confirmando as versões divulgadas pela imprensa.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003. –
Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

Clínicas à beira de um colapso

LÚCIO VAZ
do ESTADO DE MINAS

Mesmo ampliando de R\$ 800 milhões para R\$ 1,1 bilhão o orçamento deste ano para o pagamento dos serviços de hemodiálise (sistema de filtração do sangue), o Ministério da Saúde enfrenta as críticas de pacientes e donos de clínicas pelos baixos valores pagos pelas sessões, o que estaria reduzindo a qualidade do atendimento e deixando o setor à beira de um colapso. Segundo as clínicas, o ministério exige qualidade de primeiro mundo, mas paga pouco mais de US\$ 34 por sessão de hemodiálise, menos do que no Peru (US\$ 55), Uruguai (US\$ 60) e Chile (US\$ 46). Na Itália, o reembolso chega a US\$ 150 por sessão.

Reportagem publicada ontem no *Estado de Minas* e no *Correio Braziliense* revelou que duas multinacionais — a americana Baxter e a alemã Fresenius — dominam a comercialização e a produção de equipamentos e insumos no setor de hemodiálise. A partir de denúncia feita pela Sociedade Brasileira de Nefrologia, elas estão sendo investigadas pelo Ministério Público por formação de cartel e participação na prestação de serviços de saúde, o que é inconstitucional.

Em depoimento à Subcomissão de Saúde do Senado, o presidente da Associação Brasileira de Clínicas de Diálise e Transplantes (ABCDT), Washington Correia, afirmou que o aumento de preços dos materiais de hemodiálise ficou muito acima do reajuste de 40% dado pelo Ministério da Saúde nos últimos nove anos.

Uma máquina específica para o tratamento, de 1997 a 2003, sofreu um reajuste de 150%. Um filtro de hemodiálise, de 1994 a 2003, foi reajustado em 168%. A agulha de fístula, de 1997 a 2003, teve um reajuste de 100%. Correia lembrou, ainda, que, de 1995 a 2003, o técnico de enfermagem teve um reajuste de 85%. A água, a luz, os medicamentos e os indicadores econômicos oficiais, o IGPM, tu-

Pelos custos aferidos pelas clínicas agregadas à ABCDT, uma hemodiálise, no momento, custaria R\$ 183,47. Com o dólar a R\$ 2,87, o preço da hemodiálise ficaria em US\$ 63,93. Correia acrescentou que o resumo de uma planilha de custos de um hospital de referência do próprio Ministério da Saúde, o Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre, aponta que uma hemodiálise custa R\$ 162,80, enquanto o Ministério da Saúde paga aos hospitais privados R\$ 102,95.

Na mesma audiência no Senado, o secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, Jorge Solla, afirmou que o gasto com a hemodiálise subiu de R\$ 430 milhões, em 1998, para R\$ 800 milhões, em 2002. “Para 2003, se fosse mantido o orçamento do ano passado, não chegaríamos a R\$ 950 milhões.” Com o aumento aprovado pelo ministro Humberto Costa, segundo afirmou Solla, o orçamento chegará a R\$ 1,1 bilhão.

Mas o secretário apresentou um fato de desperdício de investimento ocorrido no ministério em 2002. “No ano passado, com recursos do Reforsus, foram adquiridas 739 máquinas de hemodiálise, que incorporaram 101 serviços. No entanto, apesar da destinação desse recurso do Reforsus para investimento e aquisição de equipamentos, não foi previsto recurso de custeio para que essas máquinas começassem a operar. Este ano o Ministério da Saúde colocará em operação todas as máquinas de hemodiálise compradas na gestão passada que estão paradas ou funcionando em serviço sem credenciamento”.

Solla acrescentou que, além da terapia renal substitutiva, há procedimentos que acarretam despesas. “Por exemplo, as internações de pacientes com insuficiência renal que tenham alguma complicação, no ano passado, representaram gastos de R\$ 130 milhões; os transplantes renais, representaram gastos em torno de R\$ 46 milhões. Houve 2.645 transplantes.”

Mortos do Araguaia

A juíza federal Solange Salgado deu passo importante para a reparação de uma dívida histórica da União ao proferir sentença que obriga a quebra de sigilo das informações oficiais sobre a Guerrilha do Araguaia. A decisão abre caminho para o sepultamento digno dos mortos durante o movimento armado no sul do Pará patrocinado pelo Partido Comunista do Brasil.

Os familiares das vítimas da repressão militar aguardam há quase três décadas por um gesto do Estado em favor da localização dos corpos dos mortos durante a guerrilha, ocorrida entre os anos de 1972 e 1975. Data de 1982 a ação que originou a sentença da juíza Solange. Chegou a hora de o governo federal atender às reivindicações dos brasileiros impedidos de cumprir a liturgia fúnebre consagrada nas legislações brasileira e internacional.

O Código Penal estabelece pena de detenção de um mês a um ano a quem impede ou perturba cerimônias fúnebres. Sobram evidências da responsabilidade do Estado no desaparecimento dos militantes do PCdoB que tombaram quando lutavam no meio da floresta amazônica contra a ditadura militar.

A decisão judicial baseia-se também na Convenção de Genebra, acordo internacional que regula a atuação de combatentes e não combatentes em época de guerra.

Os países assinantes do termo, entre eles o Brasil, se comprometem a procurar e identificar os inimigos mortos em conflitos armados — entre nações ou no interior de um Estado.

A sentença fixa o prazo máximo de 120 dias para a União informar onde estão sepultados os mortos do Araguaia. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá de exercitar toda a habilidade política nesse período para encaminhar a questão sem contrariar as partes envolvidas. As Forças Armadas sempre resistiram a indicar a localização dos mortos e desaparecidos na guerrilha.

Sempre que instado a se pronunciar sobre o assunto, o Exército responde não possuir qualquer arquivo sobre aquela que foi uma das maiores movimentações de tropas de toda a história do Brasil. Qualquer atitude do presidente que possa ser interpretada como revanchismo contra o regime militar certamente criará dissabores nos quartéis.

Lula também não pode ignorar os anseios dos familiares das vítimas da repressão. Muitos integrantes do PT guardam estreita ligação com o conflito no Araguaia. O presidente do partido, José Genoino, por exemplo, estava entre os sessenta guerrilheiros no sul do Pará. Os deputados petistas Luiz Eduardo Greenhalgh e Sigmaringa Seixas, dois dos mais importantes parlamentares governistas, são os advogados que assinam a ação impetrada em 1982 e agora aceita pela juíza Solange.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Voltamos à lista de oradores.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros, como Líder do PMDB.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falo, hoje, no horário reservado à Liderança do PMDB, para discutir um quadro grave, que tem chamado a atenção da imprensa e do País.

As prefeituras brasileiras estão às portas da insolvência. A atual situação administrativa das cidades é caótica. Tenho sido procurado por Prefeitos e Vereadores de todo o País, que trazem narrativas dramáticas do quadro no interior, principalmente, Sr. Presidente, nas pequenas e médias cidades. Ontem mesmo participei de reunião da Bancada Federal de Alagoas com a quase totalidade dos Prefeitos alagoanos. Em meu Estado também está marcada uma paralisação para a próxima segunda-feira.

De acordo com dados da Confederação Nacional dos Municípios, de maio a julho, o Fundo de Participação dos Municípios – parte dos impostos repassados às Prefeituras pelo Governo Federal – caiu de R\$2,2 bilhões para R\$1,2 bilhão. No primeiro semestre, os Municípios receberam R\$2,4 bilhões a menos do que no mesmo período do ano passado. O FPM representa a única ou a maior receita de mais de 4 mil dos 5.500 Municípios brasileiros. Os Prefeitos, Sr. Presidente, reclamam que a participação dos Municípios na arrecadação caiu de 19% para 13,8%, desde 1999. O principal motivo é que, nesse período, o Governo Federal aumentou sua receita por meio da criação de contribuições sociais, as quais não são compartilhadas com Governadores nem com Prefeitos.

Os Municípios maiores possuem fontes próprias de arrecadação, principalmente o IPTU e o ISS, e não sentem muitas dificuldades. Mas, Sr. Presidente, para os pequenos e médios, o FPM e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços são fundamentais. E as perspectivas são as piores possíveis! Segundo dados da Confederação, a receita de ICMS tem sofrido queda real de 3% a 5% por mês. As projeções do Tesouro Nacional mostram um quadro pouco alentador para as prefeituras. Em agosto, deve haver um pequeno aumento no repasse do FPM, de 6% a 7% em relação a julho, por causa do REFIS II. Mas uma nova queda, de cerca de 3%, está prevista para setembro.

Pelo País afora, têm pipocado há alguns dias as reações: suspensão no pagamento de fornecedores e de serviços, férias coletivas, funcionamento em meio expediente ou fechamento das portas por um ou dois dias na semana, sem falar no corte radical de investimentos, sobretudo pelo contingenciamento dos recursos da União Federal.

As Associações de Municípios, que organizaram as greves em todo o País, estão agora se preparando para uma reunião aqui em Brasília, amanhã, para formalizar o protesto. Amanhã, também cerca de 500 prefeituras de São Paulo podem parar. Mais de 300 municípios gaúchos aprovaram em assembléia uma paralisação nos próximos dias. E os de Minas Gerais já estão paralisados.

O Senado Federal, que é a Casa da Federação, não pode ficar indiferente a tal crise. Nós temos a responsabilidade constitucional de cuidar dos Estados, dos Municípios e manter intacto o pacto federativo. Entre nós há 22 ex-Governadores e, por isso, o Senador é o fórum adequado para discutir a questão tributária e fiscal. Temos que estabelecer estratégias que garantam melhor interação entre os entes federados. Não podemos admitir um federalismo predatório, que mata aos poucos os pequenos e os médios Municípios. E é preciso, sem dúvida nenhuma, envolver os prefeitos no debate da Reforma Tributária, que pode, inclusive, com a desvinculação proposta, reduzir os investimentos em serviços essenciais à população, como educação e saúde.

Não sem razão, as Prefeituras querem aproveitar o debate atual para reivindicar participação de 22,5% na Contribuição sobre Movimentação Financeira, dentro da Reforma Tributária, e de outros 22,5% na Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico, assunto que não depende de emenda constitucional, a transferência de arrecadação do ITR para as cidades, entre outros itens.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Com muito prazer, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Felicito o pronunciamento de V. Ex^a, o qual veio ao encontro do momento em que vivemos, que é dos mais dramáticos. Está aqui o Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Associação Brasileira dos Municípios, que gostaria de apresentar um quadro aos Senadores, aos Deputados e ao Poder Executivo. Na verdade, a situação deles vai ficar desesperadora. Na Constituinte, os Municípios saíram com uma bela média de 23%, mas

hoje estão com cerca de 15%. No Rio Grande do Sul, há prefeituras que estão fechando as portas, porque os prefeitos não têm como atender. Penso que V. Ex^a, como Líder, poderia falar com os outros Líderes. O Dr. Paulo Ziulkoski Presidente dessa entidade, já teve uma reunião com o próprio Lula, e se pudéssemos fazer uma reunião com esses prefeitos para que eles pudessem ouvir e debater essa matéria, V. Ex^a poderia ser intermediário disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Penso até, Senador Pedro Simon, que poderemos começar verdadeiramente pondo em prática aquela sua idéia de levarmos representantes da Comissão de Municípios Brasileiros para o almoço de amanhã da Bancada do PMDB, para discutirmos internamente sobre esse assunto. Começaremos por aí. Depois marcaremos uma reunião com os Líderes.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Seria formidável. Comunicarei a ele isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Mas esse é, sem dúvida um assunto inadiável, e os Municípios fazem justas reivindicações.

Sr. Presidente, o prefeitos reivindicam, ainda, a regulamentação do art. 23 da Constituição, que define as competências entre os níveis de Governo e a imediata redução das taxas de juros para um índice capaz de revitalizar a atividade econômica. Esta, aliás, sem dúvida, uma questão fundamental.

O Brasil, é importante repisar, já foi o País que mais cresceu economicamente no mundo. Não dá para aceitar uma previsão de crescimento pífio, de 1% do PIB. Isso não reaquecerá a economia, não ampliará a oferta de empregos, não garantirá aumento da arrecadação de impostos, sem elevação da carga tributária, que é o ponto central da crise porque ora passam os Municípios. O PMDB tem um compromisso histórico e inarredável com a Federação e com os Municípios e dele não vamos nos arredar.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Solicito a minha inscrição pela Liderança do Bloco de Apoio do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a está inscrita em sétimo lugar, como Líder do PT.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo PSB.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, trago hoje ao Plenário um assunto muito caro e sensível não apenas para mim, mas, com certeza, para os Senadores Tião Viana e Sibá Machado.

Comunico à Casa e a meus nobres Pares que amanhã, 6 de agosto, o Diretor do Museu da República, Ricardo Vieiralves, entregará ao Governo do meu querido Estado do Acre a Bandeira e a espada utilizadas por José Plácido de Castro durante as campanhas da Revolução Acreana. Para se ter uma idéia da importância desses objetos para a história do Acre e de seu povo, basta dizer, Sr. Presidente, que a Bandeira a ser confiada à guarda do Governo do Estado, depois de 101 anos, ainda guarda perfurações de bala e está suja de sangue – sangue derramado nos campos de batalha, para que aquela região, então disputada e objeto de cobiça internacional, fosse, como de fato o foi, anexada ao território nacional.

A espada, um sabre que, segundo consta, José Plácido de Castro envergava em solenidades militares, traz a inscrição “E. I. A, 24 de janeiro de 1903”, uma alusão ao Estado Independente do Acre estabelecido naquela data, com a capitulação dos bolivianos durante a tomada da cidade de Puerto Alonso, em seguida rebatizada de Cidade de Porto Acre.

A entrega desses objetos faz parte das comemorações dos 101 anos da Revolução Acreana. Em Rio Branco, a Capital do Estado, e em Xapuri, lugar por onde a Revolução Acreana foi iniciada, por todo o dia de amanhã haverá festas e homenagens aos heróis que perderam suas vidas nas trincheiras em busca de liberdade e da cidadania brasileira. O Governador Jorge Viana depositará uma coroa de flores no obelisco situado na esplanada do Palácio Rio Branco, em homenagem aos homens e mulheres que fizeram do Acre uma causa e por ela deram suas vidas. Entre essas mulheres está a figura lendária de Angelina Gonçalves, dona-de-casa que assumiu o lugar do marido ferido em combate e teve sua bravura e destemor reconhecidos inclusive pelos seus inimigos de batalha, os bolivianos, que a capturaram de armas em punho reagindo à invasão de sua colocação.

Em Xapuri, cidade mundialmente conhecida como berço de outro grande herói nacional, o sindicalista Chico Mendes, histórias como de Angelina Gonçalves e dos comandantes da revolução liderada por José Plácido de Castro serão lembradas, porque foi por ali que tudo começou. No vigor dos seus 27 anos

de idade, há 101 anos, Plácido de Castro se propôs a expulsar o sindicato multinacional Bolivian Sindycate, que solapava as riquezas produzidas com a exploração da borracha, e proclamou a necessidade da revolução porque, nas suas palavras, “A guerra é o Legítimo Tribunal dos Excluídos”.

Vejam, então, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não estamos aqui falando de uma guerra qualquer. Estamos falando da história de homens e mulheres que, de armas em punho e com toda a bravura que a circunstância requeria, fizeram uma declaração de amor ao Brasil. É por isso que o Acre tem essa história tão peculiar. É o único Estado deste País que se tornou brasileiro por opção de sua gente.

Portanto, muito mais que guardião dos símbolos de sua história, o Acre é um exemplo de amor e patriotismo. O hino acreano, escrito pelo médico Francisco Mangabeira, literalmente nas trincheiras dos campos de batalha, é ao mesmo tempo uma declaração de guerra ao audaz invasor, mas também uma canção de amor ao Brasil. É praticamente impossível ficarmos impassíveis diante dos acordes de nosso Hino. Mas este Estado, que é um exemplo vivo de brasilidade, foi, por longos anos, uma espécie de filho enjeitado da Nação. Logo após a vitória da Revolução, criou-se a figura esdrúxula do Território Federal. Com isso, por mais de 60 anos, os acreanos foram privados de escolher seus governantes, já que os Governadores eram indicados e nomeados pelo Governo Federal. Alguns dos que governaram o Acre, em cuja história o Senador José Guiomard Santos é uma honrosa exceção, não sabiam sequer onde o Acre estava localizado no mapa do Brasil. Mas, 41 anos depois, o Acre vive sua segunda revolução. Através do voto popular e escorado numa história que começou lá atrás, com os empates organizados por Wilson Pinheiro, em Brasília, e depois por Chico Mendes, em Xapuri, chegou ao Governo do Estado a figura do Governador Jorge Viana e de uma equipe comprometida com o passado e com o futuro daquela terra. Eleito em 1999 e reeleito em 2002 com votações expressivas e extraordinárias, Jorge Viana é, como foi José Plácido de Castro, o condutor de uma revolução em que o inimigo já não anda de armas em punho. O inimigo é o atraso, é a política predatória do meio ambiente e da falta de um projeto específico para uma região que é não só emblemática como absolutamente única. Na condução de um projeto que combate o atraso, o Governador Jorge Viana tem mostrado ao mundo que é possível se buscar desenvolvimento sem agredir e sem violar o meio ambiente. Tem mostrado que, no meio da selva brasileira, é possível também se viver

com dignidade e sem que seja necessário aos homens e mulheres daquela região copiarem estereótipos estranhos e alheios à sua cultura e ao seu modo de vida. Para isso, criou-se uma palavra nova, um termo até então inexistente para designar o que o homem amazônico está fazendo por ali. Florestania, a cidadania do homem da floresta.

É por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que me sinto à vontade para falar sobre esse assunto nesta Casa. Sem cabotismo, creio que a nossa geração, a geração sonhadora, que se inspira na história da nossa gente, está realizando, no Estado do Acre, no coração da Amazônia brasileira, algo que é verdadeiramente digno dos nossos antepassados. Lutar, preservar e buscar o desenvolvimento com absoluto respeito à natureza é, a meu ver, estar à altura do sangue derramado nos campos de batalha pelos homens e mulheres que, há 101 anos, iniciaram a epopéia da Revolução Acreana.

Viva o Acre! Viva a Revolução Acreana!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço a atenção dos Srs. Líderes para que prestigiem os Senadores inscritos.

Vamos intercalar, concedendo a palavra ao Senador Maguito Vilela e, em seguida, ao Senador Efraim Morais, Líder da Minoria. Faremos isso sucessivamente para que não haja uma decepção completa dos inscritos.

Com a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, extremamente honrado, volto a esta tribuna depois de cinco meses de licença. Chego revigorado pelo contato que mantive nesse período, de forma mais estreita, com as pessoas do meu Estado. Feliz em retomar o convívio com expressivas inteligências políticas deste País, que ocupam as cadeiras no Senado Federal. Motivado pelos desafios que teremos na tarefa de construção de um novo Brasil. E absolutamente consciente de minhas responsabilidades com esse momento histórico de mudanças.

Licenciado das atividades diárias do Senado, não deixei de exercer a política, nem tampouco de es-

tar presente nas discussões que centralizam a atenção nacional. Viajei por Estados de todas as regiões do Brasil, discutindo os novos caminhos que o País busca trilhar. Em todos eles, tive a oportunidade de dialogar com políticos, líderes classistas e líderes empresariais e encontrei um consenso sobre a necessidade de fazer as reformas.

Há um anseio inadiável pela construção de bases sólidas que nos permitam exibir índices mais expressivos de crescimento.

Volto a esta Casa otimista e convicto de que o Presidente Lula, a despeito de todas as dificuldades e da pesada herança que recebeu, será o grande líder neste processo de transformação que fará do Brasil um País melhor, um País mais igual e mais justo.

Além da sensibilidade que mora na sua personalidade política, o Presidente Lula possui qualidades essenciais para liderar esse processo. Tranquilidade e disposição para o diálogo, segurança com relação aos rumos traçados e coragem para enfrentar o comodismo e o apego aos privilégios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o papel do Congresso na construção de um País novo é enorme, e a hora de fazermos nossa parte está chegando.

Quando os projetos de reforma aqui chegarem, será o momento de o Senado mostrar que não vai se apequenar, como nunca se apequenou; que não vai se curvar às pressões ilegítimas, porque nunca se curvou; que não vai se alinhar com uma minoria que sempre teve tudo do Poder Público sem sequer dar uma contrapartida de trabalho eficiente.

O Senado vai cerrar fileiras com a justiça social. Se é compreensível que segmentos lutem por seus interesses, cabe à classe política perseguir de forma implacável o que é justo, legítimo e melhor para o povo brasileiro.

O Presidente Lula foi eleito com a maior votação da história do Brasil, num sinal claro de que o povo quer mudanças. Mudanças que começam pelas reformas da Previdência, tributária e, posteriormente, política. É este o ponto de partida.

O espírito que deve reger as reformas é de desprendimento. É imprescindível observar que há um limite para as concessões. Elas podem ir até o ponto em que não comecem a gerar prejuízos para a maioria da Nação brasileira. As reformas não estão sendo feitas para beneficiar grupos, mas para beneficiar o Brasil, para beneficiar o povo brasileiro. Para que todos ganhem, é preciso que cada um ceda pelo menos um pouco.

O Governo Lula mostra que está disposto a fazer a sua parte, cedendo alguns pontos. A manutenção da paridade da aposentadoria integral para os atuais servidores, no caso da reforma Previdência, foi um sinal claro, mas, como disse, tem que haver limites para as concessões.

As dificuldades enfrentadas eram previsíveis. Infelizmente, neste País, sempre que se busca fazer justiça, o mundo quase vem abaixo. Promover a igualdade é também ferir os que sempre estiveram por cima. E se é preciso ter tranquilidade e diálogo, é fundamental firmeza para seguir o caminho traçado. Caso contrário, o Brasil caminha para o caos.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Dentro de poucos minutos, com muita honra, concederei o aparte ao ilustre Senador Demóstenes Torres.

Os sinais são visíveis. A tensão no campo, a violência nas cidades, o desemprego, as dificuldades que enfrentam as prefeituras, problemas muito bem abordados por Senadores que me antecederam nesta tribuna, é isso que deve nos indignar e nos motivar para as transformações.

O Brasil não pode continuar a ter cidadãos de primeira classe, segunda classe e terceira classe. E isso só terá fim quando privilégios ilegítimos forem banidos. Se cada segmento pensar somente até o limite de seu umbigo, teremos eternamente os pobres morrendo de fome e os ricos morrendo de medo. O MST é filho das desigualdades. E já gerou um neto: o Movimento dos Sem-Teto. Daqui a pouco, chegam os bisnetos, os tataranetos e não restará outra coisa senão o “salve-se quem puder”.

No caso dos servidores públicos, é preciso entender que, se a reforma tira regalias, as tira apenas da minoria. Para a maioria esmagadora do servidor público, a reforma da Previdência é positiva. A maior parte dos servidores ganha muito pouco e se aposenta com quase nada. E esses, naturalmente, serão beneficiados, pelo que conheço da reforma.

A proposta de reforma tributária pode não ser a ideal. É necessário ser menos tímido na simplificação tributária e na diminuição dos impostos. Mas o Governo fez sua parte, enviando o projeto para o Congresso. Nós teremos a chance de fazer as alterações necessárias que, julgo eu, devem ser feitas sob a ótica do setor produtivo.

A redução da carga tributária é um ponto essencial para a retomada do crescimento e a geração de empregos. É meta inadiável.

Por fim, há que se fazer a reforma política. A ausência de políticas rígidas prejudica também o desenvolvimento.

O atual Governo foi eleito sob a égide das mudanças. Volto ao Senado imbuído do propósito de lutar, no limite de minhas forças, para ajudar a implantar as transformações exigidas pela sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia deixar de prestar, neste momento, uma justa homenagem à Senadora Iris de Araújo, que tão bem exerceu seu papel nesta Casa nos últimos cinco meses. A Senadora Iris de Araújo tem uma história exemplar de luta democrática e uma reconhecida afeição com as causas dos mais necessitados.

Foi aqui uma voz que conseguiu traduzir com sensibilidade os problemas nacionais. Mostrou que o Parlamento não pode ficar preso apenas à sua órbita técnica e política. É precisa exercitar uma feição mais humana, tratando os problemas com concórdia e não com a confrontação simplista; exercitar o entendimento e não a radicalização.

A Senadora Iris levantou temas que nem sempre fazem parte de nosso cotidiano político, mas que precisam estar na pauta de preocupações do Brasil: a questão da mulher, o câncer de mama, a Aids, as dificuldades das donas-de-casa, os problemas vividos pelos idosos, o drama das crianças carentes, de meninos e meninas que vivem nas ruas. Sobre todos esses temas, a Senadora Iris fez abordagens inteligentes, sem deixar de lado a discussão dos problemas macroeconômicos.

E o mais importante: pautou seu trabalho com ponderação, sem demagogia e foi, sobretudo, “propositiva”. Conheço bem a Senadora Iris de Araújo que nunca foi afeita ao palavrório fácil, mas ao trabalho concreto. Por isso, nos deixou um conjunto de importantes projetos relacionados ao combate à fome e ao desemprego, à reforma agrária, à saúde e à educação.

Registro os meus cumprimentos ao brilhante trabalho da Senadora Iris. Faço-lhe a minha homenagem que se estende à inteligência da mulher brasileira.

Por fim, agradeço a acolhida carinhosa que recebi de todos ao retornar a esta Casa. Sinto-me ainda mais fortalecido, disposto, otimista e motivado com a possibilidade histórica que teremos, todos juntos, de ajudar a construir um novo Brasil.

Concedo o aparte, com muita honra, ao brilhante Senador goiano, Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Maguito Vilela, gostaria de saudar o seu retorno a esta Casa. V. Ex^a, que tem um passado político e administrativo brilhante, honrado e decente, certamente muito fará para que o Senado Federal ajude o Brasil a fazer reformas tão necessárias, como a da Previdência, a tributária, a política e a “reforma da tranquilidade pública”, que é essencial – e V. Ex^a tem muito a colaborar nesse sentido. Por isso, afirmo que também concordo com suas palavras em relação à Senadora Iris de Araújo, que aqui esteve por seis meses e, de forma brilhante e correta, representou muito bem o Estado de Goiás, mostrando ao Brasil e ao mundo decência, elegância, brilhantismo na maneira extraordinária com que se portou todo esse tempo. Reitero as boas-vindas a V. Ex^a, concordando inteiramente com seu discurso.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço muito o aparte de V. Ex^a, que foi um brilhante representante do Ministério Público, Procurador de Justiça no meu Governo em duas oportunidades, quando ajudou a criar condições para que Goiás fosse o que é hoje. Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Concedo-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Concedo um aparte ao nobre Líder Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Maguito Vilela, desejo cumprimentá-lo e dizer do entusiasmo que sinto com o retorno de V. Ex^a. Desejo, igualmente, transmitir meu sentimento de saudades da Senadora Iris de Araújo, que exerceu um mandato à altura de sua personalidade e de sua biografia. E quero dizer da minha alegria em ver no pronunciamento de V. Ex^a solidariedade intransigente ao projeto de mudança para o Brasil. V. Ex^a confirma em suas palavras a necessidade de um projeto que inclua justiça social e que rompa com o pacto das elites, que esqueceram os excluídos deste País ao longo da nossa História. Esse projeto de mudança incorpora a reforma da Previdência Social, a reforma tributária, seguramente a reforma do Judiciário, a reforma trabalhista e a reforma política. São cinco mudanças estruturais que o Brasil precisa viver e que já está neste momento fazendo sua travessia na Câmara dos Deputados. Temos o dever de acompanhar esse debate, de participar vivamente dele, mas seguramente o enfoque é o que V. Ex^a está dando: o Governo foi eleito para promover mudanças – essa foi a decisão de mais de 50 milhões de brasileiros. Constatamos o apoio ao Governo do Presidente Lula em debates amplos com os Vereadores do Partido dos Trabalhadores.

res e com os Deputados Estaduais. Hoje tivemos a reafirmação do apoio ao Presidente Lula por parte dos Prefeitos e dos Governadores. Uma ampla pesquisa realizada recentemente com os filiados do PT demonstrou que o caminho é exatamente o da mudança, como V. Ex^a muito bem enfatiza. Tenho certeza de que o Brasil não aguenta mais a indiferença e a insensibilidade com as 40 milhões de pessoas que, ao envelhecer, não têm um real de cobertura previdenciária. Queremos fazer mudanças sem ferir direitos e sem prejudicar ninguém, mas temos que fazer mudanças e ninguém faz mudanças sem coragem e determinação e o compromisso com o processo histórico que tem o nosso Governo. O pronunciamento de V. Ex^a atualiza a sua personalidade de forte defensor de um Brasil diferente, o Brasil de todos e não o Brasil de uma minoria. Parabéns e boa sorte!

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Muito obrigado, Líder do PT, brilhante Senador Tião Viana, juntos vamos promover as transformações de que o Brasil necessita.

Sou filho de um trabalhador rural que se aposentou com um salário mínimo e que, aos 90 anos de idade, ainda queria colaborar com o País pagando a Previdência.

Concedo um aparte ao nobre Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Maguito Vilela, é uma alegria tê-lo de volta. Endosso as palavras de outros Senadores sobre sua substituta à altura de V. Ex^a, nossa Senadora Iris de Araújo. Conte conosco para juntos analisarmos e votarmos em prol das causas do povo brasileiro, que sempre tem sido a tônica da atuação de V. Ex^a. Vamos, com toda certeza, cumprir no nosso Partido, o PMDB, nossa obrigação. Aproveito a oportunidade para saudá-lo e para falar da alegria de tê-lo de volta ao nosso meio.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço ao Senador Ney Suassuna, Parlamentar muito ativo e participante de todas as grandes decisões desta Casa.

Com muita honra concedo a palavra ao ilustre Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Maguito Vilela, sinto-me extremamente motivado em participar de um momento como este, que enriquece a vida desta instituição. Venho acompanhando há muito tempo suas opiniões, sua campanha, sua história política e, sobretudo, a postura corajosa que V. Ex^a manteve nas últimas eleições, desempenhando um papel decisivo, eu diria, na vitória do

Presidente Lula. V. Ex^a merece deste novo Governo toda atenção, empenho e colaboração no desempenho de seu mandato. Mais do que isso, tenho certeza de que sua presença fortalece ainda mais os compromissos de mudança, reforma e esperança que construímos nessas eleições, para que o Governo possa superar as adversidades que herdou, as dificuldades que virão e construir um País mais próspero, justo e solidário. Tenho certeza de que Goiás estará muito bem representado por essa figura ilustre, histórica, tão apreciada e amiga que V. Ex^a representa para esta Casa. Parabéns a V. Ex^a pelo seu retorno, ao Senado Federal pela brilhante atuação que V. Ex^a seguramente terá e, eu diria, ao País por engrandecer a vida do Senado Federal, esta instituição tão fundamental à democracia e à República brasileiras. Muito obrigado.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante, uma das cabeças pensantes deste País e que tem a responsabilidade de conduzir a Liderança do Governo para buscarmos as reformas tão importantes e tão necessárias ao nosso País.

Concedo a palavra, com muita honra, ao brilhante Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Maguito Vilela, nós que representamos a minoria nesta Casa cumprimentamos V. Ex^a pelo retorno ao Congresso Nacional dizendo-lhe, primeiramente, que a Senadora Iris de Araújo, que aqui esteve conosco no primeiro semestre, substituindo V. Ex^a, nos deixa saudades pela forma como atuou nesta Casa, de maneira vibrante, em defesa do seu Estado, Goiás. V. Ex^a, além de cobrir essa lacuna, traz para o Congresso Nacional a sua experiência como Governador e como Senador por muito tempo nesta Casa e, com certeza, irá nos ajudar a combater as injustiças que haverão de vir por conta da reforma da Previdência, que está sendo votada, principalmente contra os aposentados, contra as viúvas, exatamente contra aqueles que mais se dedicam a este País: os trabalhadores brasileiros, os funcionários públicos federais, estaduais e municipais. Tenho certeza de que contaremos com a independência de V. Ex^a e, acima de tudo, com o seu histórico político, a sua posição firme em defesa do aposentado, da viúva, dos trabalhadores e dos funcionários públicos. Seja bem-vindo. Esta Casa precisa da voz firme de V. Ex^a em defesa do povo brasileiro.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Líder Efraim Morais, do querido Estado da Paraíba. Sem dúvida nenhuma, procurarei contribuir o máximo possível.

Repito que sou filho de um pequeno agricultor que se aposentou com um salário mínimo e que morreu, quase aos cem anos de idade, desejoso de colaborar com a Previdência. A minha mãe seguiu o mesmo caminho: aposentou-se com um salário mínimo e teve muitas dificuldades no fim da vida até para adquirir remédios. Cito esses exemplos, a fim de que nos convençamos de que precisamos fazer justiça aos idosos, aos pobres, aos mais necessitados, àqueles que sempre foram excluídos neste País.

Com muita honra, concedo um aparte ao ex-Governador do Piauí, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Maguito Vilela, é imensa a satisfação de reencontrá-lo e revê-lo, representando não apenas o bravo povo goiano, mas o Brasil todo. William Shakespeare ficou famoso porque disse que todo o bem que ganhamos provém da perda de outro bem. É uma das filosofias. Realmente, V. Ex^a significa muito, principalmente para mim. Nós, juntos, vencemos as eleições de 1994, apoiando o candidato do PMDB, Orestes Quêrcia, que, naquele tempo, possibilitou a vitória de nove Governadores, dentre os quais o hoje Senador Garibaldi Alves Filho, grande e extraordinário homem público, que se encontra aqui ao lado. O Senador Ney Maranhão foi vice de Antonio Mariz. É preciso lembrar também que, cireneu daquela vitoriosa campanha para o nosso Partido, com candidatura própria, lá estava Iris, mulher a quem muito devemos e que voltou a dar aqui demonstração de grandeza e de liderança. Então, como disse Shakespeare, todo o bem que ganhamos se dá com a perda de outro bem. Mas para tudo há solução. E chamo a atenção para o grande líder do PT e deste País na atualidade, o Senador Paulo Paim, que quis Deus ora estivesse presidindo a sessão. Quis Deus também que V. Ex^a fosse apartado por esta Liderança de perspectivas invejáveis, o Senador Tião Viana, e pelo próprio Líder do Governo, Aloizio Mercadante. Portanto, já que pensam no PMDB, sonham com o PMDB e dele precisam, está aí a luz e o caminho: V. Ex^a, que tão bem governou Goiás. Sou testemunha de que nenhum Governador deu tanto alimento aos pobres – com o sacolão – como V. Ex^a, quando governou Goiás. Que V. Ex^a fortaleça o Governo, que seja o Primeiro-Ministro do PMDB! O País e os pobres vão ganhar com sua experiência e obstinação e o Senado terá de volta Iris.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço-lhe sobremaneira o aparte, Senador amigo e querido, ex-Governador brilhante, que, sem dúvida nenhuma, tem dado grande colaboração a seu Estado e a este País.

Finalmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço-lhes pela atenção a mim dispensada, principalmente neste retorno. Espero encontrar muitas forças para ajudar nas transformações de que o Brasil tanto necessita.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esta Presidência cumprimenta a nobre Senadora Iris de Araújo bem como o nobre Senador Maguito Vilela, mesmo assim já tendo me manifestado no dia de ontem.

Neste momento está inscrito para falar pela Liderança da Minoria o nobre Senador Efraim Morais, mas concedo a palavra, pela ordem, ao Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apenas prestar solidariedade a dois Senadores da República que passaram por um constrangimento, na última semana, nas dependências do Senado Federal, quando tentaram assistir à reunião secreta da CPI do Banestado.

Os dois Senadores chegaram, desempenhando suas atribuições e responsabilidades constitucionais, para acompanhar uma reunião que estava ocorrendo em caráter secreto e a informação que receberam à porta é que havia um impedimento de acesso em razão de tratar-se de uma reunião secreta. Isso é grave, abre um precedente constrangedor e fere o Regimento Interno do Senado Federal.

Faço a leitura do art. 117 do Regimento Interno porque sei que a interpretação que tem a Presidência do Senado Federal, na figura do Senador José Sarney e na personalidade de V. Ex^a, é o mesmo entendimento democrático e de respeito ao livre acesso e presença dos Senadores da República nas dependências da Casa, incluídas as Comissões.

Diz o seguinte o art. 117 do Regimento Interno:

Art. 117. Nas reuniões secretas, além dos membros da comissão, só será admitida a presença de Senadores e das pessoas a serem ouvidas sobre a matéria em debate.

Entendo que a observância ao Regimento Interno é a grande responsabilidade funcional do Senado

Federal como instituição democrática e seguidora dos preceitos constitucionais.

Não tenho a menor dúvida de que é do conhecimento da autoridade de V. Ex^a a defesa intransigente do acesso dos Senadores a qualquer ambiente do Senado Federal, quando estiver presente o interesse público.

Esta não é uma crítica à Presidência da Casa. Pelo contrário, é a confirmação da atenção que V. Ex^a tem recomendado a todos os Senadores, particularmente aos Presidentes de comissões, sobre o bom andamento dos trabalhos e o respeito ao Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Com a tolerância do Senador Efraim Moraes, a quem eu já tinha concedido a palavra, concedo a palavra ao Presidente da CPMI, Senador Antero Paes de Barros

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, prezado Líder do Partido dos Trabalhadores, Senador Tião Viana, quem lhes fala é um Senador da República que tem um projeto tramitando nesta Casa que limita muito a questão do sigilo. Portanto, não sou favorável à preservação do sigilo. Aliás, há um projeto da minha lavra nesta Casa favorável a que o homem público não tenha direito a nenhum sigilo, devido à opção pela vida pública.

Entretanto, no início dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – é a primeira vez que presido uma comissão desse porte –, fui orientado no sentido de que somente poderiam ter acesso aos documentos sigilosos da CPMI os seus membros, ou seja, Parlamentares titulares e suplentes. Portanto, houve também o entendimento da Assessoria da Comissão no sentido de que, nas reuniões reservadas, possam ser revelados dados do sigilo bancário e fiscal de pessoas públicas e privadas brasileiras, devendo estar presentes apenas os Parlamentares titulares e suplentes dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Entretanto, na audiência do Delegado Castilho, na data mencionada pelo Senador Tião Viana, fui procurado pelo Senador Eduardo Siqueira Campos, que adentrou a sala em que se reunia a CPI e disse: “Senador, está ocorrendo um problema, pois os Parlamentares não estão podendo entrar na sala da CPI”. Ato contínuo, disse a S. Ex^a que, se quisesse, podia permanecer, e determinei à Assessoria que permitisse a presença de todos os Parlamentares, Deputados Federais e Senadores – e assim foi

feito, já na reunião subsequente, no dia seguinte. Portanto, desde a audiência realizada com o Dr. Luiz Francisco, temos a presença de Parlamentares que não são membros integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Por ocasião desse alerta feito pelo Senador Tião Viana, registro à Casa que hoje – exatamente hoje –, encaminhei ofício, como Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ao Procurador da República, Dr. Cláudio Fonteles, e ao Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, para que fossem apurados nas duas instituições – Ministério Público e Polícia Federal – os motivos dos vazamentos ocorridos na imprensa brasileira dos documentos sigilosos que nos foram entregues nas duas audiências citadas.

Recebemos as informações sigilosas em reunião reservada da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Na quinta-feira, foi realizada a última reunião. Os dados sobre o sigilo foram transferidos para nós na sexta-feira, e, no sábado, revistas nacionais já publicaram informações – sem que a Comissão saiba se são verdadeiras – que poderão trazer prejuízo às investigações e à honra alheia.

Tenho a convicção de que, ao receber os documentos, lacrei o invólucro que os continha. Além disso, a Secretaria da Comissão anota num livro de controle o nome das pessoas que desejam analisar os documentos. Portanto, informo ao Senado e ao Brasil que os documentos continuam lacrados, mas parte deles – se é que é parte deles – está publicada na imprensa brasileira.

Feitas essas explicações, deixo absolutamente claro que lamento que a legislação seja essa. Sendo assim, nós a cumprimos.

Sr. Presidente, com relação à presença, informo a V. Ex^a, ao Senador Tião Viana e a esta Casa que, desde a reunião em que compareceu o Procurador Luiz Francisco, todos os Parlamentares têm tido acesso à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esta Presidência cumprimenta V. Ex^a pelo esclarecimento e esclarece a posição da Mesa, lendo os arts. 112 e 117 do Regimento Interno:

Art. 112. É facultado a qualquer Senador assistir às reuniões das comissões, discutir o assunto em debate, pelo prazo por elas prefixados, e enviar-lhes, por escrito, informações ou esclarecimentos.

(...)

Art. 117. Nas reuniões secretas, além dos membros da comissão, só será admitida a presença de Senadores e das pessoas a serem ouvidas sobre a matéria em debate.

Portanto, não há dúvida quanto à decisão da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Com a palavra ao Senador Efraim Moraes, Líder da Minoria.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o pronunciamento que farei a respeito da crise de energia elétrica no Brasil, desejo fazer dois registros.

Primeiramente, informo à Casa e ao Brasil que hoje a Capital do nosso Estado, João Pessoa, comemora 418 anos de emancipação. O Senador Ney Suassuna conhece a nossa Capital, a morada do sol, onde há sol de inverno a verão. João Pessoa é a cidade que vê o sol nascer primeiro. Nesta oportunidade, abraço a todos os pessoenses para, juntos, comemorarmos os 418 anos de emancipação política. Saúdo, enfim, todos os paraibanos pelo dia em que comemoramos o aniversário de nossa querida Capital, João Pessoa.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, na semana que passou, estive em missão oficial, representando o Senado Federal, juntamente com o Senador Mão Santa, por designação do Presidente José Sarney, em conferência interparlamentar realizada no México. Participamos da II Conferência Interparlamentar de Energia e da XV Reunião da Comissão de Energia e Minas do Parlamento Latino-Americano, eventos realizados no Centro de Vinculação Internacional e Desenvolvimento Educativo da Universidade do Estado, em Hidalgo, no México.

Na oportunidade, foram discutidos vários temas, como, principalmente, a harmonização legislativa e jurídica nos temas energéticos e de minas dos países da América Latina, a modernização do setor elétrico, a visão e os caminhos dos Governos estatais diante das reformas energéticas na América Latina, a interconexão elétrica na América Latina e suas projeções, bem como o desenvolvimento petrolífero e, ainda, a produção de gás na América Latina e no México, além da reforma energética e do aproveitamento de recursos naturais.

O Parlamento brasileiro esteve representado pela Deputada Laura Carneiro, do PFL do Rio de Janeiro; o Deputado Fernando Ferro, do PT de Pernambuco; o Deputado Feu Rosa, do PMDB do Espírito

Santo; o Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí; e o Senador Efraim Moraes, da Paraíba.

Tenho certeza de que a preocupação com a crise energética, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é do mundo inteiro.

Nós participamos desse Congresso ouvindo autoridades não só da América Latina, mas de todo o mundo sobre essa questão, o que foi do maior proveito. Depois apresentarei a esta Casa relatório dessa conferência interparlamentar.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim Moraes, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Com o maior prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Aproveito esta oportunidade para dar testemunho da grandeza com que a equipe de que fiz parte se apresentou na cidade do México e no Estado de Hidalgo, lá na cidade de Pachuca. Desses cinco Parlamentares, três eram engenheiros: o Deputado Fernando Ferro, do PT, de Pernambuco; o Deputado Feu Rosa, que vai para o PMDB, do Espírito Santo; e o nosso grande companheiro Senador Efraim Moraes, que surpreendeu a todos como profundo conhecedor da problemática energética do nosso País e mostrou como subsídio um dos compêndios que todos os Senadores e todos os homens envolvidos com o desenvolvimento energético conhecem. Sem energia não haverá **desarrollo**, como dizem no México. S. Ex^a se fundamentou no livro do ex-Senador João Alves que, sem dúvida nenhuma, obstinadamente e competentemente, tem feito estudos sobre o problema de desenvolvimento da energia. Nós, do Piauí, nos sentimos muito honrados quando ouvimos e detectamos que aquele sonho de Alberto Silva tem muito fundamento: a pesquisa do biodiesel pela mão humana. O nosso país, se todos nós continuarmos com responsabilidade, tem perspectivas invejáveis no desenvolvimento de energia porque é um dos poucos países que tem muitas hidrelétricas, que inicialmente requerem grande investimento de capital, mas depois a energia se torna barata. Os norte-americanos detêm 25% de toda a energia do mundo, mas quase a totalidade da geração de energia lá depende dos derivados do petróleo. Daí, a busca, pela força, do petróleo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex.^a o aparte, o qual incorporei na íntegra. Não resta dúvida de que o aproveitamento de recursos naturais foi um dos temas discutidos naquela oportunidade.

O nosso país é rico de norte a sul, no que diz respeito a esses recursos naturais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início eu disse que abordaria a crise de energia elétrica no Brasil, citando o trabalho dos consultores legislativos do Senado Federal Omar Alves Abbud e Edmundo Montalvão, denominado “A crise de energia de 2001 deveu-se à reestruturação do setor elétrico? Para onde seguir após a crise?”.

Segundo eles, “o Brasil viveu um trauma com a crise de abastecimento de energia elétrica ocorrido no ano de 2001. Caso não se tomem as providências necessárias, o problema poderá repetir-se por volta de 2005 ou 2006, sobretudo se ocorrer forte retomada do crescimento econômico”.

E ainda: “uma crise como a que viveu em 2001 é complexa e se constrói a médio e longo prazos. As consequências de erros cometidos na gestão do setor elétrico não são necessariamente imediatas, mas são inexoráveis. (...) Uma coisa, contudo, precisa ser sublinhada: a crise não se deveu, como querem muitos, à reforma empreendida no setor elétrico a partir de 1995. Ao contrário, o início tardio da reforma ou mesmo a falta da sua conclusão – ou ambas as coisas – certamente contribuíram para que a crise de abastecimento ocorresse”.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pois não, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Essa crise gerou um problema tão sério que até hoje os Estados estão pagando por ela, porque sobre a eletricidade incide um percentual razoavelmente grande de ICMS. O Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, perdeu uma média de R\$2,5 bilhões de arrecadação anual. Mesmo passada a crise, nunca mais se voltou a consumir como antes. O resultado é que continua um déficit de R\$1,800 bilhão. Então, é realmente um problema sério. Passou a crise, voltou a energia. Isso é um equívoco porque o problema financeiro permanece sem contar o que se deixou de produzir, o que deixou de entrar. Ao pedir esse aparte, queria aproveitar a sua boa vontade, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. Ex.^a tem todo o tempo necessário.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Quero aproveitar a sua boa vontade para aqui saudar a nossa João Pessoa. Inscrevi-me para falar nesta Casa, mas não consegui. Então aproveitei o discurso de V. Ex.^a para conjuntamente falar de alegria nossa ao fes-

tejar os 418 anos de nossa Capital, que todos amamos e sabemos que é uma das mais bonitas do Brasil. Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu é que agradeço a V. Ex.^a tanto a informação do discurso sobre o setor elétrico quanto o registro dos 418 anos de nossa Capital. Com certeza falamos aqui a voz do paraibano e manifestamos o orgulho de nosso povo. Juntos traduzimos a certeza de que todos os representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, independentemente de cor partidária, temos um compromisso não somente com João Pessoa como também com toda a Paraíba. Tenho certeza de que, na hora em que estamos trabalhando, pensando na Paraíba e em João Pessoa, a questão política é secundária. Pensamos sempre, acima de tudo, no povo paraibano.

Agradeço o aparte de V. Ex.^a.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, o Brasil não corre o risco imediato, no curto prazo, de nova crise de abastecimento de energia elétrica, principalmente porque as taxas de crescimento de nossa economia têm sido muito baixas nos últimos anos. As empresas incorporaram novas medidas de racionalização no uso da energia e as famílias adotaram novos e mais moderados hábitos de consumo.

Esperamos que o Brasil siga seu destino e vocação de crescimento, de desenvolvimento, de País do futuro. Certamente, essa situação em que existe sobra de energia não há de permanecer no longo prazo, sob pena de termos um país inviável, com níveis de desemprego insuportáveis, sem futuro para a nossa juventude e com o presente duvidoso para cada um de nós.

O nível médio dos grandes reservatórios nacionais está em condições razoáveis, com exceção da Região Nordeste, minha região, na qual ele se encontra na faixa de 40% de sua capacidade total, e é bom lembrar que o consumo não voltou aos padrões anteriores ao racionamento. O setor elétrico, cujos projetos, principalmente de novas hidrelétricas, requerem longo período de maturação e elevados investimentos, necessita de planejamento especial, para que não haja defasagem entre oferta e demanda de energia, evitando-se pontos de estrangulamento no processo de desenvolvimento nacional e o risco de apagões.

A energia adicional, a ser ofertada daqui a três ou cinco anos, depende de projetos, de novas plantas, de novos investimentos, a fim de evitarmos crises de abastecimento.

O Governo Federal pretende mudar as bases do atual modelo do setor elétrico e acaba de publicar o documento Proposta de Modelo Institucional do Setor Elétrico. Neste documento, trata de aspectos como os princípios básicos, as bases do modelo, o planejamento da expansão do setor elétrico, a contratação de energia entre geradores, a realocação de energia e a geração termelétrica.

O documento estabelece a chamada prevalência do conceito de serviço público. E afirma, a certa altura: “Um princípio básico do arranjo institucional que se propõe é que a produção de energia deve ser realizada, prioritariamente, por concessionário de serviço público, principalmente aquela destinada aos consumidores cativos”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o documento publicado pelo Ministério de Minas e Energia afirma que o novo modelo atenderia aos requisitos de modicidade tarifária, continuidade e qualidade na prestação do serviço, justa remuneração para os investidores, respeito aos contratos existentes, minimização dos custos de transação durante o período de implantação, redução de pressões adicionais de tarifas para o consumidor, criação de ambiente favorável à retomada de investimentos, além de permitir sua implantação de forma gradual.

Apesar de todas essas boas intenções mencionadas no documento, não existem condições objetivas que nos permitam atestar a excelência do modelo proposto.

Temos um cenário econômico nacional e mundial muito incerto, com retração de investimentos estrangeiros no Brasil, com queda na renda real dos trabalhadores, aumento dos níveis de desemprego em quase todos os setores econômicos, ausência de investimentos em infra-estrutura, para que a economia possa se recuperar e voltar a crescer.

O viés – palavra tão utilizada hoje em dia – estilizante que permeia esse novo modelo certamente contribuirá para dificultar a atração de novos investimentos privados, não apenas no setor de energia elétrica como em outros segmentos fundamentais para acelerar nosso processo de crescimento econômico, como transportes, portos e telecomunicações.

O recente embate, dentro do Governo, entre o grupo favorável a um aumento no processo de estatização e as agências reguladoras demonstra claramente a inexistência de um ambiente favorável a novos investimentos privados no Brasil, em decorrência de dúvidas em relação a regras estabelecidas em contratos e normas que devem ser claras e bem definidas no longo prazo.

Com o baixo nível de investimentos que têm ocorrido na área de infra-estrutura, é necessário assegurar essas condições para a participação do capital privado no processo de desenvolvimento nacional.

Hoje, com uma carga tributária de 35,8% do PIB – com a reforma que está sendo proposta pelo Governo, poderemos passar dos 40%; teremos a responsabilidade, neste Senado Federal, de não deixar que isso aconteça –, um déficit nominal de 4% do PIB e a absorção pelo Governo de substancial parte da poupança privada, não podemos esperar que apenas a redução de um ou dois pontos percentuais nas elevadas taxas de juros praticadas no Brasil consiga trazer novos investimentos e aumentar nossa competitividade internacional, para implantarmos um novo modelo no setor elétrico.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, certamente, a crise de abastecimento de 2001 não foi por culpa da reforma do setor elétrico, iniciada em 1995, pois ela nem chegou a se completar.

Por isso mesmo, queremos chamar a atenção das autoridades governamentais para evitar a repetição de erros cometidos no passado, como os investimentos estatais baseados em elevado endividamento externo e tarifas fora da realidade.

A insuficiência de recursos públicos necessários ao financiamento de novos investimentos no setor elétrico requer o estímulo do setor privado para investir nesse setor.

Basta verificarmos que, para sustentar um crescimento da economia de aproximadamente 3,5%, é necessária uma oferta adicional de energia de 3.500 **megawatts**, o que implica investimentos adicionais de aproximadamente R\$10 bilhões por ano.

A estabilidade de regras é fundamental para assegurar o fluxo de capitais externos necessários ao nosso desenvolvimento, garantindo-se tarifas que assegurem o equilíbrio econômico-financeiro das empresas e preços adequados para os consumidores.

Finalmente, como representante da Região Nordeste, ao lado de tantos outros Senadores e Senadoras desta Casa, não poderia encerrar este meu pronunciamento sem chamar a atenção desta Casa para a situação preocupante da região no campo energético, por ser a região que apresenta maior vulnerabilidade em termos de oferta de energia.

A Região Nordeste, que tem estado ultimamente sempre no limite do risco de racionamento de energia elétrica, é fortemente dependente da bacia do rio São Francisco, cujas usinas atualmente estão com

um pouco mais de 40% da capacidade média de armazenamento.

Deixo aqui, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o meu apelo às autoridades do Ministério de Minas e Energia para que dêem o tratamento especial que o Nordeste merece, pois a região necessita de novas alternativas para o crescimento da oferta de energia para os próximos anos, já que as atuais fontes locais já atingiram o seu nível de utilização máxima.

As usinas hidroelétricas do Tocantins precisam ser licitadas para entrarem em funcionamento em 2007, assim como usinas térmicas locais devem ser implantadas, a partir de montagem da infra-estrutura de gás natural, pois existem poços de gás natural inexplorados em Alagoas, independentemente da possibilidade de se trazer o gás natural da Bolívia – isso foi, inclusive, assunto discutido no último Congresso de que participamos, Senador Mão Santa. Seria exatamente trazermos para o Brasil e para grande parte da América Latina o gás natural da Bolívia para atendimento do Nordeste brasileiro.

Sr. Presidente, não podemos admitir que, em pleno Século XXI, o Nordeste brasileiro continue a ser uma região subdesenvolvida, sujeita ao risco crônico de falta de energia.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Infelizmente, o tempo do orador já terminou e, neste período, não é mais permitido aparte. O tempo do pronunciamento já foi ultrapassado em quatro minutos.

A palavra está com V. Ex^a, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Se V. Ex^a me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Serei tolerante com V. Ex^a, mas não poderei permitir o aparte, pois o tempo do pronunciamento de V. Ex^a já terminou.

Mas assim mesmo V. Ex^a está com a palavra, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Concedo o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Não é possível, Senador Efraim Morais. É a orientação da Mesa – e V. Ex^a é ex-Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Entendo, Sr. Presidente. Vou cumprir o Regimento Interno da Casa, mas lamento, porque deixaremos de ouvir, neste momento, uma das maiores autoridades do Nor-

deste neste assunto que é o professor, ex-Governador, Senador Garibaldi Alves Filho, que realmente conhece a situação do seu Estado e do Nordeste. Mas eu já sinto e incorporo, por pensamento, o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento. Com certeza, somente em V. Ex^a pensar em me apartear já enriqueceu o meu pronunciamento.

Para concluir, Sr. Presidente, eu tenho plena convicção de que não apenas todos os Senadores do Nordeste, mas todos os Membros desta Casa darão integral apoio ao desenvolvimento dessa região. Que seja colocada, em primeiro lugar, a disponibilidade de energia elétrica como forma de reduzir as grandes desigualdades regionais do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos, de imediato, a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, em permuta com este Senador, e este Senador, num segundo momento, cede a palavra ao Senador Ney Suassuna.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – S. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos quinze dias, aproximadamente, tivemos a oportunidade de ter veiculado pelos principais meios de comunicação do nosso País, notícia de crise instalada nos Municípios brasileiros, muito grave, com redução de arrecadação, de repasse do Fundo de Participação dos Municípios – FPM – e as prefeituras fazendo manifestações com o intuito de se organizarem para proceder a diversas formas de pressão e protestos, inclusive, com deliberações, tendo como tarefa, como objetivo, a paralisação das atividades das prefeituras ou fechamento das prefeituras.

Eu tenho acompanhado muito atentamente e procurado levantar os dados, porque a questão atinente aos municípios, todos sabem, é um problema que vivenciamos há alguns anos. Há razão nas nossas prefeituras sobre várias manifestações, porque os nossos municípios acabaram herdando, nas últimas décadas, um volume significativo de encargos, de responsabilidades que foram repassadas dos Governos Federal e Estadual para os Prefeitos, principalmente nas questões de atendimento direto à população, como na área da saúde e da educação. E esse repasse, cada vez maior de encargos, também acabou sendo acompanhado de uma diminuição significativa de recursos.

Na distribuição do bolo tributário brasileiro, de 1988 para cá, as prefeituras tiveram uma diminuição significativa do percentual desses repasses, por vários motivos. Entre eles, o da criação de algumas contribuições que, obviamente, por não serem impostos, não são divididas entre os entes federados – os Estados e os Municípios; ficam apenas com a União.

Então, esse é um problema que, eu diria, não é de hoje. Ele vem se arrastando há um bom tempo e preocupa a todos; tem tido inúmeras manifestações e movimentações. Mas, de repente, nesses últimos quinze dias, isso se transformou em uma crise nacional. Nós todos sabemos também que, depois da Constituinte de 1988, tivemos uma verdadeira febre emancipacionista. Foram criados mais de 1.200 municípios, de 1988 para cá. Uma boa parte desses municípios não tinha estrutura nem arrecadação suficiente para se manter. Eles dependem exclusivamente de repasses. Como o bolo não aumentou – muito pelo contrário, diminuiu – e tem de ser dividido entre um número maior de municípios, é claro que o repasse tende a diminuir.

Agora, há uma situação peculiar este ano, que é fundamental, e deve ser registrada: o Fundo de Participação dos Municípios tem como base, fundamentalmente, o Imposto de Renda, que é o grande sustentáculo do FPM. Em 2002, o FPM obteve valores significativos, ou seja, obteve receitas extras da ordem – somente no caso do Imposto de Renda –, no primeiro semestre do ano passado, de 8,4 bilhões. Neste primeiro semestre, foi reduzida para 3,4 bilhões. Portanto, houve uma redução de quase um terço na arrecadação do Imposto de Renda, porque, no ano passado, obtivemos arrecadações extras. Houve algumas situações colocadas para o Imposto de Renda que propiciaram um valor maior na sua arrecadação e, obviamente, isso refletiu também em termos de FPM. Aliás, há um artigo publicado no **Valor Econômico**, da lavra do jornalista Ribamar Oliveira, que coloca isso de forma muito clara. Diz assim:

Por causa das receitas atípicas, os repasses do FPE e do FPM no primeiro semestre do ano passado atingiram níveis excepcionais. Como não estavam atentos ao fato de que as receitas extraordinárias, por definição, não se repetem nos exercícios seguintes, os governadores e prefeitos programaram os seus gastos como se os repasses do FPE e do FPM fossem manter este ano o mesmo comportamento de 2002. As despe-

sas foram colocadas no orçamento e o dinheiro não chegou.

Ele, inclusive, publica uma tabela que apresenta muito claro esses dados.

No ano de 1999, no primeiro semestre, o FPM foi de 13,10 bilhões; em 2000, 12,16; em 2001, 12,70; e em 2002 subiu para 14,58. E no primeiro semestre deste ano voltou para 12,06. Portanto, este ano voltou aos patamares que nós tínhamos em 1999, em 2000 e 2001. Ainda há uma outra situação que prefeito nenhum tem o direito de alegar desconhecimento ou descuido, porque nos meses de junho, julho e agosto tem a devolução do Imposto de Renda. Portanto, todo prefeito sabe que nos meses de junho, julho e agosto o FPM diminui, porque o Imposto de Renda tem o processo de devolução.

O que está acontecendo? Os problemas são reais, nós não estamos aqui buscando escamotear nenhum dos problemas, os municípios têm razão em várias das questões que levantam. Agora, os jornais estão recheados de ameaças de greve, fechar prefeitura, negar serviço para a população, parar o município... E essa possibilidade de parar prefeitura, de fechar prefeitura, de negar atendimento, fazer greve é algo que não podemos admitir!

No meu Estado, a Federação Catarinense das Associações dos Municípios, que é presidida pelo Prefeito de Anitápolis, do PSDB, está chamando para a paralisação nos dias 6 e 7 de agosto. No Rio Grande do Sul e no Paraná já tivemos paralisação. Em São Paulo, sobre a paralisação que está sendo noticiada e que deve parar 500 Prefeituras de São Paulo, a declaração do Presidente da Associação Paulista de Municípios diz o seguinte:

A APM não recomendou a paralisação das atividades, mas respeitamos as decisões de cada município e sabemos que muitos vão parar”, disse o presidente da associação e prefeito de Osasco, Celso Giglio (PSDB).

No caso da Bahia, as manchetes do dia de hoje dizem: “Prefeitos da BA podem demitir 40 mil”. Está aqui a declaração do Presidente da União dos Prefeitos da Bahia, Sr. Alberto Muniz, do PFL, que diz: “Não temos outra alternativa a não ser as demissões”.

Em Alagoas, há propostas de protestos para o dia 12, e em Minas Gerais também estão fazendo movimentos.

Há algo que me chamou a atenção, porque, quando conseguimos observar as declarações de al-

guns presidentes de associações, tem havido uma certa coincidência nas manifestações vindas de personalidades, de Prefeitos do PSDB e do PFL. Aliás, no caso do PFL – até recortei uma nota, que somente saiu no jornal da minha paróquia, como eu chamo, de Santa Catarina. É uma pequena nota, que diz assim:

Do recente roteiro estadual do PFL, liderado pelos Presidentes Jorge Bornhausen e Raimundo Colombo, nasceu uma idéia que será materializada pela cúpula nacional do partido: um encontro com os 1.025 Prefeitos peefelistas em Brasília. Já tem até data marcada: 14 de agosto.

Há muita coincidência, do meu ponto de vista. Que há uma crise, que existem problemas concretos e reais, nós todos o sabemos, nós todos acompanhamos, temos atuado e buscado solução! Mas, de repente, a crise virou insustentável. E, por coincidência, quem capitaneia a paralisação, a greve, o fechamento, são exatamente Prefeitos ou personalidades vinculadas ao PSDB e ao PFL.

Acredito que isso não é tão-somente uma coincidência. Não é algo assim tão simples, porque nós já tivemos oportunidade de realizar uma discussão muito séria a respeito da greve do Judiciário, greve esta absolutamente inadmissível. Poder não faz greve! Poder Judiciário não faz greve! Poder Executivo não faz greve! Poder Legislativo não faz greve! A nós foi delegado poder para executar uma tarefa, e nós não temos o direito de fazer greve. Greve quem faz é trabalhador, aquele que vive do salário e executa uma tarefa de produção. Aqueles a quem a população outorgou o poder de exercer uma tarefa institucional não têm direito a fazer greve!

Aliás, Prefeito que fizer greve, que fechar a Prefeitura, automaticamente deverá entregar o diploma e o cargo, permitindo que a cidade seja governada por outra pessoa.

Ressalto ainda que há alguns fatos que me causam estranheza nessa movimentação. Quanto à situação das prefeituras, houve duas deliberações recentes muito importantes que se arrastavam no Congresso Nacional e que trazem efeitos benéficos imediatos aos nossos Municípios.

Durante a convocação extraordinária, votou-se a modificação da base de cálculo do ISS, modificação essa comemorada pela maioria dos prefeitos, os quais acompanharam a votação e festejaram o resultado. O projeto do ISS, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, estava no Congresso Nacional desde 1989. Sua alteração permitirá que as prefeituras

tenham arrecadação. Há projeções de que o ISS, arrecadação importante para muitos Municípios brasileiros, dobrará em dois ou três anos. Um projeto que se arrastava desde 1989 foi votado no mês de julho pelo Congresso Nacional, pelo Senado da República, numa demonstração clara de que estamos atentos aos problemas dos Municípios, agilizando processos engavetados, paralisados há muitos anos.

Recentemente, foi aprovada a lei do transporte escolar, que alivia a situação das prefeituras, porque os alunos da rede estadual são transportados pelas prefeituras com custos exclusivamente para os Municípios, embora, na grande maioria, sejam alunos da rede estadual, mas os Governos estaduais não liberavam dinheiro para transporte. Aprovamos esse projeto que se arrastava no Congresso Nacional desde 2001 e aliviamos as finanças das Prefeituras.

Os Prefeitos têm todo o direito de se organizar, de se manifestar, de pressionar, de fazer **lobby**, de vir a Brasília, de realizar marcha de Prefeitos e fazer tudo o que têm direito. Aliás, foram sempre bem recebidos pelo Presidente Lula e pelos Ministros. Eles vieram a Brasília e nenhum deles foi mordido por cachorro nesses primeiros sete meses de Governo Lula. Estão sendo atendidas as suas reivindicações. Penso que poderão e deverão ser ouvidos quando estiver em pauta a reforma tributária.

Entretanto, realizar greve articulada, organizada, orquestrada com o objetivo de criar uma crise institucional no País é inadmissível. Os Prefeitos contam com o nosso respeito e têm todo o direito de se manifestar, mas não de se posicionar como se não estivesse ocorrendo uma orquestração. Descartada a greve do Judiciário, inventam outra greve institucional para criar clima de crise. Isso nós não admitiremos! E não permitiremos que isso passe em brancas nuvens.

O Senador Ney Suassuna havia me pedido um aparte. Se ainda me for permitido, eu o concederei. Não dei a palavra antes a S. Ex^a porque pretendia concluir meu raciocínio, mas, ouço o Senador com prazer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senadora, este tema, Estados e Municípios – e estou acrescentando Estados –, tem nos preocupado desde o início do ano. Naquela ocasião, solicitamos na Comissão de Assuntos Econômicos que fosse criada uma Subcomissão para discutir o endividamento dos Estados, oriundo de uma crise energética, que resultou no Apagão. Até hoje, essa crise onera muito os Estados, uma vez eles jamais voltaram – falei isso ainda hoje aqui – a consumir energia como anteriormente. Dessa forma, os Estados perderam substân-

cia, arrecadação. A Subcomissão ainda não foi implantada. Hoje, aqui, conversando com vários companheiros, resolvemos criar a Frente Parlamentar Pró-Estado e Município. Quinta-feira pela manhã deveremos fazer a primeira reunião e na semana que vem, convidaremos alguns Governadores e presidentes de associações de prefeitos do País. O objetivo é analisar e oferecer sugestões; não é jamais criar dificuldades para o Governo. Mas um fato tem sempre mais de uma versão. Não discuto a versão de V. Ex^a, mas creio que devemos nos aprofundar no tema e debater-lo. Aproveito essa minha intervenção para convidá-la a estar presente e, juntos, acompanharmos e verificarmos até onde são verdadeiros os fatos e quais modificações serão necessárias, caso exista essa possibilidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Ney Suassuna. É esse o meu entendimento. O Senado da República é um espaço privilegiado para o debate da questão federativa, do respeito e da consideração que deve ser dada a Estados e Municípios. Vai ser um trabalho muito importante esse que a Comissão vai realizar.

E volto a afirmar que os Municípios têm razão em inúmeras reclamações, mas deixarão de ter razão, se estimularem o fechamento das Prefeituras. Da mesma forma que a greve do Judiciário teve, por parte da população, uma reação extremamente firme e forte de repúdio, tenho certeza que uma greve do poder municipal não terá, da parte da população, nenhum apoio. Estarão navegando na contramão deste País, que está buscando encontrar saídas para a situação muito grave que atravessamos, que herdamos, e que precisamos agora, em conjunto, resolver.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e ao Senador Ney Suassuna, de forma especial, pelo seu aparte.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Se ainda houver tempo, gostaria de me inscrever para falar como líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – V. Ex^a será atendido, caso nosso tempo se estenda até o seu momento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho, como Líder, por vinte minutos, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea b, do Regimento Interno.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para fazer algumas referências.

Cinco de agosto, é o Dia Nacional da Saúde, e, também, o dia do nascimento de Osvaldo Cruz, médico sanitariano brasileiro que mostrou ao mundo a importância de vacinar as pessoas.

Até Osvaldo Cruz erradicar a febre amarela e controlar a varíola no início do século retrasado, o mundo não acreditava na eficiência da vacina. Ele conseguiu conscientizar o mundo e a vacinação passou a ser respeitada e utilizada. Atualmente, já conseguimos, praticamente, erradicar o vírus da poliomielite e o da varíola no mundo pela ação de um brasileiro, Osvaldo Cruz. E, como sou um trabalhador da saúde, não poderia deixar isso passar em branco.

Faço também o registro de que o Ministro Humberto Costa recebeu um importante prêmio internacional pelo seu desempenho no Ministério da Saúde na luta antitabagista. Foi na Finlândia, no Encontro Mundial Tabaco ou Saúde. É uma oposição entre tabaco e saúde.

Como estou falando em tabaco, registro aqui que ele está relacionado a 30 de cada 100 mortes por câncer. Ele é um fator cancerígeno utilizado amplamente e, infelizmente, vejo que a juventude o está usando ainda mais.

Para ilustrar melhor, basta falar da relação do câncer de pulmão. De cada 100 pessoas que morrem de câncer de pulmão, 90 têm o hábito de fumar cigarros dos 20 aos 30 anos. Essa é uma pesquisa muito antiga, que é confirmada a cada dia que passa. Além disso, há o fato de os homens que usam o tabaco estarem mais expostos ao câncer de próstata e, nas mulheres, a incidência de câncer do colo uterino e de mama têm aumentado.

Era esse o registro que tinha a fazer, para não deixar passar em branco o Dia Nacional da Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Senador Augusto Botelho, como médico, solidarizo-me com V. Ex^a pela sua lembrança.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, como orador inscrito, por cessão do Senador Paulo Paim.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de abordar o tema que desejo tratar desta tribuna, solidarizo-me com o povo de João Pessoa, parabenizando todos, porque hoje a nossa capital está completando 418 anos de existência. Também saúdo a existência do jornal **O Correio da Paraíba**, que completa hoje 50 anos. Com toda certeza, meu Estado está feliz por essas duas comemorações.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em sua edição do último 23 de julho, o **Jornal da Paraíba** publicou artigo assinado pelo Exm^o Sr. Deputado Federal Inaldo Leitão. Um artigo que chega ao campo da afronta e tangencia o da irresponsabilidade.

O descalabro começa pelo título: “Para que serve o Senado?” E tem continuidade numa série de frases mal alinhavadas, típicas dos surtos de desatino. Permito-me reproduzir algumas delas:

Eu diria que a chamada Câmara Alta não tem utilidade alguma. (...) o Senado não só descumpra seu papel constitucional na vida real como se transformou em um ambiente político-institucional inservível, medíocre e pomposo demais;

Detentores de privilégios comparáveis aos príncipes do Império, os Senadores fazem barulho demais, produzem pouco e custam caro aos contribuintes.

Essa, Sr^{as} e Srs. Senadores, a linha do texto, sempre farto nos adjetivos, indigente nas argumentações.

Talvez fosse o caso de não se dar importância ao assunto – e pensei em fazê-lo. Mas é preciso que pelo menos se dê uma resposta. Eu poderia simplesmente relegar o artigo ao vasto cesto em que devem sucumbir as atitudes impensadas.

Mas creio, por outro lado, que a questão é grave o suficiente para que lhe dediquemos alguma atenção, ao menos aquela necessária para pôr os conceitos em seus devidos lugares, restabelecer a verdade e lembrar à sociedade o papel do Senado Federal.

Eu disse, Sr. Presidente, que o artigo é pobre em argumentações. Na verdade, são apresentados apenas dois argumentos.

Primeiro, o nobre Deputado afirma – palavras dele: “na experiência que tenho como membro e tive como Presidente da Comissão de Justiça da Câmara, pude testemunhar a péssima qualidade das proposições oriundas do Senado”.

Quanto a esse aspecto, eu poderia trazer mil testemunhos que evidenciam a qualidade dos trabalhos produzidos no Senado Federal, mas prefiro tão-somente concluir que a um parlamentar que desconhece o nome exato da comissão que presidiu e da qual ainda é membro falta autoridade para questionar

a excelência do que se faz ou do que se fez aqui nesta Casa Legislativa.

O segundo “argumento”, Sr^{as} e Srs. Senadores, é ainda mais risível. Diz o nobre Deputado – e volto a transcrever suas palavras: “a conduta de cada Senador é ditada pelo interesse político-partidário e não pelo Estado ao qual pertence. Não é raro um Senador ser adversário do Governador de seu Estado. A Paraíba tem o exemplo mais próximo. Dois dos três Senadores são adversários do atual Governador. Como poderiam defender o Estado na Federação, adotando o programa do Governo Estadual, se dele divergem? Impossível”.

Bem, esse é um raciocínio que peca pelo menos em duas premissas: de um lado, ao imaginar que os interesses do Governo Estadual sempre se confundem com os interesses do Estado; depois, ao inferir que os Senadores seriam mesquinhos e tolos a ponto de prejudicar a própria população que lhes confia os votos.

Ora, o povo, e dele entendem as Sr^{as} e os Srs. Senadores, é sábio o bastante para perceber quando os parlamentares tomam atitudes que prejudicam os interesses do Estado por eventuais interesses político-partidários.

Pois são esses, vejam só, os “argumentos” citados no artigo.

Mas é possível, é bem possível que um arrazoado tão precário tenha explicação: é possível que o articulista ignore o papel desempenhado pelo Senado Federal ao longo da nossa história e, principalmente, nos dias de hoje.

Por isso, Sr. Presidente, porque o ataque desferido a esta Casa pode ter sido fruto da desinformação, penso que vale a pena relembrar alguns fatos.

A figura do Senado, tal como adotada hoje em nosso País, surgiu com a revolução norte-americana. Na nação que resultou da associação voluntária das antigas colônias, autônomas em termos administrativos, ficou o Senado encarregado de representar as unidades da Federação, que ali compareciam com igual representação.

À Câmara coube a representação do povo, efetivada mediante a eleição de Bancadas estaduais diferenciadas, conforme a população de cada Estado. O modelo fez sucesso na constituição de muitas outras Federações: na América Latina, quando da independência dos países de língua espanhola e, posteriormente, na Ásia, na África e até em países da Europa.

No Brasil, adotou-se a mesma solução, embora o processo que a fomentou tenha evoluído de forma um pouco diferente.

Declarada a independência, a Monarquia constituiu-se como Estado unitário; os Senadores, vitalícios, dependiam da escolha do Imperador; e a aspira-

ção ao federalismo tornou-se bandeira dos republicanos.

Com a proclamação da República, teve início a organização federada da Nação e o bicameralismo assumiu a feição que mantém até hoje: uma Câmara composta de representantes do povo e um Senado que representa a Casa das unidades da Federação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não, Senador Mão Santa. Por gentileza, use a palavra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Em primeiro lugar, Senador Ney Suassuna, peço permissão para, como brasileiro, dizer que é uma grande emoção comemorarmos o aniversário de João Pessoa, encantadora cidade nordestina, e uma grande decepção saber que um paraibano escreveu tanta besteira em tão poucas linhas e em tão pouco tempo. Quis Deus que esta sessão esteja sendo presidida por um médico, o Senador Papaléo Paes. Lembro-me de que o meu professor de cirurgia, Mariano de Andrade, balbuciou: “A ignorância é audaciosa”. Mencionou tal frase quando estava formando cirurgiões, para que eles não viessem a querer celeridade, a querer operar com a velocidade de uma corrida de cavalos, por desconhecerem a **finesse** da anatomia, pensando no tempo do ato e não nas conseqüências. Ele dizia: “A ignorância é audaciosa”. Vejo aí a ignorância audaciosa. A origem do Senado, respeitando a cultura do grande Senador Ney Suassuna, é anterior. O maior líder da história do mundo: Moisés, que, tentando libertar o povo de Deus dos faraós do Egito, abriu o Mar Vermelho com os poderes de Deus. Depois, conversando com Ele, recebendo as leis, os mandamentos, durante 40 anos tentou levar o povo de Deus a uma terra prometida, mas fraquejou, e houve momento em que seu povo foi buscar o bezerro de ouro para adorar. Conversando com Deus, ouviu: “Moisés, busque os mais velhos, os sábios, os mais experientes, que eles o ajudarão a carregar o fardo do povo”.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E Moisés delegou a Jetro, seu sogro, a seleção desses sábios.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E ele chamou setenta pessoas, nascendo, aí, a inspiração para a criação do Senado, idéia melhorada na Grécia – que V. Ex^a representa tão bem –, com a sabedoria e a cultura democrática, passando pelos Direitos romano e americano. Cheguei há pouco do México, onde há 120 Senadores. A ignorância é audaciosa nos momentos impróprios. Trata-se de uma opção da democracia existente no sistema bicameral. Uma casa é aberta – e Niemeyer desenhou tão bem –, recebe todas as idéias do povo, representa o povo e seus membros são proporcionais à população. E acabariam os

pequenos Estados. O que seria o nosso Amapá, o nosso Roraima sem os bravos senadores? Aqui há uma igualdade. No México, como disse, há 120 Senadores, e, no nosso País, Pedro I, o Imperador, quando entrou pela primeira vez na primeira sessão do Senado fez questão de deixar de fora o cetro e a coroa em sinal de respeito. E mais ainda: bem recentemente, Mitterrand, no último livro que escreveu, já morrendo, com o auxílio de um amigo que ganhou um prêmio Nobel de Literatura, dizia que a democracia só será salva se cada vez mais fortalecemos os três Poderes. É este, a exemplo de Deus, que deve fazer leis boas e justas, o pão de que mais necessita a humanidade.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador. Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu discurso.

Num País de dimensões continentais como o Brasil, com enorme densidade numa região e pouca densidade em outras regiões, portanto com disparidades demográficas, econômicas e, até certo ponto, culturais, não podemos retornar à condição de Estado unitário que detínhamos no Império.

O Senado é indispensável para o funcionamento da Federação; o Senado é indispensável para evitar que os interesses dos Estados mais ricos e populosos venham a predominar sobre os interesses daqueles mais pobres e despovoados.

Isso é exatamente o que ocorreria com a organização unicameral, em que as bancadas mais numerosas poderiam sempre impor sua vontade, sem instância alguma de revisão dessas decisões.

Observem, Sras e Srs. Senadores, que a Constituição de 1988 dispõe, no parágrafo 4º de seu art. 60, que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado. Ora, o Senado Federal é justamente a garantia dessa forma federativa de Estado.

Para comprovar o acerto dessa tese, basta examinar, rapidamente, algumas funções do Senado Federal.

Tem esta Casa a função revisora das proposições originadas na Câmara, que obedece à necessidade de submeter as leis às duas maiorias importantes na Federação: a maioria do povo e a maioria dos Estados. Não se trata, de maneira nenhuma, de razão de ordem técnica, pois as equipes de assessoramento das duas Casas são igualmente capacitadas.

O processo e julgamento do Presidente, Vice-Presidente e demais autoridades indicadas pelo texto constitucional são competência privativa do Senado, pois entendeu o Constituinte que a decisão deveria caber à maioria das Unidades da Federação.

Todas as normas que regem a dívida da União, Estados e Municípios são, também, competência pri-

vativa do Senado Federal. Com razão, pois a matéria diz respeito às finanças dos entes da Federação.

Aliás, quem acompanha as deliberações sobre essa matéria constata que normalmente os Senadores votam de acordo com as reivindicações dos governos estaduais, ou seja, comportam-se como representantes do Estado, não como representantes de interesses partidários ou facciosos.

Finalmente, a aprovação de diversas autoridades indicadas pelo Presidente da República, após arguição pública ou secreta, também é competência privativa do Senado. Mais uma vez, a decisão do Constituinte foi de inteira procedência. Quem os embaixadores brasileiros irão representar no exterior: o povo ou a Federação?

Seria possível aprovar a nomeação, por exemplo, de um Presidente do Banco Central, por quem passam decisões que afetam os Estados de forma diferenciada, beneficiando alguns e prejudicando outros, apenas com os votos da maioria dos representantes do povo, concentrada em meia dúzia de Estados? Certamente não.

Em suma, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, penso que não cabe, neste e em qualquer outro momento, questionar o princípio federativo em nosso País. Conseqüentemente, penso que nenhum brasileiro em sã consciência pode atribuir algum mérito à disparatada proposta do articulista.

Devemos todos unir esforços para que as duas Casas, Câmara dos Deputados e Senado Federal, possam prosseguir em sua fascinante missão de identificar e tornar reais os anseios da sociedade brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder, por 20 minutos, para comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, alínea “b”, do Regimento Interno.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, fiz uma permuta com a Senadora Ideli Salvatti e gostaria de saber se o meu nome consta para falar no lugar de S. Ex^a, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Temos apenas 14 minutos para encerrarmos a sessão, e houve uma permuta entre a Senadora Ideli Salvatti e os Senadores Paulo Paim e Ney Suassuna. Portanto, o tempo de V. Ex^a foi ocupado por permuta entre os Senadores citados.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por duas vezes na semana passada ocupei esta tribuna para ater-me ao episódio da “invasão francesa” ao território brasileiro – mais especificamente à Amazônia –, por meio de uma missão “médico humanitária”, para libertar uma ex-senadora e ex-candidata a Presidente da Colômbia, a Sr^a Ingrid Betancourt.

Esse ato foi tão cheio de episódios e falas contraditórias que a revista **Carta Capital**, já por três semanas seguidas, publica matéria a respeito da questão. A imprensa mundial também ocupou-se do assunto, dada a peculiaridade com que foi a manobra executada pelas autoridades francesas, que, numa hora, disseram que as autoridades brasileiras tomariam conhecimento e foram avisadas da dita missão; e, em outra hora, que as autoridades brasileiras disseram que não foram informadas da missão francesa na Amazônia.

A revista **Carta Capital** desta semana traz em detalhes, Sr. Presidente, toda essa história, inclusive com a publicação da repercussão internacional e com a história passada no município do interior do Amazonas, para onde um grupo desses franceses que estavam num avião maior Hércules C-130 se deslocou num avião brasileiro, alugado, para fazer o resgate da Sr^a Ingrid Betancourt, por meio de uma possível negociação com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. O mais interessante é que as Farc negam que tenham feito qualquer tipo de entendimento nesse sentido.

Então, a coisa realmente é muito nebulosa, e as explicações são vagas e contraditórias. Basta ver o que disse o Secretário do Ministério das Relações Exteriores na Câmara dos Deputados.

Resolvi, Sr. Presidente, pedir primeiro que seja transcrita como parte do meu pronunciamento a matéria constante da edição desta semana da revista **Carta Capital**. Mas gostaria de ler somente um trecho atribuído ao Ministro Dominique de Villepin, da França, que, segundo a imprensa nacional, teria pedido desculpas que teriam sido aceitas pelo Governo brasileiro.

Então, diz aqui:

Pouco depois, o comunicado chegava ao Brasil. Na nota de 11 linhas está dito:

(...) O Ministro Villepin alegou (no telefonema) circunstâncias de urgência, para o envio da missão médica a Manaus. Ele lamenta (regretté) não ter podido, como desejava, entrar em contato mais cedo com o Ministro Amorim, de forma a não causar embaraço às autoridades brasileiras. Villepin

assegurou ao ministro brasileiro seu propósito de evitar semelhantes dificuldades no futuro.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui não há nenhum pedido de desculpas. Não há, de forma alguma, nenhum tipo de reparo feito quanto à ação executada no Brasil. É como se alguém entrasse na casa de um cidadão sem aviso prévio, sem esclarecimento nenhum, adotasse a postura de ir até a cozinha, voltar – isso não significa que eu considere a Amazônia a cozinha do Brasil, não; trata-se apenas de uma figura de retórica – e, de lá, fosse convidado pelo dono da casa a retirar-se, não desse explicação nenhuma e, depois, apenas lamentasse haver entrado sem avisar e dissesse que iria se esforçar para não fazer isso novamente.

Não há pedido formal de desculpa. Lamento que o Governo Brasileiro tenha entendido assim. Formulei quatro requerimentos, a que dei entrada hoje. Já existiam os requerimentos dos Senadores Jefferson Péres, Arthur Virgílio e de outros Srs. Senadores no mesmo sentido, convidando o Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, e o Ministro José Viegas Filho, da Defesa, para prestarem esclarecimentos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre esse assunto. Requeri também sejam convidados a comparecer à Comissão para prestarem esclarecimentos o Embaixador da França, Alain Rouquié, e da Colômbia, Jorge Enrique Garavito Duran, porque entendendo que não podemos, como representantes dos Estados, como representantes da Federação, aceitar esse estado de coisas, o que nos apequena diante das nações que têm o rótulo de desenvolvidas.

Na verdade, se aceitarmos pacificamente apenas um recado dizendo que lamenta ter feito aquilo, que lamenta não ter podido avisar e que vai se esforçar para que não se repitam casos dessa natureza, não estaremos agindo como um País que deve ter altivez e dignidade.

Na sexta-feira, conversei com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Suplicy, o qual me informou que, na próxima quinta-feira, comparecerá à referida Comissão o Ministro Celso Amorim. Entre os assuntos que abordará – na verdade, são quatro itens – está a questão da presença do avião francês em Manaus e o deslocamento de parte da equipe que estava no avião até a fronteira com a Colômbia, na tentativa de resgatar a cidadã que tem dupla nacionalidade: colombiana e francesa.

Espero, no entanto, que as outras pessoas aqui relacionadas para serem convidadas – o Ministro da Defesa e os Embaixadores da França e da Colômbia – compareçam para dar uma satisfação ao Brasil, ao Brasil todo. Quero esclarecer que faço isso não como divergência ao Governo, não como oposição ao Governo, mas, sim, em defesa da dignidade do País. Não

aceito e realmente não posso aceitar, como Senador – creio que nenhum Senador aceita –, que esse episódio se encerre apenas com uma manifestação de que lamenta ter feito isso, que lamenta não ter podido avisar e que vai se esforçar para que fatos dessa natureza não se repitam.

Concedo o aparte ao nobre Senador Eduardo Suplicy, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Mozarildo Cavalcanti, acredito que a manifestação de V. Ex^a, inclusive na semana passada, quando tratou desse assunto, tenha contribuído para que o Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, insistisse com o Ministro de Relações Exteriores da França, Sr. Dominique de Villepin, no sentido de que desse as explicações referentes ao episódio do avião que pousou em Manaus e, posteriormente, seguiu para outro País com o objetivo de resgatar a ex-Senadora e ex-candidata à Presidência da República da Colômbia Sr^a Ingrid Betancourt, que inclusive tem dupla personalidade: colombiana e francesa. Esse fato determinou o grande interesse da França em resgatá-la uma vez que ela, há mais de ano, foi seqüestrada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Farc. Ora, é muito importante o pedido de esclarecimento que V. Ex^a traz. O Ministro Celso Amorim compareceria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia 21 de agosto, por entendimento conosco, pois todos os Membros da Comissão querem que haja continuamente o nosso relacionamento com o Ministério das Relações Exteriores, sobretudo para acompanharmos as tratativas referentes ao Mercosul, à Alca e à Organização Mundial do Comércio, com vistas à reunião de Cancun, em setembro próximo. Entretanto, tendo sido adiada a viagem do Presidente e do Ministro à África, S. Ex^a me telefonou, na semana passada, dizendo que se prontificava a vir nesta quinta-feira. Assim, marquei a reunião, que coincide, então, com a preocupação dos Senadores, expressa, sobretudo, por V. Ex^a. Desse modo, que comuniquei a V. Ex^a que essa seria a oportunidade para que o Ministro esclarecesse inteiramente esse episódio. Na pauta da reunião, além de outros requerimentos, constarão os de V. Ex^a. Em princípio, na quinta-feira, às dez horas, ouviremos o Ministro das Relações Exteriores. Aproveito a oportunidade para convidar a todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras para estarem às dez horas de quinta-feira na Comissão de Relações Exteriores para ouvirmos o Ministro de Relações Exteriores e também tratar do assunto levantado pelo Senador Hélio Costa referente ao acordo de salvaguardas tecnológicas. Dessa maneira, trataremos de todos os assuntos de grande importância para o Ministério de Relações Exteriores e o Senado Federal. Concluindo, Sr. Presidente, apenas quero aduzir

uma preocupação àquelas do Senador Mozarildo Cavalcanti, porque, em verdade, além do episódio de que o Governo francês deveria ter avisado ao Governo brasileiro antecipadamente, permanece ainda a questão não resolvida do resgate da Senadora Ingrid Betancourt. Quero aduzir a minha preocupação como Senador – acredito que também é preocupação de todos os Senadores – no sentido de contribuir para que ela seja resgatada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Quero lembrar a V. Ex^a que o seu tempo está esgotado, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Na reunião de quinta-feira, eu gostaria que encontrássemos uma maneira de contribuir para o resgate não apenas da Sr^a Ingrid Betancourt, mas também de todos aqueles que infelizmente estão submetidos à violência de um seqüestro. Seria importante que nós, brasileiros, contribuíssemos para o término do processo de luta revolucionária, de guerrilhas na Colômbia. Sobre esse assunto poderemos nos estender mais na presença do Ministro Celso Amorim. Obrigada pelo aparte.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço o importante aparte. Como todos sabem, V. Ex^a é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, por isso, demonstra forte interesse em esclarecer esses fatos.

Espero realmente que o Ministro Celso Amorim traga explicações muito convincentes para esclarecer à Nação.

Sr. Presidente, ao encerrar, peço que sejam transcritas, na íntegra, como partes do meu pronunciamento, as matérias publicadas na revista **CartaCapital** sob os títulos “Desculpas? Lamento” e “Os Agentes e os Mototáxis”, assim como os requerimentos que encaminhei hoje à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do
Regimento Interno)*

REQUERIMENTO Nº , DE 2003

Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores

Requeiro, nos termos regimentais, providências para que seja convidado o Exmo. Sr. Embaixador de Colômbia, Emb. Jorge Enrique Garavito Duran, a comparecer a esta Comissão, para prestar esclarecimentos sobre as circunstâncias que envolveram o pouso e a liberação de uma aeronave de matrícula francesa no mês de julho,

no Aeroporto Eduardo Gomes, na cidade de Manaus – AM, bem como o deslocamento de alguns passageiros até a fronteira com a Colômbia, conforme registro da imprensa.

Sala das Sessões, 5 de Agosto de 2003. – **Mozarildo Cavalcanti.**

REQUERIMENTO Nº , DE 2003

Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores

Requeiro, nos termos regimentais, providências para que seja convidado o Exmo. Sr. Embaixador da França, Sr. Alain Rouquié, a comparecer a esta Comissão, para prestar esclarecimentos sobre as circunstâncias que envolveram o pouso e a liberação de uma aeronave de matrícula francesa no mês de julho, no Aeroporto Eduardo Gomes, na cidade de Manaus – AM, bem como o deslocamento de alguns passageiros até a fronteira com a Colômbia, conforme registro da imprensa.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003. – **Mozarildo Cavalcanti.**

REQUERIMENTO Nº , DE 2003

Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores

Requeiro, nos termos do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, do art. 50, **caput** e § 1º, bem como do art. 58, § 2º, III da Constituição Federal, seja convocado o Ministro da Defesa, Sr. José Viegas Filho, para prestar esclarecimentos sobre as circunstâncias que envolveram o pouso e a liberação de uma aeronave de matrícula francesa no mês de julho, no Aeroporto Eduardo Gomes, na cidade de Manaus – AM, bem como o deslocamento de alguns passageiros até a fronteira com a Colômbia, conforme registro da imprensa.

Sala das Sessões, 5 de Agosto de 2003. – **Mozarildo Cavalcanti.**

REQUERIMENTO Nº , DE 2003

Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores

Requeiro, nos termos do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, do art. 50, **caput** e § 1º, bem como do art. 58, § 2º, III da Constituição Federal, seja convocado o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, para prestar esclarecimentos sobre as circunstâncias que envolveram o pouso e a liberação de uma aeronave de matrícula francesa no mês de julho, no Aeroporto Eduardo Gomes, na cidade de Manaus – AM, bem como o deslocamento de alguns passageiros até a fronteira com a Colômbia, conforme registro da imprensa.

Sala das Sessões, 5 de Agosto de 2003. – **Mozarildo Cavalcanti.**

DESCULPAS? LAMENTO

O chanceler francês seguia com suas meias-verdades e mentiras. O Brasil cobrou um *excusez-moi*. Villepin mandou um *je regrette*. POR BOB FERNANDES

QUINTA-FEIRA 31 DE JULHO, FINAL da manhã. Dominique de Villepin, ministro das Relações Exteriores da França, telefona para o chanceler do Brasil, Celso Amorim. No telefonema, informa a Amorim que a chancelaria francesa, ainda no mesmo dia, emitiria um comunicado dirigido ao governo brasileiro.

Pouco depois, o comunicado chegava ao Brasil. Na nota de 11 linhas está dito:

! - (...) O ministro Villepin alegou (no telefonema) circunstâncias de urgência para o envio da missão médica a Manaus. Ele lamenta (regrette) não ter podido, como desejava, entrar em contato mais cedo com o ministro Amorim, de forma a não causar embaraço às autoridades brasileiras. Villepin assegurou ao ministro brasileiro seu propósito de evitar semelhantes dificuldades no futuro.

No comunicado, ao citar a "missão médica a Manaus", Villepin, para se usar uma linguagem diplomática, falou com toda a verdade.

Ainda que um dia venha a se provar o que realmente continha o avião militar Hércules C-130 que desceu em Manaus no dia 9 de julho, em que pese o nobre objetivo da missão francesa – uma operação de libertação de Ingrid Betancourt, cidadã franco-colombiana seqüestrada pelos guerrilheiros das Farc há um ano e meio, quando candidata à Presidência da Colômbia –, reduzir a operação a "missão médica" é seguir no jogo de meias verdades e mentiras.

Mentir, em qualquer cultura ou língua, é um verbo que carrega algo grave, pesado. Na quarta-feira 30, em depoimento na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e chanceler interino, manteve com o deputado Coronel Alves (PL-AP) o seguinte diálogo:

- O senhor está dizendo que isso (informações de Villepin) caracteriza a mentira do governo francês?

Depois de, por alguns segundos, abrir um amplo e estupefato sorriso, o chanceler interino do Brasil respondeu:

- Eu não vou comentar isso aqui, mas podemos falar pessoalmente.

Antes desse diálogo, por quatro vezes Pinheiro Guimarães havia dito que os fatos "não correspondiam ao que havia sido dito", o que "ele disse não cor-

respondia" à totalidade dos fatos...

Pinheiro Guimarães referia-se às comunicações entre o chanceler francês, Villepin, e o chanceler brasileiro, Celso Amorim, no sábado 12 de julho.

Naquele dia, em Lisboa, a caminho de Londres, Amorim foi contactado por Villepin. O serviço de inteligência da Polícia Federal do Brasil havia detectado a ação de um Comando francês na selva amazônica do Brasil, ação essa sem o conhecimento do governo brasileiro.

A operação, revelada por *CartaCapital* em suas edições 250 e 251, teve como chefe Pierre Henri Guignard, quarto homem de Villepin na chancelaria. Onze homens, no total, integravam o Comando que desceu em Manaus a bordo de um avião militar, o Hércules C-130.

CartaCapital – que fotografou o avião dois minutos antes de ele levantar voo no Aeroporto Eduardo Gomes – relatou que alguns dos integrantes aparentavam formação militar ou "treinamento para missões militares".

Nesta semana, dois órgãos da mídia francesa confirmaram as informações de *CartaCapital*. O *Le Monde*, que por cinco dias manteve o assunto em sua capa, e o semanário *Le Point*.

O *Le Point* que começou a circular em Paris na quinta-feira 31, além de confirmar a presença de agentes da Direção Geral da Segurança Externa (DGSE) – o serviço secreto e de contra-espionagem da França – avançou.

Revela o semanário que a operação foi montada conjuntamente pelos ministérios do Exterior, de Villepin, e da Defesa, de Michele Alliot-Marie. O presidente francês, Jacques Chirac, foi informado e "autorizou" uma missão "médico-humanitária", escreveu, de Paris, o correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, Reali Júnior.

Missão médico-humanitária foi o motivo alegado por Villepin em seu telefonema a Celso Amorim, entre as duas e três da tarde do sábado 12.

Convidado pela presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Zulaia Cobra, o chanceler Samuel Pinheiro Guimarães deu detalhes da operação e transferiu para os franceses a responsabilidade pela não circunscrição do incidente diplomático ao episódio da tentativa de resgate.

Nas duas semanas que se seguiram à revelação seqüenciada de fatos, até che-

gar ao comunicado meia-boca da quinta 31, o chanceler Villepin, membros do governo francês e demais interessados no caso insinuaram que o governo brasileiro teria autorizado a operação.

Na segunda-feira 28, incomodado pela ambigüidade nas declarações de Villepin e outras autoridades da França e pelas críticas de que teria reagido com excessiva brandura, o Itamaraty decidiu-se por subir o tom do seu protesto.

O primeiro protesto fora formalizado uma semana antes. Então, o mesmo Samuel Pinheiro Guimarães chamou ao ministério o embaixador da França, Alain Rouquié, e a ele entregou uma "nota verbal".

A nota, reproduzida na íntegra por *CartaCapital* em sua edição 251, "lamenta" a ação, manifesta "surpresa" pela ausência de "consulta prévia" e "por não ter sido informado de forma tempestiva e precisa das circunstâncias que cercaram tal presença".

Na segunda 28, no início da noite, o embaixador Alain Rouquié foi novamente chamado ao Itamaraty. Por 30 minutos ouviu de Pinheiro Guimarães observações sobre o crescente "desconforto" do governo brasileiro com as ambigüidades do governo francês no tratamento da questão.

No encontro, foi reiterado o pedido de explicações por parte do governo da França. Na quarta 30, ao depor na Comissão de Relações Exteriores, Pinheiro Guimarães acrescentou alguns graus à temperatura.

Por duas vezes, sutilmente, como é do seu estilo e da casa onde trabalha, o chanceler interino disse a Zulaia Cobra e aos deputados que o governo brasileiro aguardava o pedido de "excusas" do governo francês.

O que até então estava apenas implícito, a exigência por um pedido de desculpas, se tornou explícito: o Brasil aguardava o *excusez-nous* da França. Recebeu o *je regrette* (eu lamento) do dia seguinte.

Na sessão no Congresso, a deputada Zulaia informou que iria convidar para depor o ministro da Defesa, José Viegas. Depois, disse que convidaria também o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

- Houve um ato de violência contra o Brasil, sim. A França justificou, mas não explicou, e nós vamos apurar isto – anunciou a deputada no encerramento.

"O SENHOR ESTÁ DIZENDO QUE ERA MENTIRA DO GOVERNO FRANCÊS?", PERGUNTA O CORONEL ALVES

Durante a sessão, como se vê à página 14, o deputado tucano Antônio Carlos Panunzio promoveu momentos burlescos, numa comichade que depois se revelaria com algo de farsesco em suas motivações.

O chanceler interino, Pinheiro Guimarães, relatou no Congresso trechos fundamentais da trama, a propósito de farsas. O Hércules C-130 desceu em Manaus no dia 9 de julho e 24 horas depois teria início a operação.

No dia 10, por volta de oito da manhã, como relata em entrevista às páginas 24 e 25, o piloto do avião, Cleiton de Abreu, Guignard e outros três franceses partiram para São Paulo de Oliveira num voo da Rico Linhas Aéreas fretado por US\$ 5.900.

A partir da viagem, como descreve Cleiton de Abreu em sua entrevista, a Polícia Federal teve intensificadas suas suspeitas e investigações.

Na noite da sexta-feira 11, quase início da madrugada do sábado 12, o Serviço de Inteligência da PF detectou a extensão e os objetivos da operação, como se lê na edição 251 de *CartaCapital* – disponível no endereço www.cartacapital.com.br.

Informado do teor da operação, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, no sábado 12, repassaria as informações e impressões que levaram o chanceler do Brasil a pedir aos franceses para deixar o País imediatamente. Descreveu Samuel Pinheiro Guimarães no Congresso:

– Naquele telefonema, o ministro Villepin comunicou, pela primeira vez, ao ministro Celso Amorim que uma aeronave francesa se encontrava no aeroporto de Manaus. O ministro Villepin não especificou nem o tipo de aeronave nem o número de pessoas que transportava. Foi esta a primeira informação do governo francês, de qualquer natureza, ao governo brasileiro sobre o tema.

Nota-se aí que, de saída, quando já se passavam quatro dias da operação na Amazônia – sem a autorização do Brasil – Villepin omitiu informações para o colega brasileiro.

Prossegue Pinheiro Guimarães:

– Segundo o ministro Villepin, os cidadãos franceses dariam apoio médico e psicológico a uma pessoa da família da ex-senadora seqüestrada... Essa pessoa da família esperava um contato (carta ou fita cassete) da ex-senadora ou relacionada com sua situação. Ao acentuar a natureza humanitária da missão, o ministro Villepin acrescentou que o referido contato, a ser feito por um religioso, poderia (sic) resultar na libertação

da ex-senadora, sem precisar como e quando isto ocorreria.

Novamente, para ser brando, Villepin omitiu informações a Amorim. Villepin estivera com Amorim em Paris até o dia 7, dois dias antes do início da operação, fato que incomodou ainda mais ao chanceler brasileiro.

A Polícia Federal relatou em seus informes reservados, na manhã do sábado 12, a suspeita da existência de armas a bordo do Hércules, suspeita nascida da insistente recusa dos franceses – recusa legal, pois um avião militar é tido como parte do território do país em visita – em permitir uma inspeção, ainda que informal, na aeronave.

De posse de informação sobre tais suspeitas, o ministro Amorim indagou a Villepin “se havia contato da França ou dos franceses em Manaus com integrantes das Farc e se havia pessoas armadas a bordo do avião francês”, descreve Pinheiro Guimarães.

SARKOSY DISSE TER

SIDO “INFORMADO

TARDIAMENTE”. ELE

SABIA DE A a Z, DIZ

DOMINIQUE DE VILLEPIN

– O ministro Villepin assegurou ao ministro Celso Amorim que não havia pessoas armadas e que não haveria nenhum contato com os elementos das Farc. afirmou que a aeronave francesa partiria de imediato, caso o governo brasileiro assim o desejasse – contou o chanceler interino no Congresso.

Às seis da tarde do mesmo dia 12, em Brasília, Pinheiro Guimarães telefonou para o embaixador da França, Alain Rouquié, e lhe comunicou que o governo desejava a partida imediata do avião. À uma da tarde de Manaus, no dia seguinte, o domingo 13, o Hércules C-130 levantou voo rumo a Caiena, na Guiana Francesa.

Desde a sexta-feira 18, quando *CartaCapital* foi às bancas com as revelações sobre a operação, além de toda a imprensa colombiana e francesa, como seria de se esperar, a ação do Comando na selva brasileira e seus desdobramentos e consequências repercutem em todo o mundo, como se verifica na reprodução de manchetes de jornais e revistas às páginas 22 e 23.

Do China Tibet, ao Independent de Londres. Do Die Tageszeitung, da Alemanha, El País, na Espanha, ao Le Monde, Le Figaro, Libération e Paris Match.

O episódio poderia ter se encerrado em si mesmo e se circunscrito ao incidente diplomático inicial que envolveu Brasil, França e Colômbia. Ganhou dimensão internacional ainda maior por conta de questões internas do governo francês.

Nicolas Sarkozy, ministro do Interior e adversário de Villepin, garantiu ter sido “informado tardiamente”. Vil-

lepin desmentiu Sarkozy e afirmou ter sido ele notificado “de A a Z”.

Explique-se o banzé. Além das disputas políticas internas, nesta temporada de férias de verão europeu os líderes franceses estavam espalhados pelo mundo. Em missões nitidamente conectadas à estação de lazer. Tanto contribuiu para a balbúrdia e os desentendimentos.

Quatro dias após a edição 250 de *CartaCapital* chegar às bancas, em conversa informal com jornalistas durante viagem às ilhas francesas no Pacífico, o presidente Jacques Chirac, provocado sobre notícias saídas no *Le Monde*, garantiu que, caso tivesse havido uma missão com militares ou agentes secretos, ele teria sido informado.

Sarkozy estava a caminho da Colômbia de onde, em off, vazaria para repórteres seu desconhecimento da missão. Villepin estava com o primeiro-ministro, Jean-Pierre Raffarin, no Marrocos.

No decorrer de uma entrevista coletiva, Villepin recebeu um bilhete com informações sobre a matéria do *Le Monde*. Apressou-se em mandar para Raffarin um outro bilhete, onde assegurava:

– Esta foi uma operação sincronizada por toda a cúpula do governo francês.

Finda a coletiva, relata o *Le Monde*, Villepin telefonou para o Palais de l'Élysée e pediu:

– É preciso, absolutamente, que haja um comunicado do Elisée nos próximos dez minutos.

O comunicado foi emitido nos termos solicitados por Villepin, mas, depois, sempre em sigilo, funcionários do Elisée espalharam versões dando conta do desconhecimento da operação por parte de Chirac.

Se a operação tinha sido sincronizada, o que Sarkozy nega, a reação às consequências do seu fracasso se deu de maneira tão atabalhoada quanto a própria operação.

Segundo o jornal *Canard Enchaîné*, Villepin acusa Sarkozy de ter vazado o fracasso da missão com o objetivo de atingi-lo. (*CartaCapital* assegura não conhecer o senhor Sarkozy e, infelizmente, dele não teve o privilégio de receber qualquer informação. Antes, durante, nem depois da operação.)

Resume o *Canard Enchaîné*:

– A operação Betancourt deflagrou uma violenta guerrilha em Paris.

O comunicado meia-boca de Villepin, na quinta-feira 31, com, mais uma vez, meias-verdades e mentiras – para ser diplomático – foi a tentativa, bem-aceita pelo chanceler Celso Amorim, de pedir desculpas ao Brasil sem se ver obrigado a usar a expressão *excusez-nous*.

Desculpe-nos. Tal expressão, se pronunciada por Villepin no caso, teria devastadores efeitos políticos na França. ■

OS AGENTES E OS MOTOTÁXIS

O comandante Cleiton revela como ele e garotos do interior do Amazonas deram início às investigações da ação francesa na selva do Brasil. POR BOB FERNANDES

CLEITON DE ABREU, 30 ANOS, É PILOTO DE AVIÃO. Ele trabalha para a Rico Linhas Aéreas, empresa que opera na região amazônica. No dia 10 de julho, Cleiton deixou Manaus com destino a São Paulo de Olivença, distante 973 quilômetros. A bordo, quatro franceses. Pierre Henri Guignard, chefe-adjunto do gabinete do ministro de Relações Exteriores da França, acompanhado de Antoine Cardillo, Yves Lefarge e Jacques Drussant. Todos, como se saberia depois, estavam no País, sem permissão do governo brasileiro, em missão para resgatar Ingrid Betancourt, seqüestrada pelos guerrilheiros das colombianas Farc há um ano e meio. Cleiton se tornou personagem, involuntário, do incidente diplomático entre Brasil e França. Em suas respostas a seguir, a descrição dos equívocos da armata francesa, integrada também por agentes do serviço secreto e de contra-espionagem. A operação na selva começou a ser revelada quando Cleiton, um dia vítima de uma tentativa de seqüestro, desconfiou. A ação, com claras conotações brancalões, foi exposta de vez pelos mototáxis do pequeno lugarejo. Poucas horas depois da chegada dos franceses a São Paulo de Olivença, garotos, que fazem de pequenas motos seus táxis, zuniam pelas ruas com notícias, passo a passo, dos movimentos do Comando francês.

CartaCapital: Quando e por que o senhor desconfiou?

Cleiton de Abreu: Desconfiei porque eu desconfie até da minha sombra. Sou muito observador, tenho memória fotográfica, isso é importante para um piloto que voa o tempo todo na selva.

CC: No dia 10, os franceses voaram para São Paulo de Olivença com o senhor. Quando o senhor começou a desconfiar?

CA: Logo no embarque, ali pelas oito da manhã, quando os franceses passaram a bagagem pelo raio X. Eu e o pessoal de terra achamos muito estranho o cônsul francês em Manaus (*Daniel Adolphe Rosenthal*) ter ido até o raio X e acompanhar os franceses até o embarque. Ele fez muita questão de ir.

CC: Eles estavam vestidos como?

CA: Como turistas. Mochilas, jaquetas com bolsos, botas. E minha desconfiança aumentou ainda antes de decolar, quando o pessoal de terra me mostrou o Hércules C-130 e disse que os turistas tinham vindo naquele avião. Eu pensei e falei para o Valfrido Júnior, que tem 20 anos e é meu co-piloto: "Porra! Turista em avião militar? É a primeira vez. E com o cônsul trazendo a bordo!"

CC: Em que língua vocês falaram?

CA: O mais velho deles, acho que é o Pierre (*Henri Guignard, chefe-adjunto de gabinete do Ministério das Relações Exteriores*), me perguntou se eu falava inglês. Eu respondi que muito pouco, mas que falava espanhol, e ele disse que também se comunicava em espanhol. Logo antes da viagem já fiquei com a pulga atrás da orelha, quando o cônsul disse que eles iriam pegar quatro caras lá na região e trazer para Manaus...

CC: Você já foi vítima de um seqüestro, parece, por isso é tão desconfiado?

CA: No dia 28 de novembro de 2000, em Itapiranga, em pleno voo, fui vítima de uma tentativa de seqüestro por parte de um brasileiro e um colombiano. Nós reagimos, meu co-piloto, então, o Ricardo, atirou. Matou o brasileiro e feriu o colombiano, que ficou um ano e meio preso até ser extraditado. Desde esse tempo eu sou meio cabreiro com estrangeiro.

PERSONAGEM

Cleiton de Abreu, 30 anos, é piloto de avião da companhia Rico Linhas Aéreas. Cleiton, um dia vítima de tentativa de seqüestro, agora desconfiou dos franceses e desmontou a operação.

CC: Qual era o avião, como foi a seqüência do voo?

CA: Um Carajá, um turboélice de dois motores da Embraer, com vaga para oito passageiros. Bem, com uma hora e vinte de voo paramos para reabastecer em Tefé. Depois, com duas horas e quarenta no total, chegamos a São Paulo de Olivença.

CC: A que horas vocês chegaram?

CA: Chegamos antes do almoço e achei estranho, de novo, porque não tinha ninguém esperando no aeroporto. Na verdade foi uma coisa atípica. Normalmente, quando chegam turistas, há um agente, há alguém esperando, e eles disseram que iriam pegar quatro pessoas, mas não tinha ninguém. No avião eles conversavam em francês o tempo todo.

CC: Quem conversava com o senhor?

CA: Era o mais velho, acho que Pierre é o nome. O Cardillo (*Antoine*) era o cara grande, do olho azul, se bem que todos eles tinham olho azul, e tinha um baixinho, nervoso, invocado e desconfiado. Esse fumava pra caramba e tava tão nervoso que aumentou minha desconfiança.

CC: Eles se hospedaram no Hotel Flamingo, aquele hotel que o dono é flamenguista fanático, certo? E daí, o que ocorreu?

CA: Isso, isso. Ficaram naquele hotel. E aí a coisa começou a ficar esquisita mesmo quando eles disseram que iam chegar quatro pessoas numa lancha e que a gente ia ter que esperar e pernoitar. A história já tava mudando, não era só pegar quatro pessoas. Bem, aí entram os mototáxis na história...

CC: Mototáxi?

CA: É. Aqueles motoqueiros que carregam o passageiro na garupa. Quando chegamos ao aeroporto, o carro da Rico Linhas Aéreas pegou a mim e ao co-piloto e os franceses foram de mototáxi...

CC: Na garupa? Quanto custa a corrida?

CA: Isso, na garupa. Cada corrida custa uns 2 ou 3 reais. Bem, no hotel fomos almoçar no bandeirão. Nós cá, eles lá. Eles sempre nervosos, dando aqueles risos de nervoso, e o baixinho, que fumava que nem um condenado, todo agoniado. Me lembro que eu disse para o Valfrido: "Os caras tão nervosos, tem coisa nessa toca". Nós comendo e eles olhando, olhando. Até que o Pierre veio até a mesa

e perguntou: "Você sabe onde é a pista de São Lourenço?" Respondi que não sabia. Ele perguntou: "Esse avião voa bem à noite?" Respondi: "Voa, ele é homologado para voar à noite", e ele: "Ah!, o.k., tudo o.k." Em seguida virou-se para a mesa deles e fez um sinal de positivo.

CC: E o senhor?

CA: Saímos do almoço e fomos, eu e o Valfrido, direto para a agência da Rico. Aí tinha um montão de mototáxi perto da igreja. Perguntei para eles se tinham visto alguma lancha e me contaram que uma lancha potente, de dois motores, tinha chegado pelo rio na noite anterior. Dentro tinha uma mulher que falava espanhol. Ela desceu, foi falar com o padre Pedro, eles me contaram. Depois de falar com o padre, eles, os da lancha, abriram o gás no rio, foram embora. Quando os mototáxis me contaram isso, eu disse pro Valfrido: "Rapaz! O negócio tá esquisito, tá muito estranho".

CC: E qual foi sua providência?

CA: Fui para a agência e li-guei para o Marcondes Chagas, nosso diretor-comercial em Manaus. Conteí minhas desconfianças pra ele, que respondeu: "Os caras têm passaporte vermelho, são da embaixada da França. Fica tranquilo". Eu ainda tava no telefone, todo intranquilo, quando um mototáxi bateu no vidro

da agência e me chamou. Eu disse para o Seu Chagas que ligaria depois e sai...

CC: Qual era o enredo?

CA: Antes de entrar na agência um outro mototáxi perguntou: "Vocês vão viajar às cinco horas?" Eu disse que não, que os franceses iriam pernoitar, e o mototáxi: "Mas como? Os caras pediram pra pegar eles às cinco da tarde". Bem, voei pro telefone para falar com Seu Chagas, mas chegou outro mototáxi, um loirinho, que me disse assim: "Comandante, não tenho nada com isso, não, mas tem uma coisa estranha". Perguntei o que era, e ele: "Dois daqueles gringos que você trouxe foram agora lá no aeroporto. Um ficou na frente do aeroporto e o outro entrou no pátio, checkou o avião, fez uma inspeção". No que que o mototáxi loirinho me contou eu liguei pro Chagas e disse: "Rapaz, turista não faz checagem em avião, não faz inspeção. Cara, eles vão roubar essa porra desse avião!"

CC: E o senhor Chagas?

CA: Liguei e contei tudo. O Marivan, chefe dos pilotos, entrou na linha e perguntou o que tava acontecendo. Eu falei: "Mari, os caras vão roubar a porra do avião". E o Mari: "Calma, calma. Os caras têm passaporte vermelho. Vou falar com o Átila (um dos donos da empresa) e te ligo em cinco minutos". Nisso, eles já tinham acionado a Polícia Federal e ligado para o cônsul. Me mandaram ligar pro Seu Átila e ele me disse: "Tá certo desconfiar, tá certo, não vacila não

O MOTOTÁXI

LOIRINHO DISSE: 'NÃO TENHO NADA COM ISSO, MAS TÁ ESTRANHO, COMANDANTE'

que é perigoso mesmo". E o Marivan me deu a ordem: "Tira esse avião daí agora".

CC: E o senhor?

CA: Respondi: "Positivo".

CC: Qual o passo seguinte?

CA: Chamei um mototáxi, fui ao delegado e pedi para ele não deixar os gringos chegarem ao aeroporto até eu me arrancar de lá. Fui na casa do promotor, contei tudo, e fui com o delegado pra pista. Me arranquei para Tabatinga e, enquanto isso, o Marivan tinha alertado a Polícia Federal, que já acompanhava a coisa. Lá em Tabatinga contei tudo pra um cara da PF e ele me disse: "A situação é muito estranha. O Átila e o Marivan disseram que eles têm passaporte vermelho, mas você fez certíssimo, parabéns". Tudo isso na quinta 10. Aí ele me perguntou o que ia fazer. Eu respondi que voltaria para pegar os franceses, mas queria que um federal ou um policial voltasse com a gente, armado, para Manaus. Ele me contou que não poderia deslocar ninguém, mas que conversaria com o delegado. De manhã, no dia 11, decolei de Tabatinga

para São Paulo de Olivença.

CC: Que desculpa vocês deram aos franceses para você ter se arrancado de lá?

CA: Nosso pessoal lá disse que a Federal

não autorizava dormir lá, porque era próximo à fronteira, e que eu voei para Tabatinga para cumprir a regra. Quando cheguei, o Pierre me cumprimentou: "Bom dia". Eu repeti a versão pra ele, que me disse: "Tá certo. Tudo bem. A gente é da embaixada e trabalha para o governo francês. Não temos hora para sair daqui, precisamos esperar nossos amigos". Fomos almoçar, o baixinho ainda mais agoniado, e fomos pro quarto. Não havia passado uns minutos e o Pierre veio ao meu quarto e disse: "Temos que sair às quatro e meia". Achei estranho de novo mudar tudo tão rápido, mas respondi: "Tá bom".

CC: Como foi o embarque?

CA: Bem, o delegado viajou junto com a gente, armado, de frente para os franceses.

CC: Eles estavam armados?

CA: Não deu para ver.

CC: E como foi?

CA: Mandamos tirar toda a bagagem, eles embarcaram e depois embarcamos a bagagem deles. Na véspera, para sondar, o delegado esteve com eles no hotel. Quando ele saiu, o baixinho invocou até a porta e ficou olhando ele ir embora. No avião, o delegado, que já sabia de tudo, que tinha conversado com os mototáxis, ficou de olho neles. O vôo foi tenso, mas foi tudo tranquilo.

CC: E a chegada a Manaus?

CA: Mermão! Tava a Polícia Federal, gente do serviço secreto da Força Aérea, do Exército, todo mundo. Aí eles levaram os caras pra Polícia Federal, e minha história acaba aí. ■

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 110/2003 – GLDBAG

Brasília, 5 de agosto de 2003

Senhor Presidente,

Venho, por meio deste, indicar a Senadora Serys Slhessarenko para integrar, na qualidade de titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Finanças, em substituição à Senadora Heloísa Helena.

Senador **Tião Viana**, Líder do PT, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Será feita substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. GLPMDB Nº 327/2003

Brasília, 23 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do *Senador Sibá Machado*, como membro suplente, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional — CRE, em vaga cedida pelo PMDB.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDR.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A Presidência designa o Senador Sibá Machado para compor a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 640, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeremos que a Sessão Solene destinada a homenagear o ex-Senador Dinarte Mariz pelo transcurso dos cem anos de seu nascimento, prevista para o dia 22 do corrente, seja transformada em homenagem na Hora do Expediente, nos termos do art. 160 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003. – Senador **José Agripino Maia**, Senador **Fernando Bezer-ra**, Senador **Garibaldi Alves Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aprovado em 5-8-2003
Requerimento nº 640, de 2003
Sr. Presidente,
nos termos do art. 167, do
Regimento Interno requeremos a
transformação em hora do expediente
do dia 22 de 2003.
Sala das Sessões em 5 de agosto de 2003
José Agripino Maia
Fernando Bezer-ra
Garibaldi Alves Filho

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria está devidamente instruída e constará da Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Romero Jucá, a Srª Senadora Fátima Cleide, e os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Arthur Virgílio, Augusto Botelho, Amir Lando e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a quebra do monopólio estatal sobre o petróleo em 1997 ensejou a criação, no mesmo ano, da Agência Nacional de Petróleo (ANP). No contexto da redefinição do papel do Estado ocorrida no Governo Fernando Henrique Cardoso, a ANP nasceu com o objetivo de regular e fiscalizar a atividade petrolífera em todas as suas fases: exploração, produção, refino e distribuição.

A desestatização dos setores de produção e exploração tem alcançado resultados satisfatórios, com a realização de licitações nos anos de 1999, 2000, 2001 e 2002 para a concessão de blocos exploratórios à Petrobras e a outras empresas internacionais.

Nos demais setores, entretanto, as mudanças são mais lentas. A indústria do refino, por exemplo, continua praticamente nas mãos da Petrobras, que controla 98% do setor. Apenas duas refinarias privadas concorrem com a maior empresa brasileira.

Esses e outros dados podem ser encontrados numa obra interessantíssima, publicada em 2002 pela ANP. Refiro-me ao volume *Perspectivas para o Desenvolvimento do Refino de Petróleo no Brasil*, publicação que traz os resultados comentados de um estudo desenvolvido pela ANP sobre o assunto no ano passado.

As conclusões desse estudo, Sr^{as} e Srs. Senadores, são, no mínimo, alarmantes. O consumo nacional de petróleo e derivados, que no ano passado foi de 107 milhões de metros cúbicos, crescerá, segundo estimativas da ANP, para 145 milhões de metros cúbicos até o fim da década. Nosso nível de dependência externa, mantidas as políticas atuais, aumentará de 17% para 35% até 2010.

O impacto em nossa balança comercial será significativo. Este é o momento, portanto, de tomar iniciativas para expandir a capacidade de refino no Brasil, numa tentativa de inverter as tendências negativas do setor.

Para que isso ocorra, a ANP selecionou alguns pontos críticos que, obrigatoriamente, devem ser observados. É preciso, em primeiro lugar, definir que fontes de suprimento de derivados serão prioritariamente adotadas. Importação? Refino local? Centrais petroquímicas? Também se faz necessário estabelecer a configuração ideal do parque de refino nacional, mapear as necessidades de investimento no setor, criar um modelo competitivo satisfatório e relacionar as ações que o Governo e a ANP deverão empreender para fomentar investimentos e garantir a concorrência.

Ora, estaria a situação da indústria de refino brasileira em situação tão delicada? O relatório da ANP nos leva a crer que a tendência é exatamente essa. O aumento da demanda por derivados tem sido superior ao aumento na produção. O déficit vem sendo suprido pelas importações, com os impactos na balança comercial a que já aludimos.

Em 1984, as importações respondiam por 1,2% dos derivados consumidos no Brasil. Em 2001, já importávamos 17,2% dos nossos derivados – um crescimento de 21,5% ao ano, muito superior à taxa de crescimento do consumo final, de 3,9% ao ano.

A demanda por derivados em 2001, que foi de 107 milhões de metros cúbicos, chegará a 145 milhões de metros cúbicos em 2010, segundo estimativas da ANP. Se o Brasil pretende atender plenamente à demanda interna em 2010 – prescindindo, assim, das importações –, deverá bancar investimentos de 13,5 a 15 bilhões de dólares no setor de refino, tanto em refinarias existentes quanto em novos projetos.

A indústria do refino apresenta tendências claras no cenário internacional. É comum, por exemplo, que as refinarias se concentrem em locais próximos aos centros de consumo, e não aos centros de produção. As razões são, sobretudo, de ordem econômica. Em primeiro lugar, é mais barato transportar óleo cru do que derivados. Em segundo lugar, ao se concentrarem nas proximidades dos centros de consumo, as refinarias podem ajustar sua produção às demandas locais, sem necessidade de submissão às flutuações da oferta internacional. De fato, a capacidade de refino de cada região, salvo exceções, é equivalente à demanda local.

A ANP também apresenta alguns exemplos de políticas governamentais para estimular o setor de re-

fino, com base na experiência de outros países. É possível, por exemplo, fomentar a demanda por derivados específicos por meio de incentivos fiscais. Foi o que aconteceu na Suécia, onde os incentivos provocaram, na década de 1990, aumentos significativos na demanda por diesel com baixíssimo teor de enxofre. Na Índia, em 1998, uma política de isenções fiscais foi implementada para estimular investimentos em novas refinarias. Resultado: as três novas refinarias que surgiram na Índia tornaram o país auto-suficiente em derivados do petróleo.

Por fim, a ANP lista os dez princípios que devem nortear o desenvolvimento do refino no Brasil: cobertura da demanda nacional por derivados, tornando-os auto-suficientes; implementação de normas de proteção ambiental – custosas, mas necessárias; estabelecimento de critérios para o uso do óleo cru nacional; dimensionamento dos investimentos necessários; discussão do porte e do modelo da Petrobras e discussão sobre sua adequação ao contexto atual; mapeamento do perfil dos agentes econômicos envolvidos na indústria do refino; controle da infra-estrutura logística; criação de um ambiente efetivamente competitivo; implementação de políticas de atração de investimentos para o setor; e, finalmente, implementação e planejamento cuidadosos das ações reguladoras, a principal competência da Agência Nacional de Petróleo.

A obra publicada pela ANP é um alerta claro para os desafios que o setor de refino enfrentará no futuro, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Ao estudar a situação brasileira e internacional e apresentar os vários cenários e opções de investimento, a Agência Nacional de Petróleo presta um serviço inestimável aos brasileiros, haja vista a estratégica posição que o petróleo ocupa no contexto internacional.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita alegria que anuncio a chegada do Programa Fome Zero em Rondônia. Previsto para ser implantado na região Norte somente no início de 2004, o programa foi antecipado e acontece em meu Estado agora, em setembro, atingindo 50 dos 52 municípios e 35 mil pessoas carentes.

A notícia chegou em momento muito especial, quando realizávamos, na última quinta-feira, um seminário sobre o Fome Zero com participação de Frei Betto. Sucesso absoluto, o seminário traduziu o que é, na essência, o programa: uma rede de solidariedade que resgata a esperança na nossa capacidade de construir um País único e solidário.

Os diversos agentes sociais e empresariais que de alguma forma já contribuem para a superação das desigualdades sociais, reunidos em Porto Velho, reafirmaram sua parceria e, mais do que isso, demonstraram ter plena consciência de que atender os interesses de uma maioria sofrida requer a contribuição de todos, requer a construção da cidadania. Essa filosofia, Sr^{as} e Srs. Senadores, está no Fome Zero.

Concebido por meio de um processo de amplas discussões, o Fome Zero, merecedor de acaloradas críticas, algumas fundamentadas outras um tanto levianas, vai além do fornecimento do Cartão-Alimentação, uma ação emergencial que ocorre com sucesso em 1.200 municípios do Nordeste, e agora atingirá famílias da região Norte. Os dados da ONU sobre o Índice de Desenvolvimento Humano da região indicam a urgência desse atendimento. Em meu Estado, Rondônia, o programa injetará R\$2 milhões por mês na economia local.

O programa prevê cerca de 60 ações, dentre elas as que passam pela transformação das políticas estruturais, como a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, capazes de gerar emprego e renda.

Bem sei que a superação dos problemas sociais exige uma luta cotidiana e de longo prazo, e que o Fome Zero, com esta etapa inicial, desenvolvendo uma ação emergencial, necessitará de reformulação constante, não somente por força da estrutura operacional do Governo mas pela própria dinâmica que o governo quer emprestar ao Programa, destinando aos poderes públicos locais e sociedade civil organizada o monitoramento das ações.

Para nós, de Rondônia, porção do Brasil que contraditoriamente às riquezas que acumula em sua biodiversidade integra a massa heterogênea, desagregadora e mais frágil do território-continente, a chegada do Programa Fome Zero é um alento, é de fato alvissareiro.

Porque são gritantes, Sr^{as} e Srs. Senadores, as carências em meu Estado, carências que se avolumaram de forma espantosa em uma década de política de arrocho fiscal, em uma década de ouvidos surdos ao clamor da população dos amazônidas.

As consequências? O desemprego, a falta quase absoluta de investimentos em infra-estrutura que desqualifica o cidadão nortista negando-lhe qualidade de vida, e o desamor. Desamor que se arvora a cada dia em manifestações de violência no campo e nas cidades, abalando mulheres e homens de bem que na pujança de Rondônia sentiram a oportunidade de construir uma nova vida, de paz e prosperidade.

Confesso, Sr^{as} e Srs. Senadores, que ansiava por uma boa notícia para o povo de Rondônia. Gente que rasgou o Oeste brasileiro para plantar, produzir, e, diante da cegueira de sucessivos governos para com a Amazônia, hoje experimentam momentos muito difíceis, momentos que, acredito, não são diferentes das regiões mais excluídas dos benefícios que o Estado brasileiro é capaz de suprir.

Nesse momento, o Fome Zero, para o qual estão previstos recursos da ordem de R\$1,7 bilhão para este primeiro ano, sem dúvida aliviará uma massa de desfavorecidos, e não duvido da seriedade de seus propósitos, considerando-se que até mesmo um Ministério foi criado para articular e implementar uma política de segurança alimentar e nutricional, passo importante para a superação das desigualdades.

Além do mais, o programa não exclui mas amplia e agrega os programas sociais já existentes, e sua inovação se traduz pelo fato de colocar suas ações no centro da política de desenvolvimento do País, mobilizando prefeituras, entidades não governamentais, organizações religiosas, organismos federais e empresas na tarefa de construir uma nova realidade, com o emprego das políticas públicas dos diversos ministérios.

Um dos aspectos que precisa ser ressaltado, para melhor compreensão do programa, e que demonstra o caráter não-assistencialista, é a decisão do governo federal de instituir o Programa de Aquisição de Alimentos, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos alimentícios às famílias em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. O que será feito por meio da Companhia Nacional de Abastecimento, em cada Estado.

É de meu dever, entretanto, alertar ao Governo Federal para que não se desvie dos princípios sempre defendidos pelo Partido dos Trabalhadores de destinar à Amazônia Brasileira tratamento diferenciado, tratamento que possa encurtar a distância entre o Brasil da prosperidade, uma ilha cosmopolita, abastada, do Brasil que clama pela consolidação de um modelo de desenvolvimento que atenda suas necessidades, sua vocação, seu povo.

Precisamos de estradas, de investimentos em energia, na produção, da corajosa articulação para combater a indústria da grilagem que tanto dificulta as ações governamentais, de investimentos em saber e no combate às endemias que afligem a Amazônia e que, a despeito de possuir a maior floresta tropical do mundo, de uma riqueza incalculável, conta com inexpressiva participação no Produto Interno Brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB / PE. Sem acompanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho neste momento a esta tribuna para comentar o artigo intitulado “O cabo-de-guerra”, de autoria do Professor Gaudêncio Torquato, consultor político, publicado no jornal do Brasil no dia 04 de Agosto do corrente.

O artigo é de extrema atualidade pelo que, segundo entendo, sua inserção nos anais do senado é oportuna e serve, inclusive, para alertar o presidente Lula sobre a falta de um objetivo específico de governo em consequência da inexistência de um plano político. Além do mais, ressalta que o governo não possui uma coluna vertebral ou eixo central que o sustente, sendo impossível, por conseguinte, promover o utópico espetáculo do crescimento que proclama.

O texto que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

O cabo-de-guerra

Gaudêncio Torquato
Consultor político

Depois de sete meses, o governo vai assumindo a forma de um cabo-de-guerra, ora pendendo para a direita, com os solavancos provocados pelos guerreiros comandados pelo general macroeconômico Antônio Palocci, ora caindo pela esquerda, puxado pelos trancos de guerrilheiros, dentre eles os Sem-Terra, liderados pelo capito Joo Pedro Stedile, os Sem-Teto, abrigados sob o comando de sargentos e cabos ainda sem nomes definidos, e os Com Voz e Vontade, sob a batuta da herona Helosa Helena. H, ainda, o grupo dos Pragmáticos, que puxa a corda para todos os lados, inspirado nas circunstâncias e sob presso de grupamentos corporativos. As foras contrárias, mesmo conseguindo arrastar o governo, por algum tempo, para as suas bandas, acabam deixando estático o cabo-de-guerra, o que resulta num resultado de soma zero.

A melhor expresso do governo dada pelo posicionamento ambíguo do próprio presidente. Luiz Inácio de uma no cravo e outra na ferradura, incrimina e recrimina, defende e acusa, informa e explica, oferece a mo esquerda para lutadores da direita e o antebraço direito para contendores da esquerda. H dias, garan-

tiu que o comandante-em-chefe dos Sem-Terra no disse o que disse, apesar de sua voz ter sido gravada conclamando 23 milhes de trabalhadores rurais a lutar contra 27 mil fazendeiros que possuem propriedades acima de 4 mil hectares. Ou seja, a manifestao presidencial em defesa de Sttile soou como resposta ingnua quela *pegadinha* que as crianas conhecem: j°Qual a cor do cavalo branco de Napoleo?j± Resposta de Lula: j°Verdej±.

Da mesma boca, saiu outra sentena, desta feita muito lcida, garantindo que j°reformas mexem muito com a nossa comodidade. melhor ficar tudo como est, para que mudar?j± A ironia do presidente, uma dura crtica queles que se opem s reformas, a repetio de axioma maquiavelico: j°Nada mais difcil de executar, mais duvidoso de ter xito ou mais perigoso de manejar do que dar incio a uma nova ordem de coisas. Na verdade, o reformador tem inimigos em todos os que lucram com a velha ordem e apenas defensores tpidos nos que lucrariam com a nova ordem.j± Entre a quadratura de manifestaes nem sempre ditadas pelo bom senso e o crculo de afirmaes categoricas, regidas pelo sentido da responsabilidade inerente ao cargo de mandatrio-mor do pas, gira o palavrrio do governo. A sensao final a de que falta coluna vertebral, eixo central, no corpo paquidrmico de uma administrao que procura sair de um tnel sem fim, e, pior, escuro.

A locomotiva tem pressa para sair da estao, mas o leo do governo escasso e d apenas para tocar o movimento lento de uma velha Maria-Fumaa. A estagnao dos setores industriais; a massa de desempregados, que se adensa, a partir das metrpoles; o refluxo na rea dos servios, com indicaes de que consultrios mdicos particulares esto perdendo at 50% da clientela; a tenso crescente no campo e, agora, nas grandes cidades, com os Sem-Terra e Sem-Teto avolumando as aes de ocupao e mobilizao; a confuso que se estabeleceu em torno das reformas previdenciaria e tributria, a ponto de no mais se saber o que prioritrio e secundrio; a expanso da criminalidade, a partir do aumento dos roubos; e, no plano mais alto, os primeiros sinais de que a confiana internacional no Brasil comea a se esgarar, por fora da constatao de que as dificuldades e obstculos que se apresentam administrao federal, so maiores do que as primeiras previses – formam um contencioso que j comea a furar o balo de confiana no governo e a minar as bases do carisma de Lula.

O escudo macroeconmico de proteo estabilizada, brandido pelo ministro Palocci, feito com um frio ao que, imaginava-se, seria imune corrosivo das intempries. Jogaria o pas no oceano da confiabilidade internacional, e, como conseqncia, inundaria o territrio

com volumosos investimentos. Ora, o que se comea a perceber que a temperatura ambiental, de to alta, est corroendo os at ento impermeveis tanques da economia, a ponto de comear a afugentar os capitais especulativos. Ou seja, a rigidez da poltica macroeconmica est criando um bumerangue. A estrutura social do pas est fragmentada. O grito das periferias desorganizadas junta-se ao clamor dos segmentos organizados. As classes mdias abrem uma locuo de insatisfao, cujo eco se expande circularmente at as margens mais afastadas.

O governo at procurou se prevenir contra as manifestaes sociais, quando formou os abrigos de envolvimento e participao da sociedade. A estratgia tem se tornado ineficaz. As reunies dos Conselhos ocorrem. Mas o governo no faz o que se diz. Torna-se evidente uma reverso de expectativas, que a melhor explicao de Tarso Genro, o ministro encarregado de administrar a algaravia, no consegue justificar. Por isso tudo, o que de melhor poder ocorrer, nas prximas semanas, a aprovao da reforma da Previdncia, mesmo com os buracos abertos em sua estrutura. Seria uma pausa para o refresco, antes de outro corpo muito debilitado, a reforma tributria, ingressar na UTI.

Gaudêncio Torquato (*gautorg@gtmarketing.com.br*)
professor da USP

PARA O GOVERNO DO PT, O EXEMPLO QUE VEM DE SÃO PAULO

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO – (PSDB – AL.Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr .Presidente, Srªs e Srs. Senadores, “o governo do Estado – conduzido pelo PSDB – não vai abrir mão de assentar as famílias cadastradas no Pontal de acordo com a lei que está em vigor e que será cumprida. Não é uma questão de opinião, é uma questão legal.”

Essas são palavras do Secretário de Justiça do Governo do Estado de São Paulo, Alexandre de Moraes, que, ao contrário do que andou apregoando irrefletidamente o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, conduz o processo de reforma agrária de forma responsável.

Com essas afirmativas, o ilustre Secretário do Governador Alkmin deu um basta na pretensa idéia do Ministro, que supõe ter poder para intervir na esfera de competência estadual.

Tendo em vista a relevância do assunto, solicito que o editorial da edição de hoje do jornal **O Estado de São Paulo**, que analisa os desmandos do Ministro Rossetto, seja inserido nos anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

SP RECOLOCA A LEI NO CAMPO

Foi mais do que oportuna a iniciativa do Secretário de Justiça de São Paulo, Alexandre de Moraes, anunciada segunda-feira, de desautorizar pronta e publicamente a descabida promessa, feita na véspera pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, de dar prioridade ao assentamento de todas as famílias acampadas no Pontal do Paranapanema. Por ocasião da comemoração, no domingo, dos 13 anos de atividades do Movimento dos Sem-Terra (MST) na região, a qual compareceu, o ministro havia dito que colocaria à disposição dos acampados 100 mil hectares de terras devolutas, até setembro.

Com essa promessa o ministro não só dava exemplo de favorecimento aos “fura-filas” - pois beneficiava os invasores, em detrimento dos cadastrados -, como usurpava uma atribuição estadual, porquanto as “terras devolutas” que prometera são do Estado de São Paulo e não da União.

Alexandre de Moraes reafirmou que o Estado vai assentar na região apenas as 1.400 famílias cadastradas pelo governo estadual, esclarecendo: “As devolutas são do Estado e, sendo assim, é o Estado que, em convênio com o Incra, vai assentar.” E explicou mais: “As famílias acampadas não terão prioridade até porque o governo federal pode, a qualquer momento, desapropriar outras para fazer reforma agrária e assentar essas famílias.” Também informou que a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) apresentou ao governo federal 19 laudos de fora do Pontal que poderão ser desapropriadas.

A referência mais importante, feita pelo secretário da Justiça de São Paulo, foi a própria lei, ao dizer com a necessária ênfase: “O governo do Estado não vai abrir mão de assentar as famílias cadastradas no Pontal de acordo com a lei que esta em vigor e que será cumprida. Não é uma questão de opinião, é uma questão legal.” Moraes se referia a Lei Estadual nº 4.957/85, que impõe, entre outras condições para uma família cadastrar-se visando a ser assentada, morar há dois anos na região e ter vocação agrícola - a ser avaliada por representantes dos três níveis de governo e dos assentados.

O Ministro Rossetto dissera na véspera - justificando a prioridade que dera aos acampados - que “todas as famílias que estão em busca de trabalho buscam no acampamento a possibilidade de emprego”. Se conside-

rarmos a presente demanda de trabalho e de empregos do País - cuja ilustração mais recente foi a aglomeração de dezenas de milhares de pessoas das mais diversas qualificações e profissões, no Rio de Janeiro, em busca de uma vaga de gari -, a promessa do ministro foi irresponsável, pois estimulou uma corrida, para o Pontal, de pessoas de todos os lugares (especialmente das periferias das cidades) e sem qualquer experiência de trabalho no campo. Nesse sentido as exigências legais lembradas pelo secretário da Justiça paulista foram mais do que necessária, para evitar as consequências - dramáticas, se não trágicas - dessa possível “corrida” ao Pontal, uma vez que, com toda certeza, ela resultaria em decepção e desespero para muitos milhares de pretendentes (terra, ao emprego, ou mesmo cesta básica...).

O governo tem cadastradas 1,4 mil famílias no Pontal e outras 4 mil no restante do Estado. Os acampados no Estado somam hoje cerca de 5 mil famílias no total, entre assentados e acampados, há cerca de 10,4 mil famílias. São quantidades administráveis (pelo governo estadual) desde que o governo federal, e, mais precisamente, o ministro do Desenvolvimento Agrário, não tumultuem o processo da reforma, com promessas que não pode cumprir, feitas a pessoas que não podem candidatar-se à obtenção de terras que não cabe ao ministro distribuir. E para se avaliar a receptividade da população do Pontal às promessas distributivistas do ministro, bastaria lembrar que, naquela festa dos 13 anos do MST, dos 32 prefeitos convidados a comparecer, ou seja, dos escolhidos pelo eleitorado da região, apenas 3 aceitaram o convite.

AS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE LULA

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para comentar as matérias intituladas “Lula apagou a Terceira Via, diz jornal” e “Amorim tenta explicar crítica de Lula aos EUA”, publicadas no jornal **O Globo**, edição de 16 de julho do corrente ano.

As matérias, que solicito sejam inseridas nos anais do Senado Federal, destacam as críticas feitas às declarações do Presidente Lula na conferência da Governança Progressista, realizada em Londres.

Os textos, que passo a ler, para que fiquem integrando este pronunciamento, são os seguintes:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

'Lula apagou a Terceira Via', diz jornal

'Ele decidiu animar o ambiente com alguns elogios aos EUA', ironizou

Cassia Maria Rodrigues e
Janaina Figueiredo

● LONDRES e BUENOS AIRES. As críticas do presidente Lula aos EUA na conferência da Governança Progressista, em Londres, foi destaque ontem nos principais jornais britânicos. Lembrado pelo "Financial Times" como "herói da classe trabalhadora", o mais influente jornal de negócios da Europa assinala que "Lula apagou a Terceira Via" e diz que o brasileiro deixou às escuras o caminho descoberto pelo Novo Trabalhismo de Tony Blair.

"Lula decidiu animar o ambiente com alguns elogios aos EUA", ironizou o diário britânico, repetindo a frase do brasileiro de que os Estados Unidos

só pensam em si mesmos.

Para o "Times", o mais tradicional jornal britânico, a conferência terminou como começou: com confusão e divergências. Concordando com o "Financial Times", o "Times" disse que os três dias de conferência foram improdutivos e enfadonhos e que o ponto de convergência era que todos queriam voltar para casa.

O "Times" afirmou que Lula fez um "longo, lento discurso em português".

O jornal espanhol "El País" ressaltou a visita de Lula e de Néstor Kirchner ao país. Em outra reportagem, mostrou que Lula continua com aprovação popular após sete meses de governo.

O presidente da Argentina, Néstor Kirchner, tenha aprovei-

tado o encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, anteontem, em Londres, para manifestar, em tom irônico, suas críticas ao governo brasileiro. "Tenha cuidado porque Menem começou assim", teria dito Kirchner a Lula, segundo o jornal "Clarín", um dos mais importantes do país. Na semana passada, a imprensa argentina publicou que, para Kirchner, Lula aproximou-se demais dos EUA.

Segundo o jornal, Kirchner tem comentado "que Lula exibe alguns sintomas que o deixam quase sem ar", como "exagerada sensibilidade pelo que possam dizer os empresários, excessiva preocupação pelo que possam comentar os organismos internacionais". ■

Amorim tenta explicar crítica de Lula aos EUA

Ministro diz que as declarações do presidente na visita à Inglaterra foram mal interpretadas

● MADRI. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, minimizou ontem as críticas feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Estados Unidos na Inglaterra.

— As declarações do presidente foram mal interpretadas. Os EUA sempre defenderam os seus interesses e é o que nós devemos fazer. Essas coisas são ruídos menores num processo que está muito bem encaminhado — disse Amorim, sobre o comentário de Lula de que os EUA pensam sempre neles.

Amorim tentou ainda explicar as declarações de Lula de que os EUA mantêm o embargo eco-

nômico a Cuba por causa dos eleitores cubanos de Miami.

— Nossa posição é clara: a defesa dos direitos humanos, mas o reconhecimento de que boa parte da situação de Cuba se deve ao embargo econômico imposto pelos EUA.

A embaixadora dos EUA no Brasil, Donna Hrinak, disse anteontem que a declaração do presidente Lula "não reflete o tipo de relação de colaboração que ele e o presidente Bush estabeleceram". Após a visita a Washington, em 20 de junho, Lula disse que a relação entre os dois países surpreenderia o mundo. (C.J.) ■

POPULISMO, INCOERÊNCIA E ESTELIONATO

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, no dia de hoje, para comentar o artigo “Populismo, incoerência e estelionato”, de autoria do jornalista Newton Rodrigues, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 18 de julho do corrente.

O artigo, que solicito seja inserido nos anais do Senado, ressalta a forma amadorística que o Presi-

dente Lula tem dado ao seu governo, onde ninguém se entende e não tem diretriz definida para nada.

O texto, que passo a ler, para que fique integrado este pronunciamento, é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)

Populismo, incoerência e estelionato

NEWTON RODRIGUES
JORNALISTA

O jornal londrino *The Times* descreveu como “simplista e romântica” a proposta de Lula para resolver a desigualdade social mundial, exposta durante sua viagem à Inglaterra. Durante a última reunião do G-8 na Suíça, também não faltaram críticas semelhantes aos projetos do presidente brasileiro de destinar parte do dinheiro gasto com armamentos para uma espécie de Fome Zero, vinculando comércio de armas a assistência social, com resultados imprevisíveis. O próprio projeto do Primeiro Emprego foi lá considerado incoerente, por não oferecer garantias de que os jovens contratados com subsídio estatal não serão usados para substituir velhos funcionários a caminho da aposentadoria. Aparentemente um homem simples, Lula vai se revelando aos poucos um vaidoso com pretensões de mudar não apenas o Brasil, mas o mundo. Um sebastianista carismático que acredita que emocionará uma platéia é o mesmo que reformar a sociedade. Como FHC no final do mandato, parece acreditar no poder do discurso como força transformadora. Mas mesmo suas falas sofrem os males da incoerência, do populismo e da falta de jogo de cintura exigida pela e para a prática política.

Nessa mesma viagem, o presidente brasileiro também falou duro contra os Estados Unidos. Embora tenha todo direito de fazê-lo, a ocasião foi totalmente inadequada. Pois o primeiro-ministro Tony Blair é atualmente o maior aliado do presidente Bush. E, ainda mais grave, o próprio Lula vem de um recente encontro com o presidente americano, onde essas críticas poderiam ter sido feitas (com outras palavras, evidentemente) e não foram. Pelo contrário. O presidente argentino Kirchner chegou a reclamar, na imprensa, de que tinha combinado uma posição comum com o Brasil sobre a Alca e, em Washington, Lula mostrou-se surpreendentemente maleável. A rivalidade entre o Brasil e a Argentina não é nada boa para o Mercosul, que ambos dizem querer incentivar. Mas pode ser ótima para os americanos, que, mais uma vez, vão querer acirrará-la em seu próprio interesse.

Isso nos leva novamente ao problema do governo dizer uma coisa, depois desdizê-la, e voltar a

afirmá-la, como um balão de ensaio jogado na mídia. Trata-se de uma estratégia amadorística. E demonstra algo bem mais grave: que o governo é um saco de gatos, onde ninguém se entende, e não tem diretriz definida para nada. O projeto da reforma da Previdência, por exemplo, nem o Judiciário nem o Legislativo poderia mudá-lo, “só Deus”. Pois bastou o presidente da República viajar ao exterior, que o presidente da Câmara e o ministro da Casa Civil, ambos do PT, mostraram-se receptivos a uma proposta do STF que deforma totalmente o objetivo do governo. Ou quem sabe, aquele que nós, ingênuos, achávamos que o governo tinha. Foi para isso que o partido fechou questão sobre a matéria, e ainda iniciou um processo de expulsão dos seus parlamentares dissidentes? Para mudar no meio do caminho, diante da primeira pressão?

O presidente do TST, em descabida declaração para uma autoridade do seu escalão, disse que está sendo praticado um “estelionato eleitoral”, pois o então candidato Lula disse que ia fazer exatamente o contrário do que está fazendo. Com o que já concorda talvez parte dos brasileiros, em ambos os lados do espectro político. Há outra hipótese também correndo de boca em boca. A de que os Estados Unidos preferiram o candidato do PT a Serra porque este, considerado mais capaz, tinha batido de frente com os americanos no caso das patentes farmacêuticas. Lula seria apenas o candidato “da esquerda”, enquanto Serra é quem seria realmente “de esquerda”. São sutilezas políticas, mas que infelizmente parecem agora se confirmar.

*Newton Rodrigues
(newtar@attglobal.net) escreve nesta
página às sextas-feiras*

UMA SUPERESCOLA DE LUXO EM VEZ DE 10 ESCOLAS, NA CIDADE SEM VAGAS PARA 200 MIL CRIANÇAS. É A RECEITA PETISTA

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Nação está chegando ao fundo do poço: a tensão no campo e nas grandes cidades atinge índices insuportáveis, o clima de insegurança para os investimentos afeta a retomada do crescimento, as bolsas caem, o dólar sobe e o risco Brasil se deteriora.

Só o PT não se dá conta do quadro negativo em que vive o País nem percebe que a popularidade inicialmente conquistada pelo Presidente Lula pode ser perdida se o governo não tiver capacidade de garantir o restabelecimento da ordem jurídica e institucional.

A imprensa brasileira, nesse final de semana, foi incisiva ao alertar o governo diante do grave risco que vai substituindo as esperanças do povo. Na revista **Veja**, o ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, deixou a quarentena de silêncio e mostrou, sem alardes, que *a luz amarela já está acesa*. E mais: *o conjunto dos conflitos traz a sensação de que estamos vivendo um momento de definição. O resultado geral é preocupante*.

Se não há convivência, há, seguramente, permissividade, tolerância e, não raro, palavras de estímulo do governo petista sempre que vem à tona a grave questão do campo, com as invasões se multiplicando todo dia. O culpado é o governo petista, que segue o caminho do afrouxamento das restrições das normas prescritivas de comportamento social.

São Paulo é o Estado de que mais e mais se alheia o Governo Federal e não é difícil entender o porquê dessa omissão. Eis o que diz, a propósito, um dos maiores jornais brasileiros, **O Estado de S.Paulo**:

O PT não apenas tem interesse, como o vem demonstrando, em enredar o governador tucano (Geraldo Alckmim) em um cipal de situações de tensão social, capazes, por sua própria natureza, de gerarem consequências dramáticas, com manifestações de violência e até perdas de vida....Por isso, mais ainda do que criar obstáculos para a administração tucana no Estado – de que foi exemplo a oposição do PT na Assembléia Legislativa a um projeto do Executivo sobre taxação de inativos, que em nada difere do que o governo Lula pretende ver implantado em escala nacional – convém aos petistas combatê-lo pelo lado dos

conflitos sociais, forçando uma seqüência de episódios de confrontos públicos diante dos quais, no clima de opinião prevalecente, a autoridade acaba pagando um exorbitante preço político por fazer a coisa certa. É onde entra, ajustando-se como uma luva a esse propósito, o problema da ocupação do terreno em São Bernardo.

Quem diz isso – repito – não é o PSDB; é o insuspeito e prestigioso jornal brasileiro.

Mergulhado nessa cega obsessão, o PT continua fazendo tudo errado. Não age quando é preciso, e quando age, age praticando equívocos. Não importa ao partido a realidade que o cerca, que é a realidade brasileira. Vou dar um exemplo e, uma vez mais, falo de São Paulo, a cidade.

Desde logo, indagaria a qualquer simples cidadão paulistano qual é o grande problema que as famílias de classe média para baixo enfrentam todo começo de ano escolar? É o problema da falta de vagas, obrigando pais e mães a *permanecerem dias e dias em humilhantes filas para conseguir vagas nas escolas para seus filhos*, com observa o jornal **O Estado de S.Paulo**.

O problema é um só e, segundo completa aquele jornal, *São Paulo é uma cidade onde 200 mil crianças não têm escolas e outras 50 mil crianças ainda assistem às aulas em **escolas de lata***.

Pois é nessa mesma cidade de São Paulo que vamos constatar um dos mais gritantes erros do governo petista. A Prefeita local vem de inaugurar, na presença do Presidente Lula, uma superescola de alto luxo, que custou mais de R\$15 milhões, com 900 vagas de educação infantil e 1.260 de ensino fundamental.

Agora, vejam o que diz a imprensa: *Com esses recursos seria possível construir 10 escolas de alvenaria, cada uma com capacidade para 2 mil alunos. Seriam abertas 20 mil vagas, e não 2.160, com os mesmos R\$15 milhões gastos na construção do CEU Jambeiro*, este o nome da escola de superluxo que a Prefeita construiu como primeira de uma série de 21 que ainda pretende construir. É a hora em que o paulistano torce para que ela não se reeleja.

Prossigo na leitura do *Estado*: *quando essas 21 superescolas estiverem prontas abrigarão 28 mil alunos, quando, com o mesmo dinheiro se poderia resolver o angustiante problema da falta de vagas em São Paulo*.

Pior ainda foi a afirmativa de Lula, ao inaugurar a superescola da Prefeita petista: *essa é uma escola*

que vai mudar o padrão de educação no Brasil, disse o Presidente.

Rebatendo a fala como sempre empolgada do Presidente, eis como completa o jornal paulista, a propósito desse festival de jogar dinheiro pela janela: *As superescolas de alto custo não vão **mudar o padrão da educação no Brasil**; isso é **demagogia perversa**, que impede ou retarda a ascensão social de milhares de pessoas.*

Erros à parte, que outra coisa não tem feito o governo petista, o mais grave de tudo é que a Prefeita recorreu a remanejamentos orçamentários, para construir o escolão, sacrificando a construção de 56 escolas e creches na capital paulista. O **Jornal da Tarde**, edição de sexta-feira última, publicou o endereço das dezenas de escolas que não foram feitas para que o novo padrão de educação se instalasse em São Paulo.

Segundo o *Estadão*, se essas 56 escolas tivessem sido construídas seriam abertas mais de 150 mil vagas na periferia, para que “os filhos dos pobres que devem ter direito de oportunidade de acesso à Educação, como disse o Presidente Lula, efetivamente exercessem esse direito.”

Ao denunciar mais um dos equívocos que vão caracterizando o governo petista, o PSDB tem a certeza de que interpreta a perplexidade da população brasileira, que não se conforma, não deve se conformar nem pode se conformar com atos de menoscabo de governantes que se mostram em permanente desarranjo, parecendo não se aperceber que há uma grande distância entre o Brasil que supõem e o Brasil do dia-a-dia das nossas populações.

É o que estamos presenciando nessa angustiante noite de inverno, na qual pouco se lhes importa que estejam faltando agasalhos para todos. Nem se lhes importa que centenas de escolas paulistanas sejam de lata.

O desbarate de dinheiro público mal começou. A Prefeita está ainda no primeiro de 21 *escolões de luxo* que projetou para a cidade sem vagas para 200 mil crianças. As filas, noites a fio, por uma matrícula, não conseguem sensibilizar esses governantes, que pensam alto, cometem erros primários, chegando a esse tipo de *demagogia perversa*, na ingênua suposição de que o povo é tão cego como eles.

Feito esse relato, denunciando a *demagogia perversa* do governo petista, passo ao explosivo tema das invasões do MST.

Já se disse que esse movimento é político e, segundo editorial de domingo de **O Estado de S.Paulo**,

falsos atrativos têm levado todo tipo de gente para acampar com o MST.

Os dirigentes desse movimento consideram que *nunca foi tão fácil como agora arregimentar pessoas para os acampamentos*. Como assinala o jornal, *eles levam jornais e mostram aos candidatos em potencial – que incluem pedreiros, eletricitas, comerciários, funcionários públicos, cozinheiros, empregadas domésticas etc – declarações do ministro Rosseto de que o governo assentará todos os invasores. Garantem, ainda, que na região (Pontal do Paranapanema) existe, pelo menos, 1 milhão de hectares de terras públicas, que teriam sido griladas pelos fazendeiros no passado e que agora serão desapropriadas.*

O *Estadão* conclui que *esses falsos atrativos bem poderiam caracterizar um tipo de estelionato ideológico, que tem provocado a verdadeira corrida aos acampamentos, de pessoas que trabalham e mantêm suas casas nas cidades e apenas dormem nos acampamentos para se credenciar a um lote de terra.*

Sobre isso, o economista Eduardo Gianetti, professor das faculdades IBMEC, adverte, em entrevista publicada nesse domingo, que *política do afago não vai conter o movimento social; o governo tem de mostrar firmeza no cumprimento da lei, para não perder o controle.*

É o que a Nação pacientemente espera.

E era o que eu tinha a dizer.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Dia Nacional da Saúde foi instituído pelo Decreto 5352, de 8 de novembro de 1967. É a mesma dada em que se comemora o aniversário do médico e sanitarista Oswaldo Cruz, que nasceu em Paraitinga em 5 de agosto de 1872.

Oswaldo Cruz formou-se em 1892 pela Faculdade Nacional de Medicina, defendendo a tese *Veiculação Microbiana pelas Águas*. Começou suas pesquisas no mesmo laboratório em que seu pai, o médico Bento Gonçalves Cruz clinicava.

Em 1902, assumiu a direção geral do novo Instituto, que ampliou suas atividades, não mais se restringindo à fabricação de soros, mas dedicando-se também à pesquisa básica e aplicada e à formação de recursos humanos.

No ano seguinte, foi nomeado Diretor-Geral de Saúde Pública, cargo que corresponde atualmente ao de Ministro da Saúde. Utilizando o Instituto Soroterápico Federal como base de apoio técnico-científico, deflagrou suas memoráveis campanhas de saneamento. Seu primeiro adversário: a febre amarela, que

angariara para o Rio a reputação de *túmulo dos estrangeiros* e que matou, de 1897 a 1906, quatro mil imigrantes. Numa época em que ainda se acreditava que a maior parte das doenças era provocada pelos *ares pestilenciais*, a idéia de “se pagar a rapagões para caçar mosquitos”, como dizia uma revista de então, só poderia provocar o riso.

O jovem pesquisador bem que tentou alterar a opinião pública, fazendo publicar seus *Conselhos ao Povo*, uma série de folhetos educativos. Mas enfrentava a oposição de grande parte da classe médica, que não acreditava na teoria de Finlay.

Oswaldo não foi poupado: charges diárias na imprensa, canções com letras maliciosas, quadrinhas. Mas o riso logo se transformou em indignação, devido ao rigor com que eram aplicadas as medidas sanitárias – especialmente a remoção dos doentes e a entrada nas casas para o expurgo, mesmo sem autorização dos proprietários.

Em seguida, Oswaldo iniciou sua luta contra a peste bubônica. A campanha previa a notificação compulsória dos casos, isolamento e aplicação do soro fabricado em Manguinhos nos doentes, vacinação nas áreas mais problemáticas, como a zona portuária, bem como desratização da cidade. A associação entre ratos e mosquitos era irresistível. E a decisão da Saúde Pública de pagar por cada roedor *capturado*, dando origem aos inúmeros *compradores de gabirus* que percorriam a cidade, só agravou a situação. Mas, em poucos meses, a incidência de peste bubônica diminuiu com o extermínio dos ratos, cujas pulgas transmitiam a doença.

Em 1904, uma epidemia de varíola assolou a capital. Somente nos cinco primeiros meses, 1800 pessoas tinham sido internadas no Hospital São Sebastião. Embora uma lei prevendo imunização compulsória das crianças contra a doença estivesse em vigor desde 1837, ela nunca fora cumprida. Assim, a 29 de junho de 1904, o Governo enviou ao Congresso projeto reinstaurando a obrigatoriedade de vacinação antivariólica.

Suas cláusulas previam vacinação antes dos seis meses de idade e para todos os militares, revacinação de sete em sete anos e exigência de atestado de imunização para candidatos a quaisquer cargos ou funções públicas, para quem quisesse se casar, viajar ou matricular-se numa escola. Davam ainda à polícia sanitária poderes para convidar todos os moradores de uma área de foco a se imunizarem.

Quem se recusasse seria submetido à observação médica em local apropriado, pagando as despesas de estadia.

O projeto estipulava ainda punições e multas para médicos que emitissem atestados falsos de vacinação e revacinação, obrigava diretores de colégio a obedecerem as disposições sobre imunização dos estudantes e instituía a comunicação de todos os registros de nascimento.

Estas medidas draconianas estarreceram a população e a oposição a Oswaldo Cruz atingiu seu ápice. Os jornais lançaram violenta campanha contra a medida. Parlamentares e associações de trabalhadores protestaram e foi organizada a Liga contra a Vacinação Obrigatória.

No dia 13 de novembro, estourou a Revolta da Vacina. Choques com a polícia, greves, barricadas, quebra-quebra, tiroteios – nas ruas, a população se levantou contra o governo.

No dia 14, a Escola Militar da Praia Vermelha aderiu à rebelião, mas após intenso tiroteio os cadetes foram dispersados. Na Saúde, o Porto Arthur carioca, os protestos continuaram. Finalmente, O Governo decretou estado de sítio e, no dia 16, conseguiu derrotar o levante, mas suspendeu a obrigatoriedade da vacina.

Oswaldo Cruz acabou vencendo a batalha. Em 1907, a febre amarela estava erradicada do Rio de Janeiro. Em 1908, violenta epidemia de varíola levou a população em massa aos postos de vacinação. O Brasil finalmente reconhecia o valor do seu sanitarista.

No mundo científico internacional, seu prestígio já era incontestável. Em 1907, no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim, recebeu a medalha de ouro pelo trabalho de saneamento do Rio de Janeiro. Oswaldo Cruz reformou o Código Sanitário e reestruturou todos os órgãos de saúde e higiene do país.

Em 1909, deixou a Diretoria Geral de Saúde Pública, passando a dedicar-se apenas ao Instituto de Manguinhos, que fora rebatizado com o seu nome. Do Instituto, lançou importantes expedições científicas, que possibilitaram maior conhecimento sobre a realidade sanitária do interior do país e contribuíram para a ocupação da região. Erradicou a febre amarela do Pará e realizou a campanha de saneamento na Amazônia, que permitiu o término das obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, cuja construção havia sido interrompida pelo grande número de mortes entre os operários.

Em 1913, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Em 1915, por motivo de saúde, abandonou a direção do Instituto Oswaldo Cruz e mudou-se para Petrópolis. Em 18 de agosto de 1916, assume a prefe-

itura daquela cidade, traçando vasto plano de urbanização, que não pode ver implantado. Sofrendo de crise de insuficiência renal, morreu na manhã de 11 de fevereiro de 1917, com apenas 44 anos de idade.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, Sr. Presidente, é comemorado em todo o País o Dia Nacional da Saúde. Esta data que foi criada com o objetivo de destacar os cuidados que todos nós devemos ter com a saúde e foi escolhida por conta do nascimento, em 1872, do ilustre médico sanitarista Oswaldo Cruz, fundador da medicina experimental brasileira responsável pela erradicação da febre amarela e da varíola no Rio de Janeiro.

Em Rondônia, esta data não tem o que se comemorar a não ser fazer-se uma profunda reflexão a respeito da situação desesperadora em que se encontra a saúde pública no meu Estado.

Todos estamos cansados de saber que a crise da saúde pública em nosso País merece maior reflexão, em virtude de alguns aspectos, entre os quais, a insuficiência de recursos e o estado caótico em que se encontram os atendimentos nos hospitais públicos.

No entanto, esta crise se torna cada vez mais grave quando falamos do Estado de Rondônia. No último fim de semana estive percorrendo algumas cidades daquele Estado, oportunidade em que recebi inúmeras reclamações de pessoas que vieram ao meu encontro e todas, sem exceção, foram unâimes em apontar as precárias condições em que a população está sendo assistida na rede pública de saúde.

A saúde em Rondônia encontra-se moribunda, vivendo em estado de agonia. Os milhares de brasileiros que escolheram aquele pedaço de pátria para habitar e criar seus filhos, produzir o progresso e prosperidade, acreditando em um novo eldorado, investindo suas sortes na busca de melhores dias, continuam a perseguir apenas os mesmos sonhos, pois há muito vêm pagando um preço insuportável pelo quadro desesperador que ora a saúde pública apresenta.

Os coeficientes de mortalidade geral dispararam, tendo como causa os sinais-sintomas e afecções mal definidas, o que denota a precariedade do sistema de saúde no meu Estado.

A mortalidade infantil em Rondônia, mesmo com as taxas em declínio, continua a apresentar um dos maiores índices em relação aos demais Estados da Federação.

As principais causas de óbito são as afecções originárias do período pré-natal, infecções intestinais

e doenças do aparelho respiratório. E, como esse coeficiente está ligado diretamente às condições sócio-econômicas, confirmam-se as precariedades da assistência ao pré-natal, ao parto, dos programas de nutrição, da habitação e de saneamento.

O coeficiente de mortalidade por doenças transmissíveis tem demonstrado, nos últimos anos, um quadro desagradável, considerando-se as doenças infecciosas, intestinais, parasitárias, a hanseníase, a tuberculose, a hepatite, a malária e a leishmaniose como sendo as principais causas da morbidade, todas relacionadas às deficientes condições de saneamento básico e de urbanização.

No que diz respeito aos serviços de saúde, apesar dos grandes investimentos na rede, nestes últimos anos, permanecem ainda alguns locais com deficiências em unidades e leitos. A rede de serviços de saúde está estruturada de forma hierarquizada de complexidade crescente. Todos os municípios possuem desde unidades mais simples, como postos de saúde, até unidades hospitalares secundárias, mas sem funcionários, sem médicos para atender à demanda de pacientes. Embora dispondo dessa rede física, o sistema de saúde do estado continua deficiente, com baixa produtividade, estando desvirtuados os objetivos básicos de sua estruturação.

Na verdade, os problemas da saúde não são apenas decorrentes da falta de recursos, mas sim da falta de planejamento e gerenciamento adequado e sobretudo da vontade política de governo para resolver as suas demandas.

O que não se pode admitir é que, numa rede pública de saúde, possa haver tratamento desigual, em prejuízo de uma população desprovida, que, pela sorte obscura, já vive na miséria.

Pois bem, esse tipo de tratamento, infelizmente, vem ocorrendo em toda a rede pública de Rondônia.

As críticas aos serviços de atendimentos nos hospitais públicos pertencentes à rede estadual são freqüentes, e as pessoas humildes que procuram aquelas unidades hospitalares não são atendidas de forma adequada e com dignidade. A não ser que tenham dinheiro, é recomendado que se dirijam aos consultórios particulares.

Tenho recebido algumas dezenas de reclamações de pacientes moradores de Porto Velho e do sul do Estado que há dias tentam uma consulta na rede pública e infelizmente não conseguem.

Torna-se necessário entender, Sr. Presidente, que as Instituições públicas existem para atender bem a população, principalmente os pobres, colocando-se à disposição da sociedade como um todo, inde-

pendentemente de cor, raça, partido político ou religião. Esse deve ser o papel do Estado. A saúde pública não pode e nem deve ser usada apenas como trampolim político.

Entretanto, nem sempre funciona assim. Para equacionar esses problemas foram criados os Conselhos de Saúde ao nível da União, dos Estados e dos municípios que teoricamente deveriam escolher os seus membros de forma democrática para que as comunidades pudessem se sentir legitimadas dentro do processo. Porém, em Rondônia, na sua grande maioria, os seus conselheiros, que deveriam representar os usuários, geralmente são braços do poder dominante ou então defendem interesses próprios dentro daquelas instituições.

É preciso sobretudo vontade política do nosso governador em aplicar com determinação os recursos obrigatórios para a saúde, previstos em nossa Constituição, para que a sociedade possa realmente receber os verdadeiros benefícios do Plano Nacional de Saúde, no que tange a uma saúde de qualidade para aqueles que do sistema público necessitam.

Se a rede primária funcionasse a contento, 80% dos casos seriam resolvidos nesse nível, por meio dos programas normatizados pelo próprio Ministério da Saúde, melhorando-se a qualidade da assistência prestada e reduzindo-se os custos.

Importante ressaltar que 60% da população do Estado reside na área rural, que possui basicamente unidades ambulatoriais, sendo que a assistência continua a ser altamente deficiente, pela dificuldade de fixação dos profissionais, bem como pela insuficiência de recursos para a sua manutenção.

Atualmente em Rondônia trabalham cerca de 2.583 agentes comunitários de saúde, 110 médicos e 110 enfermeiros que atuam nos programas de assistência à saúde da família, contingente que considero irrisório para um razoável atendimento em todo o Estado. É preciso fortalecer a saúde preventiva, entretanto, não podemos esquecer a saúde curativa.

Torna-se necessária a contratação de um maior número de profissionais capacitados, além de saneamento básico e acesso aos médicos nos postos de saúde e até mesmo nas residências, conforme programa do próprio Ministério da Saúde.

No tocante à situação da saúde sanitária, não dispomos das condições logísticas necessárias para deter um eventual surto. E, isso Sr. Presidente, nos preocupa bastante, em virtude das razões de ordem geográfica como também pelas precariedades de saneamento ambiental e baixo nível socioeconômico da população.

Advirto as autoridades competentes para o grande risco que ameaça a saúde do nosso povo, considerando que somos um estado fronteiro com

países andinos, cujas populações vivem momentos dramáticos, em virtude de algumas epidemias.

As dificuldades são inúmeras e, obviamente, as soluções passam pela interiorização de mais profissionais da saúde, por mais recursos, por mais contratações de técnicos de nível superior em todos os setores, por maior alocação de recursos financeiros para a manutenção da extensa rede e por uma política de recursos humanos que valorize os profissionais de saúde de forma condigna.

Rondônia, Sr. Presidente, é considerada uma região endêmica em virtude das várias doenças que assolam a nossa região, como hepatite, febre amarela, malária, tuberculose e hanseníase, entre outras.

A população de Rondônia reclama da falta de gerenciamento do setor de saúde pública, e com muita razão. Na verdade, nos pequenos municípios e zonas periféricas das maiores cidades, a falta de médicos e enfermeiros não decorre apenas da ausência de profissionais contratados, mas também de salários dignos e de uma distribuição mais racional dos mesmos.

Alguns hospitais absorvem um grande número de médicos – como é o caso do Hospital de Base em Porto Velho, Hospital Regional de Ji-paraná entre outros, só que esses profissionais permanecem pouco tempo nestes locais, preferindo atender em clínicas particulares.

É preciso que o Estado de Rondônia coloque a saúde pública como fator importante da sua tessitura social, onde os valores fundamentais da cidadania sejam devidamente respeitados.

A saúde exige investimentos de vulto, contudo eles não são feitos há muito tempo. Ao contrário, ultimamente o Governo vem anunciando com entusiasmo um pacote de obras, como encascalhamento de estradas ou asfalto, ruas sem redes de esgotos, aumentando assim o problema.

A ação do Governo no campo da saúde deve ser efetuada com profundidade. E aqui quero destacar como é doloroso acompanhar o sofrimento de um doente em Rondônia. É preciso implementar uma política de saúde na qual os doentes sejam eficientemente curados, terminando, portanto, com esse sacrifício.

Precisamos agir o mais rápido possível para que a saúde do povo de Rondônia, que já não tendo condições de lutar, não continue rendida e enferma, e, portanto, desfalecida, morrendo, morta. Pois “tudo acaba com a morte, até a própria morte” como disse o Pe. Antonio Vieira, em um dos seus Sermões.

Aqui, desta tribuna, faço o meu veemente apelo ao governador Ivo Cassol para que determine, com toda a firmeza, a mudança deste quadro, no sentido de tomar providências para que sejam cumpridos os preceitos constitucionais que se relacionam com as

obrigações do Estado, no efetivo investimento para a saúde pública dos rondonienses, criando-se um cenário propício para a superação dessas dificuldades, fazendo com que sejam resgatadas as esperanças do nosso povo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a aprovação do relatório da reforma da Previdência Social, nos termos em que foi apresentado pelo relator, pode resultar numa irreparável injustiça com os servidores públicos das Polícias Militar, Civil, Federal, Ferroviária e Rodoviária em todo o País.

Ao longo da tramitação do projeto na Câmara dos Deputados, esses servidores não foram atendidos nas suas reivindicações. Mas achamos que ainda há tempo para que essas reivindicações sejam incorporadas pelo relatório prestes a ser votado naquela Casa.

Estamos falando de uma categoria profissional que entre as suas peculiaridades está a de sair diariamente para o trabalho com a angústia de enfrentar o desconhecido em seu cotidiano.

Isso inclui o risco de vida constante e a incerteza da volta para casa com a sua integridade física preservada, e faz da profissão do policial uma de carreira típica de Estado.

Os policiais são obrigados ao cumprimento de jornada irregular de trabalho, com chamadas a qualquer hora e turnos de serviços longos e alternados, sob as mais diversas condições climáticas.

Cumprem escalas extras, prontidões, plantões, prorrogações de serviços para atendimento de situações emergenciais, em prejuízo do necessário e indispensável descanso.

A tensão constante da atividade, provocada pela convivência com o aumento da violência e a mudança do perfil da criminalidade, leva os policiais brasileiros ao estresse profissional e ao maior número de suicídios profissionais do país.

A morte em atividade também tem seus maiores índices entre os policiais. Diariamente, para garantir a segurança da população, pelo menos um policial tomba em combate.

Essas particularidades da profissão de policial levaram os legisladores, por ocasião da Emenda Constitucional nº 20, de 18 de dezembro de 1998, a preverem aposentadoria especial para esses profissionais.

Era o natural entendimento de que eles não podiam ficar ao lado de profissões igualmente importantes para o desempenho da atividade do Estado, mas

cujo exercício não exige o mesmo grau de periculosidade da atividade policial.

Mas a extensão desse direito aos policiais dependia de regulamentação do dispositivo por meio de Lei Complementar, e isso lamentavelmente não ocorreu.

Portanto, no momento em que o Congresso Nacional volta a legislar sobre a Previdência Social dos servidores públicos, devemos reparar a falta que, como legisladores, cometemos.

Isso pode ser feito mediante a regulamentação do dispositivo constitucional que inclui os policiais entre os abrangidos na cobertura da aposentadoria especial.

Precisamos dispensar aos policiais brasileiros, civis e militares, o mesmo tratamento que foi dispensado aos membros das Forças Armadas. Eles devem ter a garantia de aposentadoria por tempo de serviço e com a integralidade do seu salário.

Tal como os membros das Forças Armadas, a atividade policial precisa também de um regime especial de Previdência Social, para que haja simetria de tratamento entre aqueles que dedicam seu trabalho à segurança, seja ela interna ou externa.

Entendemos, portanto, que o modelo ideal de Previdência Social para o País deve contemplar essas particularidades que fazem do exercício da profissão do policial uma atividade de importância ímpar para a sociedade brasileira.

Tenho aqui, Sr. Presidente, dois documentos que confirmam tudo o que acabamos de falar, os quais solicito que sejam partes integrantes do meu pronunciamento.

Um deles é um manifesto da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil; da Federação Nacional dos Subtenentes e Sargentos das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil; e da Associação Nacional das Entidades Representativas de Cabos e Soldados da PM do Brasil.

O documento relata o risco da atividade e justifica a necessidade de tratamento igual com os militares das Forças Armadas.

O outro manifesto, recebi ainda hoje pela manhã em meu gabinete, é do sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, dá a medida exata da condição de vida do policial e da necessidade de uma aposentadoria especial para a categoria.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

AMEBRASILASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS MILITARES ESTADUAIS DO BRASIL**FENERSUSA**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DAS POLÍCIAS E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES DO BRASIL**ANERCS/PMBM-B**- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CABOS E SOLDADOS DA PM/BM DO BRASIL**MANIFESTO**

A AMEBRASIL - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil, a FENERSUSA - Federação Nacional dos Subtenentes e Sargentos das Polícias e Corpos De Bombeiros Militares do Brasil, e a ANERCS/PMBM-B - Associação Nacional das Entidades Representativas de Cabos e Soldados da PM/BM do Brasil, entidades nacionais que congregam os oficiais e praças, ativos, inativos e pensionistas, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal, representando quase um milhão de filiados, vêm pelo presente:

1. Manifestar sua não concordância com os termos do RELATÓRIO PRELIMINAR DO RELATOR DA PEC 40/03, que trata da Reforma da Previdência, em razão dos seguintes motivos:

1.2. *Todas as propostas feitas pelo Conselho Nacional dos Comandantes Gerais e pelas entidades representativas de oficiais e praças militares estaduais estão absolutamente de acordo com o pensamento e a vontade da totalidade da classe militar estadual e não foram acatadas pelo Relator.*

1.3. Citar como razões para um sistema próprio de previdência para os militares:

- a. em todo o mundo os militares têm regime próprio diferenciado;
- b. em todo o mundo o policial e o bombeiro têm regime diferenciado;
- c. o policial militar e o bombeiro militar têm dupla missão constitucional;
 - Estadual – segurança pública, preservação da ordem pública e residual;
 - Federal – defesa da pátria – força auxiliar e reserva do exército;
- d. os deveres específicos:
 1. o juramento de defender a sociedade com o sacrifício da própria vida;
 2. a dedicação exclusiva;
 3. a vedação ao direito de greve;
 4. a vedação ao direito de sindicalização;
 5. a vedação ao direito de filiação político-partidária;
 6. a vedação ao exercício de atividade político-partidária;
 7. a vedação da acumulação com outro cargo, emprego ou função pública;
 8. a passagem para a inatividade ao tomar posse em cargo eletivo, sem direito de retorno e continuar na carreira;
 9. o constante contato com mazelas sociais de toda sorte;
 10. a angústia de enfrentar o desconhecido no cotidiano;
 11. o risco de vida constante pela intervenção diuturna nos conflitos;
 12. o esforço para fazer prevalecer a autoridade do estado na preservação da ordem pública;
 13. a cobrança implacável da sociedade, da administração e da justiça, diante de qualquer falha;

14. a jornada irregular de trabalho, com chamadas a qualquer hora e turnos de serviços longos e alternados, sob quaisquer condições climáticas;
15. a impossibilidade de abster-se, mesmo quando de folga, de agir no exercício de suas funções, quando presenciar a prática de infração penal, sob pena de incidir no crime de prevaricação;
16. a obrigatoriedade de abrir mão de sua segurança pessoal ou de seu instinto de preservação quando em situações de estado de necessidade;
17. as escalas extras, prontidões, plantões, prorrogações de serviços para atendimento de situações emergenciais, em detrimento do necessário e indispensável descanso;
18. a adversidade e variedade de ambiente de trabalho em razão dos diversos tipos de policiamento: radiopatrulha, florestal, choque, trânsito, urbano e rodoviário, prisional, aéreo, busca e salvamento, resgate, combate a incêndios, e outros.

1.4. Todos os Poderes e Instituições tem o tratamento idêntico na atual Constituição, e está sendo preservado pela PEC-40/03, a correlação entre os estaduais e os federais a saber: no Poder Judiciário, no Poder Legislativo, no Ministério Público e até entre os Servidores Públicos e que a exceção ficou restrita aos militares estaduais em relação aos federais.

1.5. As Associações comungam das mesmas preocupações dos Comandantes Gerais quanto à retirada do justo tratamento e reconhecimento da profissão do militar na Constituição.

1.6. A PEC 40/03 manteve o tratamento diferenciado para aqueles que exercem suas atividades profissionais com risco de vida e o Relator e o Governo não podem agora negar o tratamento devido ao militar estadual.

1.7. O Relatório apresentado à Comissão Especial no dia 16/julho/2003, retirou as Forças Armadas do texto da PEC 40/03, mas manteve os militares estaduais.

1.8. Qualquer tratamento diverso do que for dado às Forças Armadas, não será aceito pacificamente por nenhum segmento das Forças Auxiliares - Reserva do Exército - os policiais militares e bombeiros militares. Esta afirmação não deve ser entendida como uma ameaça a ser concretizada, mas como um alerta pelas graves consequências para a segurança pública, que certamente advirão, caso persistir esta vontade dos governantes, tanto em nível federal como estadual.

1.9. Diante da simples notícia da possibilidade de se efetivar a intenção do governo, em dar tratamento diverso ao das Forças Armadas, já foram detectados casos de descontentamentos e mesmo de manifestações públicas, pois não mais serão aceitas as condições impostas aos militares apenas para os ônus que esta condição nos impõe. Com a confirmação desta intenção pelo Relatório apresentado, certamente que as reações a esta situação poderão atingir proporções cujas consequências devem merecer a devida atenção e preocupação de todos.

1.10. Os militares estaduais não querem privilégios, mas não irão aceitar tratamento diverso dos militares das forças armadas, pois o tratamento que se pleiteia é apenas a justa contra partida que o Estado deve àqueles a quem são impostas toda sorte de vedações, limitações e deveres, quer a nível federal, quer a nível estadual.

2. Declarar às autoridades constituídas e ao povo em geral, que:

2.1. Com este MANIFESTO estamos apenas, como dirigentes nacionais das entidades representativas de classe daqueles que tem responsabilidade direta na segurança pública e na proteção dos cidadãos deste País, cumprindo o nosso dever de defender seus associados.

2.2. A permanecer esta intenção da maioria dos governantes, poderá estar sendo imposto não só um grande risco para toda a sociedade brasileira, como para a própria governabilidade.

2.3. Este MANIFESTO não é uma ameaça, mas um alerta para uma probabilidade de ocorrência que deve ser avaliada por todas as pessoas com responsabilidades na vida pública deste País.

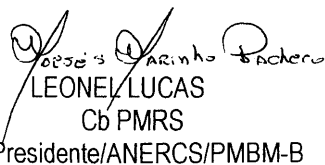
3. Assim exposto, apelamos ao Congresso Nacional, e em especial à COMISSÃO ESPECIAL que ora analisa a PEC 40/03, para que, sensíveis à realidade brasileira haverão de propor as reformas que se fizerem necessárias, mas preservando-se os direitos daqueles que, diuturnamente, estão antes e acima de tudo, a serviço da Pátria e da Nação brasileira.

4. Caso seja aprovado o Relatório apresentado sem o atendimento ao pleito dos militares estaduais, que se resume no atendimento igualitário com as Forças Armadas, desde já as entidades representativas declaram que haverão de promover toda sorte de mobilizações para que sejam, ao final, alcançados os seus objetivos.

Brasília/DF, 23 de julho de 2003.


SIGFRIDO MAUS
Cel PMSC
Presidente/AMEBRASIL


PEDRO R. DE CARVALHO
ST/PMDF
Presidente/FENERSUSA


LEONEI LUCAS
Cb PMRS
Presidente/ANERCS/PMBM-B

JUSTIFICATIVA PARA APOSENTADORIA **ESPECIAL PARA POLICIAIS**

I – INTRODUÇÃO

Os servidores públicos da Polícia Militar, Civil, Federal, Ferroviária e Rodoviária constituem uma carreira com particularidades, exclusivas de Estado. Por isso, defendem a garantia de aposentadoria especial para si. Tal defesa, em verdade, está prevista no artigo 40, parágrafo 4º, da Constituição Federal, após a Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

Preliminarmente, vejamos o que diz o parágrafo 4º do artigo 40 da Carta Magna:

“É vedada a adoção de requisitos para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime que trata

este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar”.

Embora o exercício da atividade policial esteja, indiscutivelmente, inserido dentre as condições especiais ressalvadas no trecho destacado, não houve a necessária regulamentação. Faltou aos legisladores conhecimento sobre a realidade da função policial, dentre outras carreiras, ou mesmo vontade política para promover a devida regulamentação. Aliás, nenhum caso ressalvado foi regulamentado.

Faz-se imperioso demonstrar os prejuízos já sofridos pela categoria no aguardo da regulamentação acima mencionada. Até então, isto é, antes da EC 20/98, os policiais se aposentavam com 30 anos de trabalho, sendo pelo menos 20 anos em atividade estritamente policial. Valia a Lei Complementar nº 51/85. Contudo, após 1998, em todos os recantos federativos, os policiais passaram a ter que reivindicar, judicialmente, tal direito. Não têm logrado êxito, embora as ações não tenham transitado em julgado.

Portanto, existem diversas ações judiciais reivindicando a aposentadoria especial, com base na Lei Complementar nº 51/85. Contudo, o fato é que, no entendimento dos diversos estados da Federação, bem como da União, os policiais devem se aposentar aos 53 anos (homens) e 48 (mulheres), desde que tenham 35 anos de contribuição. O tempo contado a partir de 1998 sofre um “pedágio” de 20%. Essa é a chamada regra de transição, estabelecida pela EC nº 20/98.

Sem mais delongas, verifica-se hoje, na prática, a ausência, em todo o Brasil, de aposentadoria especial para policiais, embora haja garantia constitucional para isso, mas sem a regulamentação necessária. Temendo pela já conhecida celeridade na tramitação desta regulamentação, posto que durante a última legislatura nada se fez nesse sentido, reiteramos nosso entendimento de estabelecer a aposentadoria especial, antes de eventual reforma, ou mesmo incluí-la na proposta a ser votada pelo Congresso Nacional. Existem emendas nesse sentido (**verificar item III**).

II – A PEC 40

De acordo com o relatório do deputado federal José Pimentel (PT/CE), apresentado em 17 de fevereiro de 2003, muita coisa vai mudar para o funcionalismo público. Idade mínima, paridade, integralidade, redutor de pensões, taxação de aposentados, enfim, existe uma série de alterações significativas para os diversos servidores públicos.

É importante ressaltar, entre outros aspectos, sobre o que diz o relatório a respeito das disposições transitórias da EC 20/98, contra as quais os policiais já têm querelas ajuizadas – existem até casos de colegas que se aposentaram e foram

chamados a retornar ao trabalho. Lê-se à letra “h”, na página 3 do relatório final:

“Os servidores públicos que vierem a se aposentar nos termos das regras transitórias da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, terão seus proventos de inatividade reduzidos em 5% por ano de antecipação em relação às idades de 60 anos, para os homens, e 55 anos, para as mulheres, estabelecidas pela regra permanente. Tal redução é determinada mediante dispositivo cuja redação atual prevê as condições para a aposentadoria voluntária proporcional ao tempo de contribuição. Em consequência, aposentadoria dessa espécie, que já havia sido eliminada das regras permanentes, ficará definitivamente abolida, ao ser também excluída das regras transitórias”.

Isso significa que, além de não ter regulamentada a aposentadoria especial, o servidor público policial fica obrigado a trabalhar até 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres), pois acabam-se as já prejudiciais regras transitórias da EC nº 20/98. Para cada ano que anteciparem o pedido de benefício, sofrerão desconto de 5%. Isso pode significar redutor de até 35% no valor das aposentadorias. Posto que a aposentadoria especial ainda carece de regulamentação, a realidade iminente é assustadora e causa extrema revolta na categoria. Enfrentamentos devem, pois, avolumar-se.

O saco de maldades, predicado bastante razoável para o atual texto da PEC 40, tem mais gatos. As regras de idade mínima mencionadas no parágrafo anterior valem apenas para os atuais servidores. Os futuros servidores, conforme prevê o relatório final, deverão se aposentar aos 65 anos (homens) e 60 (mulheres), descartando-se a integralidade dos vencimentos, bem como a paridade entre ativos e aposentados. A paridade, aliás, não está assegurada sequer para os atuais servidores. As pensões podem ser reduzidas em até 70% sobre o que exceder R\$ 1.058.

Todas as mudanças valem também para os policiais. Portanto, teremos investigadores de polícia de 65 anos correndo atrás de criminosos com 20 anos, em futuro não muito distante. A Segurança Pública, anunciada como prioridade pelos diversos candidatos, seja em nível federal, estadual ou municipal, não pode ser discurso de palanque. Segurança Pública é dever indelegável do Estado e responsabilidade de todos. Entretanto, o dever e a responsabilidade parecem estar absolutamente ausentes do relatório final.

III – PROPOSTA DE APOSENTADORIA ESPECIAL AOS POLICIAIS

O presente documento tem por objetivo revelar, a partir de demonstração e argumentos legítimos, que todos os policiais devem se aposentar com proventos

integrais, sob condições específicas. Algumas emendas à PEC 40 foram apresentadas nesse sentido, com algumas variações no texto. Em leitura preliminar, destacamos as de nº 75, 101, 104, 154, 172, 189, 304, 344, 403, 407, 443, dentre outras. Cabe aos parlamentares analisar a todas e assegurar direitos aos que estão na rua a defender a paz social. A defesa que fazemos é:

- 1) Aposentadoria, com proventos integrais, aos 30 anos de contribuição (homens) 25 anos (mulher), independentemente de idade, desde que o(a) servidor(a) tenha, pelo menos, 20 anos de atividade estritamente policial;**
- 2) Aposentadoria, com proventos integrais, aos 25 anos de contribuição em atividade estritamente policial, independentemente de idade;**
- 3) Aposentadoria compulsória aos 65 anos, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;**
- 4) Garantia de paridade entre ativos e inativos, inclusive para futuros servidores, pois trata-se de carreira exclusiva de Estado;**
- 5) Integralidade nos benefícios de pensões em caso de falecimento do policial;**
- 6) Integralidade nos proventos de aposentadoria (e pensões) para futuros policiais.**

Brevemente, podemos enumerar algumas razões para justificar a garantia de aposentadoria especial para policiais, nos termos enumerados acima. São trabalhadores que estão, cotidianamente, expostos à violência, correm risco de morte. Morrem, aliás. O ambiente de trabalho é inóspito, pela própria natureza de se promover a segurança pública: os agentes policiais lidam com criminosos, nos lugares por eles freqüentados.

É notório salientar que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece que a função policial está entre as mais estressantes do mundo. No Brasil, o quadro ainda é agravado por condições de trabalho muito precárias.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, sentimo-nos autorizados a falar em nome dos agentes da Polícia Civil, pois representamos os escrivães, inspetores e investigadores, isto é, a base desta carreira. Existe apenas a metade do efetivo de policiais previstos. A sobrecarga de trabalho é enorme, não há pagamento de horas-extras e falta estrutura nas delegacias. As viaturas encontram-se em péssimas condições de conservação em inúmeros casos. Faltam computadores. Existem delegacias com mais de cinco mil inquéritos e um efetivo inferior a dez agentes de polícia. As armas, não raras vezes, são obsoletas frente ao arsenal reunido pelos criminosos. Quase a metade dos coletes a prova de balas encontra-se vencido.

Aliado a esta realidade, os policiais sofrem de baixa auto-estima, pois a opinião pública tende a culpar a ponta do sistema pelos crescentes índices de criminalidade.

Os agentes da Polícia Civil gaúcha ganham mal. O vencimento-base de um escrivão ou inspetor, com nível superior, é hoje de R\$ 365. Em inúmeros

afastamentos por razão de saúde, percebemos problemas mentais tais como transtorno bipolar de humor, distímia, episódios esquizóides, ansiedade, depressão maior e até surtos durante o expediente de trabalho. Relações familiares, não raras vezes, são prejudicadas em decorrência do estresse cotidiano ao qual os policiais estão expostos.

Comorbidades, como disfunções cardíacas, hipertensão, alcoolismo e dependência química também compõem o quadro clínico de muitos policiais.

Não obstante tenhamos protocolado pedido de informação junto à Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública do Rio Grande do Sul, no dia 25 de julho, para ter acesso a números precisos sobre a saúde mental dos agentes policiais gaúchos, infelizmente, tais dados não foram disponibilizados em tempo hábil para reforçar os argumentos da presente justificativa.

Ressalvando não ser conveniente divulgar informações acerca do número de suicídios, sabe-se que é alto entre policiais, como comprova o trabalho elaborado pela pesquisadora da Fundação Jorge Duprat Figueiredo (Fundacentro), órgão ligado ao Ministério do Trabalho, cujo resumo reproduzimos a seguir, no tópico seguinte.

IV– ESTRESSE OCUPACIONAL DOS POLICIAIS

“Tensão constante da atividade, pressão por resultados, aumento da violência e mudança do perfil da criminalidade são os principais fatores que levam o trabalhador da segurança pública ao estresse ocupacional, com conseqüente prejuízo da saúde mental desses profissionais. O alerta é da psicóloga do trabalho e pesquisadora da Fundacentro, Denise Monetti.

O problema é agravado pela ausência de serviços especializados em segurança e medicina do trabalho na maioria das corporações policiais de todo o País. A pesquisadora lembra que esses trabalhadores são obrigados a conviver no dia-a-dia com diferentes níveis de violência e situações e comportamentos imprevisíveis, que exigem constante estado de alerta.

“Lidar com esse universo desconhecido, que muitas vezes envolve risco de vida para o policial, sem um preparo psicológico, gera sofrimento mental e interfere na avaliação dos limites no combate à violência, como temos visto inúmeros exemplos em todo o País”, ressalta Denise.

A dificuldade em atender a demanda da sociedade na repressão da criminalidade e a exigência que o policial se transforme num ‘super-homem’ também contribuem para aumentar ainda mais o estresse de quem trabalha na segurança pública.

Ela lembra que, em geral, os policiais são treinados para não sentir medo. “O medo é um sentimento saudável e está ligado ao instinto de sobrevivência”, ressalta. “O que não é saudável é não dispor de recursos para administrar esse sentimento, principalmente em atividades de alto risco, como é o caso das polícias. Daí a

necessidade de que eles possam contar com assistência psicológica profissional”, afirma.

Uma pesquisa realizada junto à corporação da Polícia Militar de São Paulo mostra que o número de suicídios desses profissionais na capital é alarmante. O número de casos por 100 mil trabalhadores chega a 35,60 por ano, contra 4,61/100 mil em todo o Estado. No Brasil, o coeficiente é de 3,60/100 mil.

O estudo revela ainda que 49,7% dos casos de suicídio entre os PMs paulistas ocorrem nos primeiros seis anos na corporação. A explicação é o impacto da atividade sobre o trabalhador. Atenta ao problema, a Fundacentro promoveu, em maio de 2001, no Pará, o segundo seminário de prevenção de acidentes e saúde do trabalhador da segurança pública, reunindo mais de 600 profissionais de todo o País.

No encontro foram aprovadas várias propostas, como criação de CIPAS nas polícias civil e militar, implantação de programas de prevenção e controle de estresse nas unidades de trabalho, incluindo atendimento psicológico, entre outras. As sugestões serão encaminhadas às autoridades estaduais e federais da área de segurança pública. (13 de fevereiro de 2002)”

V – O DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Embora seja fruto de muita polêmica, incluindo ameaças de expulsão de parlamentares do partido do governo que afirmam ser a Seguridade Social um sistema superavitário, entendemos ser necessárias breves considerações sobre o tema.

Consta do site do Ministério da Previdência que, no ano de 2002, faltaram R\$ 40 bilhões para pagar cerca de R\$ 3 milhões de aposentados do serviço público. Tal informação foi, sistematicamente, reproduzida pelos diversos meios de comunicação do Brasil. Muito embora a imprensa seja livre para se pautar, inclusive para tecer críticas e abrir espaço ao debate crítico, salientamos que os jornalistas trabalham com fontes de informação. O governo federal, ao divulgar tais números, representa uma fonte primária e oficial de informação. Ocupa, portanto, espaço privilegiado no noticiário.

Cumpre-nos o dever e o lamento de salientar a leviandade do governo federal em anunciar, de modo oficial e como fonte primária, tais números. Principalmente porque, cada vez mais, a interlocução com a sociedade se faz por canais midiáticos, através dos veículos de comunicação.

Desde meados do século XX, a Escola de Frankfurt, que elaborou os primeiros conceitos aprofundados de massa, já anunciava o advento da aldeia global. Foram os frankfurtianos proféticos. A era da informação chegou e, hoje, as transformações tecnológicas no âmbito da comunicação acontecem em intervalos de tempo cada vez mais curtos. Hoje, conforme tese de Habermas, existe o que se denomina “mudança estrutural da esfera pública”.

Significa que, sob holofotes da mídia, uma reunião entre três ministros, ainda que

entre quatro paredes, é assunto público. Milhares de trabalhadores, cuja capacidade de organização é limitada em decorrência de uma série de fatores, são eventualmente ouvidos pela mídia como o contraponto do que propõe o governo federal na reforma da previdência. Manifestantes incisivos e indignados, muitas vezes, são apresentados como os detentores dos “privilégios” apontados pela fonte primária de informação.

Sabemos, embora o mesmo site do Ministério da Previdência (fonte primária) não disponibilize tais dados, que diversos governos deixaram de pagar a devida contribuição patronal, bem como repassar recursos, como a Cofins, para o caixa da Seguridade Social. Além disso, somente entre novembro e dezembro de 2002, foram desviados mais de R\$ 5 bilhões da Seguridade Social para outros fins, inclusive por meio de decreto, isto é, ato administrativo de responsabilidade exclusiva do Executivo. Se há déficit, como se promove desvio de recursos para outras finalidades?

Diante disse e dentre as 452 emendas apresentadas à PEC 40, destacamos a de nº 243, apresentada pela bancada do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que propõe alterar o Artigo nº 167, Inciso XI da Constituição. Lê-se no *caput* da proposta de emenda:

“Veda utilizar recursos previstos nos artigo 195 (fontes da Seguridade Social) para financiar gastos distintos dos previstos nos artigos 196 (saúde), 201 (previdência) e 203 (assistência social) da Constituição”.

É forçoso reconhecer que o artigo 167 já veda a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de outras áreas, como também veda a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Em outras palavras, a Constituição Federal proíbe a utilização de recursos da Seguridade Social para outros fins, salvo se houver, nesse caso, autorização do Congresso Nacional e, ainda assim, desde que não sejam utilizados recursos provenientes das contribuições sociais efetuadas pelas empresas sobre a folha de salários e pelos empregados.

Sem desmerecer a iniciativa da bancada do PSB, resta-nos apenas indagar: adianta ter leis, para que o Estado as descumpra e, em ato contínuo, coloque a culpa do mal denominado “déficit” previdenciário nos ombros dos servidores públicos aposentados e futuros privilegiados? O governo federal, em 2002, desviou recursos

da Seguridade Social por meio de decreto, sem prévia autorização legislativa. Descumpriu, pois, a lei.

Quando o próprio Estado é o causador do alegado déficit, ao invés de buscar punição e cobrar responsabilidades, a solução é colocar aposentados e os servidores públicos como detentores de privilégios descabidos num país pobre como o Brasil. Tal atitude é recorrente. Foi intentada, inúmeras vezes, por governos anteriores. Repete-se, infelizmente, o *modus operandi* de manipular a opinião pública, o que contribui fortemente para angariar apoio da sociedade que não tem acesso à verdadeira realidade do caixa da Seguridade Social no Brasil.

Vamos um pouco mais longe: como serão os fundos de aposentadoria complementar propostos na PEC 40? Serão de função pública e direito privado?

A Previdência Complementar é assunto de diversas emendas propostas à PEC 40. Os banqueiros, sem dúvida, estão gostando muito da idéia. Mas quantas instituições bancárias brasileiras têm 40 ou 50 anos de tradição sem falcatruas? Se um dublê de Salvatore Cacciola der um golpe em fundos de pensão, para quem sobrará a conta? Haverá novo Proer? De onde sairá o dinheiro? De uma nova Reforma da Previdência, mais uma vez "deficitária" e recheada de privilegiados?

Em passado recente, a opinião pública foi convencida e a oposição, patrolada, quando houve privatização dos serviços públicos, como os de telefonia, entre outros. O argumento, utilizado à época e repetido hoje para outros fins, era de que, ao deixar para a iniciativa privada os investimentos em telecomunicações, sobraría mais dinheiro para investir em áreas como saúde, educação e segurança. Haveria regulação do setor através de agências como a Anatel.

Pouco tempo se passou e podemos perceber que, ao abrir mão do controle estatal, o reajuste de tarifas obedece a contratos absurdos, que devem ser honrados, pois, caso contrário, sobe o "Risco Brasil", há fuga de capitais (tão voláteis como ácido clorídrico), e descumprem-se metas acordadas com o Fundo Monetário Internacional. O Presidente da República fica sabendo do incremento das tarifas de um serviço público essencial, como a telefonia, pela imprensa!

Não será, pois, diferente com a previdência complementar, através de novos organismos reguladores desse sistema. Esse filão de mercado é, certamente, uma exigência dos interesses dos capitais voláteis que, em pouco tempo, derrotaram a vizinha Argentina.

Em tempo: não somos contrários à moralização do sistema previdenciário, com a fixação de tetos salariais dignos, dentro de padrões de razoabilidade e respeitando as exigências atuariais. Mas, ao que parece, são justamente os detentores dos maiores salários do serviço público que negociam a manutenção de privilégios.

IV - CONCLUSÕES

Diante do breve relato, a Ugeirm (Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores da Polícia do Rio Grande do Sul) roga aos parlamentares, deputados federais e senadores, para que se atentem à necessidade de aposentadoria especial para os policiais, bem como atenção às razões que sustentam, de fato, a reforma da previdência nos termos até agora propostos.

Não se reivindica privilégio, pois, como ensinou Ruy Barbosa, é preciso tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente. A função policial é distinta, envolve estresse físico e emocional ao longo de toda a carreira. Prestamos solidariedade a todos os servidores públicos que têm seus direitos hoje ameaçados e reforçamos nossa convicção de que o norte desta reforma é equivocado.

As sessões plenárias sobre a Reforma da Previdência estarão sendo monitoradas pelos servidores públicos em todo país. Vamos verificar, em nossa base, no Rio Grande do Sul, qual será a postura adotada por cada parlamentar. Vamos pressioná-los com argumentos, para muito além de ameaças – arma recorrente do partido do governo para enquadrar o que hoje denomina “radicalismo” ou “corporativismo sindical”, para garantir e ampliar direitos de todos os trabalhadores.

Certos de contar com vossa atenção no atendimento do legítimo pleito ora formulado,

Adélia Rosaura Porto

Presidente da Ugeirm

Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores da Polícia Civil do RS.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 1999

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1999**, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera dispositivos dos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal (*cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento*), tendo

Parecer sob nº 316, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Roberto Requião, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 2 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao **Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2000** (nº 2.308/2000, na Casa de origem), *que dispõe sobre a divulgação, através da Internet, dos dados e informações relativos a licitações realizadas pelos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em todos os níveis da administração pública, e dá outras providências*, tendo

Parecer sob nº 589, de 2003, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação do vencido.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 223, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia,
nos termos do Recurso nº 12, de 2003)

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2003**, que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ministério Comunidade Cristã para executar serviço de radiodifusão*

de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, tendo

Parecer nº 596/2003-CE, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável.

– 4 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2000 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 10, de 2003)

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2000**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *dispõe sobre a isenção de taxa de emissão de passaportes e demais documentos de viagem para os maiores de sessenta e cinco anos*, tendo

Parecer favorável, sob nº 386, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Efraim Morais, com voto contrário do Senador Almeida Lima e abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares e Geraldo Mesquita Júnior.

– 5 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, DE 2002 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 8, de 2003)

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2002**, de autoria do Senador Chico Sartori, que *inclui a disciplina Noções de Cidadania no currículo do ensino fundamental e do ensino médio*, tendo

Pareceres sob nºs 336 e 337, de 2003, da Comissão de Educação: 1º pronunciamento (sobre o Projeto), Relator: Senador Casildo Maldaner, favorável, nos termos da emenda substitutiva, com voto contrário do Senador Geraldo Cândido, e abstenções das Senadoras Emília Fernandes e Marina Silva; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas perante a Comissão, no turno suplementar), Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), consolidada nos termos do art. 133, § 6º, do Regimento Interno.

– 6 –

REQUERIMENTO Nº 437, DE 2003

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 437, de 2003**, do Senador Magno Malta, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 82, de 1999; 2 e 34, de 2002, por versarem sobre a mesma matéria.

– 7 –

REQUERIMENTO Nº 445, DE 2003

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 445, de 2003**, do Senador Demóstenes Torres, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 27 e 40, de 1999, por regularem a mesma matéria.

– 8 –

REQUERIMENTO Nº 453, DE 2003

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 453, de 2003**, do Senador Osmar Dias, solicitando, nos termos regimentais, que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

– 9 –

REQUERIMENTO Nº 454, DE 2003

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 454, de 2003**, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nºs 210, de 2000, e 185, de 2002, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

– 10 –

REQUERIMENTO Nº 466, DE 2003

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 466, de 2003**, do Senador Tião Viana, solicitando, nos termos regimentais, que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 33 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JOSÉ JORGE, NA SESSÃO NÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DE 08-7-2003, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, PUBLICA-SE NA PRESENTE EDIÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu também gostaria de aproveitar esta oportunidade para falar um pouco sobre os resultados divulgados hoje pela ONU acerca do IDH de todos os países do mundo para o ano de 2001.

O IDH foi criado em 1990 por dois economistas indianos, que ganharam o Prêmio Nobel de Economia em 1998. Além da renda **per capita**, o IDH considera a esperança de vida ao nascer, o percentual de adultos alfabetizados e a proporção de matrículas nos níveis primário, secundário e universitário, variando de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em determinado momento, a ONU concluiu, apoiada no trabalho daqueles economistas, que não bastava indicar o nível de desenvolvimento de um país apenas por seu PIB ou sua renda **per capita**, mas que seria necessário também considerar alguns indicadores sociais. Muitas vezes, um país pode não ter renda **per capita** ou PIB muito altos, mas pode ser socialmente melhor desenvolvido do que outros, e isso seria comparado no IDH.

A partir de 1975, o índice passou a ser medido em todos os países do mundo. Hoje ele é medido para 175 países e podemos verificar, a cada ano, qual a posição e qual o nível de desenvolvimento de cada país. Há desde países com alto grau de desenvolvimento, como os países europeus, os Estados Unidos, o Japão, passando por países de nível médio de desenvolvimento, como a maioria dos países da América Latina, incluindo o Brasil, até países de baixo nível de desenvolvimento, normalmente os países da África.

O que ocorreu com o Brasil durante todo esse período? Em 1975, ocupávamos a 81ª posição no IDH, mas em 2001, data da última medição divulgada, havíamos alcançado o 65º lugar.

Para todos nós, que temos vida pública, que acompanhamos essas informações, é motivo de alegria verificar que, apesar de todos os problemas que temos, de todas as dificuldades e, inclusive, da grande concentração de renda – o Brasil está entre os dez países do mundo com maior concentração de renda –, nosso País conseguiu dar um salto e passar de 81º para 65º lugar, avançando dezesseis posições em vinte e cinco anos.

Como verificamos que os outros países também melhoraram, podemos perceber que foi feito um esforço muito grande nesses vinte e cinco anos. Na últi-

ma avaliação, de 2000 para 2001, avançamos quatro posições. Se olharmos os indicadores utilizados pela ONU para fazer a estatística, vamos observar que o maior esforço foi na área de educação.

Em 1975, o ensino fundamental no Brasil tinha 86% das crianças matriculadas; hoje temos 97%. Praticamente todas as crianças, hoje, têm acesso à escola, ao ensino fundamental. Se considerarmos que a taxa de natalidade no Brasil tem decaído bastante nos últimos anos, verificaremos que nossas escolas, em pouco tempo, poderão oferecer mais vagas para que esses alunos possam não apenas freqüentar a escola, mas também ter um bom rendimento escolar.

Em 1975, há menos de 30 anos, tínhamos apenas 15% dos alunos na idade escolar cursando o ensino médio, percentual que deve ser considerado padrão para país africano. Hoje, 71% dos jovens entre 14 e 17 anos, idade para cursar o ensino médio, estão freqüentando a escola nesse nível de ensino.

A alfabetização dos adultos é uma questão sempre muito polêmica em relação a sua prioridade. Nunca se consegue fazer com que todos os adultos queiram se alfabetizar ou que haja oferecimento de oportunidades para sua alfabetização. Nesse critério, o Brasil, que tinha 82% dos seus adultos alfabetizados em 1975, hoje tem 87%. Não foi um esforço muito grande, porque, na realidade, pelo nível de desenvolvimento do País, já deveríamos ter um índice de alfabetização maior – ainda há 13% de analfabetos –, mas foi também um esforço que gerou bons resultados.

O nosso IDH, que era de 0.643, hoje é de 0.777. Temos hoje outro indicador, o da esperança de vida ao nascer, que está em 67,8 anos. Como já disse, 87% dos adultos são alfabetizados. A renda **per capita**, por esse indicador da ONU, é de US\$7,360.00, uma renda **per capita** calculada verificando-se o poder de aquisição de cada moeda. Normalmente, a renda **per capita** é calculada apenas em dólar. Essa leva em consideração o poder aquisitivo de cada uma dessas moedas. Trata-se de um ponto positivo que temos que ressaltar, apesar de sabermos que a qualidade do nosso ensino ainda é bastante precária.

Na semana passada, a ONU divulgou uma pesquisa em que se mediu a qualidade da educação básica e média. O Brasil ficou entre os países com o pior nível de qualidade em educação no mundo. Temos que unir essas duas pesquisas para concluir que, na realidade – já que estamos, a cada dia, avançando no quantitativo de alunos no ensino médio, fundamental e superior e até na pré-escola –, devemos nos esfor-

çar para uma melhora na qualidade do ensino no Brasil, principalmente da escola pública.

Gostaria de analisar algumas questões em relação à educação no Brasil hoje. Uma das razões dessas últimas evoluções do ensino fundamental, no Brasil, foi, sem sombra de dúvidas, a criação do Fundef, porque permitiu que fosse estruturado um sistema de financiamento para o ensino fundamental que faz com que cada nível de ensino receba recurso de acordo com a quantidade de alunos. O Município que tem uma rede escolar preparada para receber mais alunos recebe mais dinheiro; o Município que tem menos alunos recebe menos dinheiro. Então, o Município recebe pouco mais de R\$400 por ano para cada aluno que tenha que manter na escola.

Daqui a dois anos, o Fundef completará dez anos de funcionamento, com excelentes resultados, porque permitiu que o dinheiro chegasse à ponta do sistema, aos Municípios mais pobres, exatamente os que tinham muito aluno e não tinham dinheiro. Hoje o dinheiro chega a esses Municípios. O que se tem que fazer agora é continuar fortalecendo o Fundef.

Desde que o Governo do PT assumiu, há uma idéia de mudar o Fundef para criar um novo fundo chamado Fundeb, que incluiria o ensino fundamental, o ensino médio e a educação infantil. Seria um fundo para todos os níveis do ensino básico, por isso que, ao invés de ser Fundef (ensino fundamental), seria Fundeb (ensino básico).

Na verdade, à primeira vista, parece que a ampliação do Fundef para o Fundeb só tem vantagens: se deu certo para o Fundef, por que não daria certo para o Fundeb? Não acredito que seja assim tão simples. Desde a Legislatura passada, existe um projeto de emenda constitucional tramitando na Câmara, apresentado em conjunto por um grupo de Deputados do PT, transformando o Fundef no Fundeb. Mas até agora o Ministério da Educação ainda não definiu se efetivamente quer manter o Fundef como está ou se quer transformar o Fundef no Fundeb.

É preciso uma definição, porque há uma alternativa de transformar o Fundef no Fundeb, mas os recursos necessários seriam muito maiores. Hoje, no Fundef, os governos estaduais incluem um percentual de 15% dos seus recursos da educação no caso das prefeituras, apenas das transferências, mas, para se transformar o Fundef no Fundeb, a idéia é que, por meio dessa emenda constitucional, os Estados e os Municípios coloquem todos os recursos da área da educação nesse fundo, para retirá-los de acordo com o número de alunos que tiverem.

Ora, os Estados hoje já reclamam. Diversos ex-Governadores, como o Senador César Borges, hoje no Senado, atestam que, no final, o Governo Federal não alocou recursos para o Fundef – uma participação cada vez mais decrescente. Estados que deveriam receber recursos, como o Piauí – um Estado pobre, mas de grande potencial –, estavam pagando aos seus Municípios, tendo em vista aqueles que tinham um maior número de alunos.

É necessário que o Governo defina rapidamente como ele quer expandir o atendimento a essas áreas do ensino médio e da educação básica. Penso que incluir esses dois níveis de ensino em um mesmo fundo é bastante arriscado pela seguinte razão: na verdade, o ensino médio é da responsabilidade do Estado e, complementarmente, do Governo Federal. A educação infantil é da responsabilidade do Município e, complementarmente, do Governo Federal. Então, se quisermos reestruturar a educação infantil, devemos estruturar um fundo específico para a educação infantil, juntando o Município e o Governo Federal. Se quisermos estruturar o ensino médio, podemos fazer um fundo específico, juntando o Estado e o Governo Federal. Só no ensino fundamental é que temos de juntar os três níveis de governo: municipal, estadual e federal.

Seis meses de governo são decorridos. Como essa foi uma promessa anterior à eleição e como existe esse projeto específico do PT de criação do Fundeb que é muito discutível, mas que precisa ser proposto, eu gostaria de cobrar do Ministério da Educação e do Ministro Cristovam Buarque, nosso companheiro no Senado Federal, que seja explicitada a solução para o financiamento da educação básica e do ensino médio, porque, atualmente, na realidade, o assunto não está definido. Não existe sequer uma proposta. A ampliação do Fundef pode ser um caminho, apesar de, particularmente, não considerá-lo o melhor. Isso teria de ser proposto e definido. Já existe uma emenda constitucional tramitando na Câmara Federal que pode ser aproveitada. A criação de Fundos Específicos Setoriais também é outro caminho que deve ser definido.

Eu acredito que hoje, quando se divulga para o mundo inteiro que o Brasil evoluiu quatro posições em relação aos demais países, no IDH, é um bom momento para que nós pensemos novamente na educação, porque, na verdade, se analisarmos internamente os indicadores, verificaremos que o Brasil somente

evoluiu essas quatro posições porque melhorou na educação. É bom que se diga que foi exatamente a melhora na educação, mas uma melhora quantitativa.

Existe a contradição: por que o Brasil evoluiu no ponto de vista do IDH, como foi publicado hoje, e não evoluiu nos indicadores publicados na semana passada? Exatamente porque esse indicador é quantitativo. Ele representa os percentuais de alunos que estão na escola, que é o caminho de entrada da melhoria. Só se melhora esse índice se houver ingresso de alunos na escola.

Quanto ao indicador qualitativo, o País não apresentou melhoria. Mas é chegado o momento de melhorá-lo. Para melhorarmos o nível do ensino fundamental, precisamos de mais recursos, e os recursos federais e estaduais já estão no limite. Então, é necessário que, por meio do próprio Fundef, o Governo Federal cubra parte desse fundo, que hoje está cumprindo cerca de 2%. Os valores são altos, porque há 30 milhões de alunos. Logo, cada real que se aumentar no custo de um aluno desses, gastar-se-ão R\$30 milhões. Se se aumentarem R\$10 reais para cada aluno, gastar-se-ão R\$300 milhões e, se se aumentarem R\$100 reais, R\$3 bilhões. Portanto, são somas vultosas, mas necessárias para o primeiro passo, porque, para se melhorar a qualidade do ensino, temos que fortalecer o magistério, melhorar as escolas. Não há melhora na qualidade da educação por milagre, mas pelo trabalho diuturno com os professores, com a escola, com as Prefeituras e com os Governos Estaduais.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento em que se divulga a melhoria da posição do Brasil nesse índice quantitativo, gostaria de fazer um apelo ao Ministério e ao Governo para que fosse dado um norteamento de como será administrado o Fundef com vistas ao crescimento também da qualidade do ensino no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Nº 109, DE 24 DE JULHO DE 2003

Retificação

À página nº 19770, imediatamente após a Emenda nº 8, oferecida ao Projeto de Lei nº 23, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$87.137.910,00, para os fins que especifica, inclua-se, por omissão, a seguinte Emenda nº 9, de autoria do Senador Sérgio Guerra:

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00009****PL 023/2003-CN**

Mensagem 0080/2003 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN Nº 23/2003PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes - DNIT, o seguinte subprojeto: **26.782.0235.1492.0101**

Acrescentar:

UO: 39.252

Título: **BR-232 no Estado de Pernambuco – Recife-Caruaru**

Valor: R\$ 12.000.000

Modalidade: 90

GND: 4

Fonte: 111

Cancelar:

UO: 39.252

Funcional Programática: 26.783.0232.3866.0101 Valor: R\$ 7.000.000

Funcional Programática: 26.782.0233.3806.0101 Valor: R\$ 5.000.000

Modalidade: 90

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa ao restabelecimento dos recursos financeiros para a BR 232, que vai do Recife até o município de Caruaru, que funciona como a principal coletora de toda a rede rodoviária do interior do estado de Pernambuco, assegurando a ligação de todos os municípios do Agreste e do Sertão com a Capital e os portos do Recife e de Suape.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

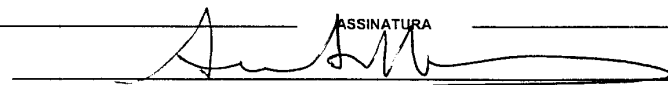
PARTIDO

Senador Sérgio Guerra**PE****PSDB**

DATA

16/7/200

ASSINATURA



**ATA DA 88ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
EM 1º DE AGOSTO DE 2003**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 116, de 02 de agosto de 2003)

RETIFICAÇÃO

À página nº 21280, 1ª coluna, na publicação do Ofício SGM nº 439/2003,

Onde se lê:

Brasília, 10 de agosto de 2003

Leia-se:

Brasília, 1º de agosto de 2003


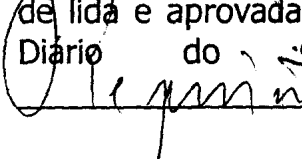
4 ATAS DE COMISSÕES

4ª e 5ª Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 02, de 2003-CN, realizada em 03 e 09 de junho de 2003, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, respectivamente.

(A ÍNTEGRA DAS ATAS ENCONTRAM-SE EM MEIO MAGNÉTICO)

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Seção Brasileira)****51ª LEGISLATURA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA****ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA****REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2002.**

Às catorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia sete de abril de dois mil e dois, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL - Representação Brasileira, sob a presidência do Senador Roberto Requião, seu titular, no plenário de número 09 das Comissões - Ala Alexandre Costa do Senado Federal, para apreciação da Pauta 09 de 2002. Compareceram o Senador Roberto Requião, Presidente; Deputado Feu Rosa, Secretário-Geral; Senadora Emília Fernandes, Secretária-Geral Adjunta; Senador Arlindo Porto, Senador Lúdio Coelho, Deputado Júlio Redecker, Deputada Marisa Serrano, Deputado Paulo Gouvêa - membros titulares e os Senhores: Senador Luiz Otávio; Deputado Edinho Bez e Deputado Osmar Serraglio - membros suplentes. Deixaram de registrar suas presenças os membros titulares, Senadores Antero Paes de Barros; Casildo Maldaner, Geraldo Althoff, José Fogaça e os Deputados Confúcio Moura, Darcísio Perondi, Ney Lopes e Paulo Delgado. Registraram suas presenças os Senhores Senadores Roberto Saturnino e Eduardo Siqueira Campos - não membros. **ABERTURA** - Havendo número regimental o Presidente abriu os trabalhos, colocou em discussão e votação as Atas da Terceira e Quarta Reuniões Extraordinária de Audiência Pública e Ordinária Deliberativa, respectivamente, de vinte e sete de março de dois mil e dois e dois de abril de dois mil e dois, que após solicitada a dispensa das leituras pelo Deputado Júlio Redecker, foram aprovadas por unanimidade. **1 - DISTRIBUIÇÃO** - Foi feita a distribuição de número 04, em vinte e quatro de abril de dois mil e dois, contendo as seguintes proposições: **1)** - Mensagem nº 49, de 2002, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do "Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologias Espaciais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo à Concessão de Reciprocidade na Aquisição de Equipamentos para a Cooperação Espacial", celebrado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001", ao Deputado Dr. Rosinha; **2)** - Mensagem nº 121, de 2002, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Circulação de Produtos Alimentícios, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 1999", ao Deputado Vicente Caropreso; **3)** - Mensagem nº 209, de 2002, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução para Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do MERCOSUL, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000", à Deputada Marisa Serrano; **4)** - Mensagem nº 210, de 2002, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o Texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do MERCOSUL, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000", ao Deputado Feu Rosa; **5)** - Mensagem

"Fórum de Debates 2002", que abordou o tema: "Mercosul versus Alca", no último dia dezoito de abril. Transmitiu ao plenário o convite feito pelo Presidente Pró Tempore da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Senador Raúl Alfonsín, para reunião, nos dias dezoito e dezoito de maio, em Madri, Espanha, objetivando fortalecer os Parlaentos de Integração Regional, bem como a expansão das relações entre estes Parlaentos, e que acontecerá paralelamente à reunião de cúpula dos Presidentes da Europa, da América do sul e do Caribe. Lembrou aos Parlamentares sobre a consulta do dia e horário das reuniões da Comissão. O Presidente delegou à Deputada Marisa Serrano, a organização da delegação que estará presente na reunião do Parlamento Cultural do Mercosul – PARCUM, na cidade de Assunção, Paraguai, nos dias dezoito, vinte e vinte e um de maio do corrente ano, a convite daquela Presidência. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezoito horas e sete minutos, antes convocando reunião ordinária para a próxima terça-feira, dezoito de maio, às dezoito horas e trinta minutos. Para constar, eu, Antônio Ferreira Costa Filho,  Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Senador Roberto Requião,  Presidente.

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Seção Brasileira)**

**51ª LEGISLATURA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA**

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2002.

Às quinze horas e vinte minutos do dia onze de junho de dois mil e dois, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL - Representação Brasileira, sob a presidência do Senador Roberto Requião, seu titular, no plenário de número 09 das Comissões – Ala Alexandre Costa do Senado Federal, para apreciação da Pauta 13 de 2002. Compareceram o Senador Roberto Requião, Presidente; Deputado Feu Rosa, Secretário-Geral; Senador Casildo Maldaner; Senador Lúdio Coelho, Senador Arlindo Porto; Deputado Paulo Gouvêa; Deputado Confúcio Moura; Deputado Paulo Delgado; Deputado Júlio Redecker - membros titulares e os Senhores: Senador Waldeck Ornelas; Senador Luiz Otávio; Deputado Dr. Rosinha; e Deputado Inácio Arruda - membros suplentes. Deixaram de registrar suas presenças os membros titulares, Senadores José Fogaça; Adir Gentil; Antero Paes de Barros; Emília Fernandes, e os Deputados Marisa Serrano, Ney Lopes e Darcísio Perondi.

ABERTURA – Havendo número regimental o Presidente abriu os trabalhos, colocou em discussão e votação a Ata da Quinta Reunião Ordinária Deliberativa, de sete de maio de dois mil e dois, que após solicitada a dispensa da leitura pelo Deputado Júlio Redecker, foi aprovada por unanimidade. **1 - ORDEM DO DIA – 1)** Requerimento do Senhor Deputado Inácio Arruda que "solicita a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre projeto de lei norte-americano que cria a Agência de Promoção de Comércio (Trade Promotion Authority – TPA) dos Estados Unidos da América, já aprovado na Câmara de Representantes dos Estados Unidos, no dia 06 de dezembro de 2001 e enviado, em 28 de fevereiro de 2002, para a Comissão de Finanças do Senado dos EUA".

Aprovado. 2) Requerimento do Senhor Deputado Inácio Arruda que "solicita a realização de Audiências Públicas da Comissão do Mercosul, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, nos Estados da Federação, para discutir com a sociedade brasileira sobre as consequências da implantação da ALCA". **Aprovado. 3)** Requerimento do Senhor Senador Roberto Requião que "solicita Reunião Externa da Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, objetivando a realização do Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça". O Plenário opinou favoravelmente à sugestão do Presidente para Reunião Conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Aprovado para Reunião Conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. 4)** Apresentação, discussão e votação da complementação de voto (adendo) ao Relatório da Senadora Emília Fernandes ao Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2001 (do Senador Roberto Saturnino) - que "Convoca plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Associação de Livre Comércio das Américas pelo prazo de vinte anos." Relatório: Favorável ao referendo. VISTA concedida ao Senador Luiz Otávio, que apresentou VOTO EM SEPARADO,

contrário à proposição. **Retirado de pauta. 5)** Apresentação, discussão e votação do Relatório do Senador José Fogaça à Mensagem nº 27, de 2001 (do Poder Executivo) - que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos de Renda, Prevenir e Combater e Evasão Fiscal e sobre Matérias Aduaneiras, celebrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 20 de setembro de 2000." Relatório: Favorável. Lido o Relatório pelo Deputado Júlio Redecker. Não houve quem quisesse discutir a matéria. **Aprovado.**

6) Apresentação, discussão e votação do Relatório do Deputado Dr. Rosinha à Mensagem nº 49, de 2002 (do Poder Executivo) - que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do 'Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologias Espaciais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativa à Concessão de Reciprocidade na Aquisição de Equipamentos para a Cooperação Espacial', celebrado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001." Relatório: Favorável. Lido o Relatório pelo Senador Lúdio Coelho. Não houve quem quisesse discutir a matéria. **Aprovado. EXTRAPAUTA - 1)** Requerimento do Deputado Júlio Redecker, para realização de reunião externa na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, para discutir os problemas de Integração Fronteiriça. **Aprovado.**

2) Discussão e votação de Anteprojeto de Resolução, que "Altera a Resolução nº 1, de 1996-CN, que 'dispõe sobre a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de inclusão de dotação específica nos orçamentos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para atender às despesas da representação'", proposto pelo Senador Roberto Requião, que sugere seja formalizado como de autoria da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. **Aprovado. III – COMUNICAÇÕES –** O Presidente comunicou sobre a Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta, a ser realizada na cidade de Buenos Aires, Argentina, nos próximos dias três e quatro de julho, quando será transferida a Presidência Pró Tempore para o Brasil, seguida da Reunião de Chefes de Estado do Mercosul, dia cinco de julho. Ressaltando a importância da presença dos Parlamentares Membros da Representação Brasileira no referido evento, o Presidente solicitou empenho na participação. Convidou, ainda, o Deputado Paulo Gouvêa para relatar o resultado da Reunião realizada em Washington, nos últimos dias cinco, seis e sete de junho, na próxima Reunião Ordinária da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, antes convocando reunião ordinária para a próxima terça-feira, dezoito de junho, às catorze horas e trinta minutos. Para constar, eu, Antônio Ferreira Costa Filho, _____ Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Senador Roberto Requião,

Presidente.

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Seção Brasileira)**

**51ª LEGISLATURA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA**

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2002.

Às quinze horas e quinze minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dois, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL - Representação Brasileira, sob a presidência do Senador Roberto Requião, seu titular, no plenário de número 09 das Comissões – Ala Alexandre Costa do Senado Federal, para apreciação da Pauta 14 de 2002. Compareceram o Senador Roberto Requião, Presidente; Deputado Feu Rosa, Secretário-Geral; Senadora Emília Fernandes, Secretária-Geral Adjunta, Senador José Fogaça; Senador Lúdio Coelho, Deputado Paulo Gouvêa; Deputado Confúcio Moura - membros titulares e os Senhores: Senadora Marluce Pinto, Senador Luiz Otávio e Deputado Inácio Arruda - membros suplentes. Compareceu também o Senador Roberto Saturnino, não membro. Deixaram de registrar suas presenças os membros titulares, Senadores Casildo Maldaner; Adir Gentil; Antero Paes de Barros; Arlindo Porto, e os Deputados Marisa Serrano, Ney Lopes, Darcísio Perondi, Paulo Delgado e Júlio Redecker. **ABERTURA** – Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos, e consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura da Ata da Sexta Reunião Ordinária Deliberativa, realizada no dia onze de junho de dois mil e dois, informando que cópia da mesma havia sido previamente distribuída aos membros da Comissão, e com sua concordância submeteu-a à apreciação. Em votação, a Ata foi aprovada unanimemente. **I – EXPEDIENTE:** Apresentação, pelo Deputado Paulo Gouvêa, do relatório da Reunião que teve como objetivo intensificar as relações entre o Congresso dos Estados Unidos e os países integrantes do Mercosul, ocorrida em Washington, DC, nos dias 5, 6 e 7 de junho corrente, promovida pelo Center for Strategic & International Studies. O Deputado Paulo Gouvêa procedeu à leitura do seu Relatório, discorreu sobre os compromissos de agenda, devidamente cumpridos, e sobre os temas discutidos com as autoridades presentes no evento, dando ênfase às questões relacionadas com a crise argentina e criação da ALCA. Usaram da palavra para discutir o relatório a Senadora Emília Fernandes, que solicitou ao Deputado Paulo Gouvêa a retirada da expressão “elogiadas”, referente à posição do candidato da oposição à Presidência

da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a posições americanas, frente ao protecionismo; Deputado Feu Rosa, para ressaltar que o relatório retrata fielmente a participação da comitiva no evento e que, com a anuência do autor, subscrevia o mesmo; Senador José Fogaça, que sugeriu a criação de jurisprudência, no âmbito da Comissão, concernente a viagens internacionais, relativa a questões procedimentais; Senador Roberto Requião, para elogiar o relatório apresentado e determinar que a discordância apresentada pela Senadora Emília Fernandes constasse da presente Ata. **II – ORDEM DO DIA – 1)** Requerimento da Senadora Emília Fernandes que "Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, sobre uma Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre o Uruguai". **Aprovado.** **2)** Apresentação, discussão e votação da complementação de voto (adendo) ao Relatório da Senadora Emília Fernandes ao Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2001 (do Senador Roberto Saturnino) - que "Convoca plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Associação de Livre Comércio das Américas pelo prazo de vinte anos." Relatório: Favorável ao referendo. VISTA: concedida ao Senador Luiz Otávio, que apresentou VOTO EM SEPARADO, contrário à proposição. **Não deliberado.** Em observância ao disposto no Parágrafo único do art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal, o Presidente encerrou os trabalhos às dezesseis horas e dezesseis minutos, antes convocando reunião ordinária para a próxima terça-feira, dia vinte e cinco de junho, às quatorze horas e trinta minutos. Para constar, eu, Antônio Ferreira Costa Filho,  Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Senador Roberto Requião,  Presidente.

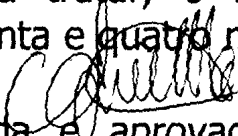
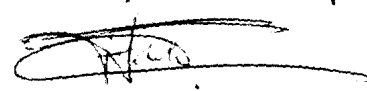
**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Seção Brasileira)**

**52ª LEGISLATURA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DE
PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE, SECRETÁRIO-GERAL E
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO)**

REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2003.

Às quinze horas e dezoito minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e três, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, no plenário número dezesseis do Anexo II da Câmara dos Deputados, para a eleição do Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto deste Órgão Técnico, conforme leitura de constituição desta Comissão pela Presidência do Senado Federal na Sessão de vinte e seis de maio de dois mil e três, na presente Sessão Legislativa. Assumiu a presidência dos trabalhos, na qualidade de Presidente, o Deputado Leodegar Tiscoski. A Lista de Presença registrou o comparecimento dos Senadores Eduardo Suplicy, Ideli Salvati, Pedro Simon, Rodolpho Tourinho e Romero Jucá – membros titulares e Marcelo Crivella – membro suplente e os Deputados Leodegar Tiscoski, Dr. Rosinha, Feu Rosa, Gervásio Silva, Inácio Arruda, João Herrmann Neto, Osmar Serraglio, Roberto Jefferson e Welinton Fagundes – membros titulares e Edison Andrino, Júlio Redecker, Paulo Bauer e Paulo Delgado – membros suplentes. Deixaram de registrar suas presenças os Senadores Eduardo Azeredo, Jorge Bornhausen, Sérgio Zambiasi e a Deputada Zulaiê Cobra. Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou os nomes dos candidatos aos cargos de Presidente, Deputado Dr. Rosinha e Deputado Feu Rosa; de Vice-Presidente, Senador Pedro Simon; Secretário-Geral, Senador Rodolpho Tourinho; e Secretário-Geral Adjunto, Deputado Roberto Jefferson. A seguir o Presidente designou o Deputado João Herrmann para servir como secretário. Finda a votação, foi constatada a coincidência entre o número de cédulas e de votantes. Processada a apuração, o Presidente anunciou o seguinte resultado: para Presidente, Deputado Dr. Rosinha, com dez votos. Para Vice-Presidente, Senador Pedro Simon, com dez votos. Para Secretário-Geral, Senador Rodolpho Tourinho, com dez votos. Para Secretário-Geral Adjunto, Deputado Roberto Jefferson, com dez votos. A seguir o Deputado Leodegar Tiscoski convidou o Deputado

Dr. Rosinha a assumir a presidência, declarando-o empossado. O Presidente eleito, Deputado Dr. Rosinha, declarou empossados o Senador Pedro Simon, o Senador Rodolpho Tourinho e o Deputado Roberto Jefferson. A seguir, o Presidente facultou a palavra aos presentes. Dela fizeram uso, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy, que parabenizou os eleitos e informou da presença de um Projeto de Lei, de sua autoria, em tramitação na Comissão; e o Deputado Júlio Redecker, que também parabenizou os eleitos e sugeriu "repaginar os caminhos da Comissão", com a realização de um Seminário Interno, sugestão acatada pelo Presidente, que colocará para apreciação, em reunião próxima. Ainda, o Presidente informou que fará, por escrito, consulta aos membros sobre horário e dia para as reuniões, bem como providenciará um calendário de trabalho a ser apreciado pelo plenário da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. E, para constar, eu Antônio Ferreira Costa Filho, , Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional, tendo como anexo a relação dos membros da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, indicados pelas respectivas lideranças. Deputado Dr. Rosinha, , Presidente.

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Seção Brasileira)**

**52ª LEGISLATURA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA**

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2003.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia cinco de junho de dois mil e três, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL - Representação Brasileira, sob a presidência do Deputado Dr. Rosinha, seu titular, no plenário de número 06 das Comissões – Ala Nilo Coelho do Senado Federal, para apreciação da Pauta 02 de 2003. Compareceram o Deputado Dr. Rosinha, Presidente e o Senador Pedro Simon, Secretário-Geral; os Senadores Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi e os Deputados Gervásio Silva, Leodegar Tiscoski e Osmar Serraglio - membros titulares; o Senador Romeu Tuma, os Deputados Celso Russomanno, Edison Andrino, Edson Ezequiel e Júlio Redecker – membros suplentes. Deixaram de registrar suas presenças os membros titulares, Senadores Eduardo Azeredo, Ideli Salvatti, Jorge Bornhausen, Osmar Dias, Rodolpho Tourinho e os Deputados Feu Rosa, Inácio Arruda, João Herrmann Neto, Roberto Jefferson, Welinton Fagundes e Zulaiê Cobra.

ABERTURA – Havendo número regimental o Presidente abriu os trabalhos, colocou em discussão e votação as Atas de números seis e hum, das Reuniões de onze de junho de dois mil e dois e vinte oito de maio de dois mil e três, respectivamente, que após solicitada a dispensa da leitura das mesmas pelo Deputado Gervásio Silva, foram aprovadas por unanimidade. **I - DISTRIBUIÇÃO**

- Foi feita a distribuição de número 01, contendo as seguintes proposições: **(01)** Mensagem nº 121, de 2002, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Circulação de Produtos Alimentícios, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 1999", ao Senador Romero Jucá; **(02)** Mensagem nº 258, de 2002, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000", ao Senador Jorge Bornhausen; **(03)** Mensagem nº 292, de 2002, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos entre os Estados partes do MERCOSUL, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000", ao Senador Rodolpho Tourinho; **(04)** Mensagem nº 961, de 2002, do Poder Executivo, que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Jurisdição em Matéria de Contrato de Transporte Internacional de Carga entre os Estados Partes do Mercosul, assinado em Buenos Aires, em 05 de julho de 2002", ao Senador Eduardo Azeredo; **(05)** Mensagem nº 167, de 2003, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa

do Brasil e da República Oriental do Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, celebrado em Montevideu, em 21 de agosto de 2002", ao Senador Eduardo Azeredo; **06)** Mensagem nº 975, de 2002, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Emenda ao Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, assinada em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002, que modifica o Protocolo de Las Lenas, promulgado no Brasil pelo Decreto Federal nº 2067, de 12 de novembro de 1996", ao Senador Sérgio Zambiasi; **07)** Mensagem nº 1.034, de 2002, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, aprovado em Montevideu, em 19 de junho de 2001, entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, como Estados Partes do Mercosul, e a República da Bolívia", ao Senador Mozarildo Cavalcanti; **08)** Mensagem nº 1.123, de 2002, do Poder Executivo, que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, República da Bolívia e a República do Chile, assinado em Buenos Aires, em 05 de julho de 2002", ao Deputado Gervásio Silva; **09)** Mensagem nº 99, de 2003, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais, assinado em Buenos Aires, em 9 de dezembro de 2002", ao Deputado Gervásio Silva; **10)** Mensagem nº 209, de 2002, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução para Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000", ao Deputado Osmar Serraglio; **11)** Mensagem nº 87, de 2003, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do MERCOSUL, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002", ao Deputado Feu Rosa; **12)** Mensagem nº 96, de 2003, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no nível de Pós-Graduação entre os Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002", ao Deputado Leodegar Tiscoski; **13)** Mensagem nº 100, de 2003, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002", ao Deputado Leodegar Tiscoski; **14)** Mensagem nº 97, de 2003, do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, assinado em Brasília, em 5

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Seção Brasileira)**

**52ª LEGISLATURA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA**

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2003.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e três, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL - Representação Brasileira, sob a Presidência do Deputado Dr. Rosinha, seu titular, no plenário de número 16, Anexo II, da Câmara dos Deputados, para apreciação da Pauta 03 de 2003. Compareceram o Deputado Dr. Rosinha, Presidente; o Senador Pedro Simon, Vice-Presidente; o Senador Rodolpho Tourinho, Secretário-Geral; o Deputado Roberto Jefferson, Secretário-Geral Adjunto; os Senadores Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Eduardo Azeredo e os Deputados Zulaiê Cobra, Osmar Serraglio, Feu Rosa, Leodegar Tiscoski, Welinton Fagundes, Inácio Arruda e João Herrmann Neto - membros titulares; o Senador Leonel Pavan, os Deputados Júlio Redecker, Arnaldo Faria de Sá e Neucimar Fraga - membros suplentes. Deixaram de registrar suas presenças os membros titulares, Senadores Romero Jucá, Jorge Bornhausen, Ideli Salvatti, Osmar Dias, Mozarildo Cavalcanti e o Deputado Gervásio Silva. **ABERTURA** - Havendo número regimental o Presidente abriu os trabalhos, colocou em discussão e votação a Ata de número dois, da Reunião Ordinária Deliberativa de cinco de junho de dois mil e três, que após solicitada a dispensa da leitura da mesma pelo Deputado Júlio Redecker, foi aprovada por unanimidade. **I - DISTRIBUIÇÃO** - Foi feita a distribuição do Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2003 (da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional) - que "Aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), celebrado em Brasília, em 30 de janeiro de 2002", ao Deputado Dr. Rosinha. **II - EXPEDIENTE:** o Senador Mozarildo Cavalcanti encaminhou à Comissão, requerimento de licença dos trabalhos no período de vinte e quatro a vinte e seis do corrente mês, justificando compromissos políticos-partidários em seu estado de origem. O Presidente, antes de iniciar a Ordem do Dia, comunicou que a Comissão convocará reuniões ordinárias deliberativas no período da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, no decorrer do mês de julho de 2003, amparada pelo art. 151, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com pauta a ser definida pela Mesa Executiva. A seguir, o Senador Eduardo Suplicy justificou sua retirada, tendo em vista a presidência dos trabalhos na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal e solicitou, pela ordem, inversão de pauta, acatada pelo plenário, após aprovação da Extrapauta, que continha proposição de seu interesse. **EXTRAPAUTA -1)** Apresentação, discussão e votação do relatório favorável do deputado João Herrmann Neto, oferecido ao **Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2003** (do Senador Eduardo Suplicy) - que "Define os objetivos, métodos

e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais ou bilaterais". Relatório: Favorável, lido pelo Deputado Júlio Redecker, designado relator *ad hoc*, pelo Presidente, que justificou a ausência do Deputado João Herrmann Neto. Discutiram a matéria o Senador Eduardo Suplicy, Senador Rodolpho Tourinho e Deputado Júlio Redecker. Resultado: Concedida vista conjunta aos Senhores Senador Pedro Simon, Senador Rodolpho Tourinho e Deputado Júlio Redecker. **III – ORDEM DO DIA: 2)** - Apresentação, discussão e votação do Relatório do Senador Romero Jucá ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2003** (da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional) - que "Aprova o texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao Imposto sobre a Renda, celebrada em Santiago, em 3 de abril de 2001." Relatório: Favorável, lido pelo Deputado Osmar Serraglio, designado Relator *ad hoc*, pelo Presidente. Discutiu a matéria o Senador Rodolpho Tourinho. Resultado: Aprovado. **3)** - Apresentação, discussão e votação do Relatório do Deputado Dr. Rosinha ao **Projeto de Lei nº 454, de 2003** (do Sr. Antônio Carlos Mendes Thame) - que "Suspende as preferências tarifárias no comércio interno do Mercosul para o açúcar e todos os produtos alimentícios que contenham 10% ou mais de açúcar em sua composição." Relatório: Contrário. Resultado: Concedida vistas conjuta aos Senhores Senador Rodolpho Tourinho e Júlio Redecker. **4)** - Apresentação, discussão e votação do Relatório do Senador Sérgio Zambiasi à **Mensagem nº 975, de 2002** (do Poder Executivo) - que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Emenda ao Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, assinada em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002, que modifica o Protocolo das Las Leñas, promulgado no Brasil pelo Decreto Federal nº 2067, de 12 de novembro de 1996." Relatório: Favorável, dispensado da leitura pelo Relator. Não houve quem quisesse discutir a matéria. Resultado: Aprovado. **5)** - Apresentação, discussão e votação do Relatório do Deputado Dr. Rosinha ao **Projeto de Lei nº 448, de 2003** (do Sr. Antônio Carlos Mendes Thame) - que "Inclui o trigo NCM 1001.90.90 na lista de exceção à Tarifa Externa Comum." Relatório: Contrário. Concedida vistas ao Deputado Júlio Redecker. O Deputado Dr. Rosinha passou a Presidência dos trabalhos ao Senador Rodolpho Tourinho. **EXTRAPAUTA - 6)** - Requerimento dos Deputados Colombo e Dr. Rosinha que requer "Audiência conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e a Frente Parlamentar em Defesa do Financiamento Público e da Soberania Nacional da Câmara dos Deputados para conhecer o *Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata – FONPLATA*, como um possível banco regional e a opinião de cada um dos países membros". Resultado: Aprovado. **7)** - Discussão e votação do relatório do Deputado Dr. Rosinha, ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2003** (da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional) - que "Aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), celebrado em Brasília, em 30 de janeiro de 2002". Relatório: Favorável, dispensado da leitura pelo Relator. Não houve quem quisesse discutir a matéria. Resultado: Aprovado. O Senador Rodolpho Tourinho retornou a Presidência dos trabalhos ao Deputado Dr. Rosinha. O Presidente passou a palavra ao Senador

Sérgio Zambiasi que encaminhou à Mesa, convite do Deputado Estadual Berfran Rosado, Presidente da Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a esta Comissão, para a realização de uma reunião entre as Comissões em apreço, com a finalidade de tratar de assuntos comuns relativos ao Mercosul, bem como com as demais Assembléias Legislativas dos Estados fronteiriços. O Presidente, Dr. Rosinha, deferiu o convite esclarecendo que as reuniões com os Legislativos Estaduais, sugeridas pelo Senador, constam da Proposta de Trabalho da Comissão, em elaboração, e oportunamente encaminhar-se-á aos Senhores Parlamentares, que contém ainda a realização de um grande seminário, em 2004, em Brasília, reunindo todas as Assembléias Legislativas e as Secretarias de Indústria e Comércio num esforço para ampliar, fortalecer e consolidar o Mercosul, internamente, bem como a realização de um seminário de agricultura familiar entre os estados fronteiriços do Mercosul, sugerido pelo Ministério da Reforma Agrária, tendo a Comissão como co-autora do evento. Ainda, o Senador Sérgio Zambiasi justificou a urgência de um maior relacionamento entre o Legislativo Federal e os Legislativos Estaduais dos Estados Fronteiriços do Mercosul na discussão de legislação comum que favoreçam o cotidiano das suas populações, em especial o cumprimento da Resolução CMC 18/94, que trata do limite de cotas entre os países da região fronteiriça, e encaminhou ainda, à Mesa, denúncia de maus tratos sofridos pelo ex-Deputado Federal Fetter Junior, sua esposa Deputada Estadual Leila Maria Wulff Fetter-RS e filhas, na Argentina. O Presidente informou ao Senador Sérgio Zambiasi que tomará medidas junto ao Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada da Argentina, no Brasil, para esclarecimento dos fatos relatados. O Deputado Welinton Fagundes sugeriu a convocação do Ministro das Relações Exteriores, em audiência pública, com a finalidade de esclarecer o relacionamento do Ministério com a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. O Presidente informou que solicitou, junto ao Ministério das Relações Exteriores, uma reunião de trabalho com o Embaixador Felipe Macedo para diferentes tratativas, inclusive a que preocupa o Deputado Welinton Fagundes que, em não se sentindo contemplado com os resultados, encaminharia então requerimento à esta Comissão. Ainda, o Presidente deu ciência da presença da Comissão, através da delegação composta pelos membros, Deputado Dr. Rosinha, Deputado Welinton Fagundes, Deputado João Herrmann, Senador Rodolfo Tourinho, bem como pelo Secretário Antonio Costa Ferreira Filho e a Consultora do Senado Federal Maria Cláudia Drumond, na Reunião Quadripartite da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, nos dias 16 e 17 de junho passados, na cidade de Assunção, Paraguai, e na Reunião de Presidentes da República dos Países Membros do Mercosul, no dia 18 de junho, ainda em Assunção e, cujos acordos assinados pelos Presidentes, relatório da viagem e demais documentos, serão enviados aos Senhores Parlamentares. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dez horas e cinquenta e um minutos. Para constar, eu, Antônio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Deputado Dr. Rosinha, Presidente.

SENADO FEDERAL**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SUBSECRETARIA DE COMISSÕES****SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****(*) TERMO DE REUNIÃO**

A Reunião de Instalação da Comissão Mista Especial, criada através do Requerimento nº 10, de 2003-CN, **destinada a Fiscalizar em todo Território Nacional, a Posse, o Porte a Comercialização de Armas e Munições**, convocada para o dia dez do mês de julho do ano de dois mil e três, às dezessete horas, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, não foi realizada por falta de **quórum**. Compareceram os Senadores Romero Jucá e Mozarildo Cavalcanti e os Deputados Antônio Carlos Biscaia, Luiz Eduardo Greenhalgh e Pastor Francisco Olimpio.

Para constar, lavrei o presente Termo, que assinado _____ por mim, Janice de Carvalho Lima, matrícula 4750, Secretária da Comissão – Senado Federal.

Sala das Comissões, 01 de agosto de 2003. – Janice de Carvalho Lima, Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito.

(*) Republicado por haver saído com omissão no Diário do Senado Federal, de 24 de Julho de 2003, página 20037.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

(*) TERMO DE REUNIÃO

A Reunião de Instalação da Comissão Mista Especial, criada através do Requerimento nº 10, de 2003-CN, **destinada a Fiscalizar em todo Território Nacional, a Posse, o Porte a Comercialização de Armas e Munições**, convocada para o dia quinze do mês de julho do ano de dois mil e três, às dezessete horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, não foi realizada devido à decisão dos Senhores Parlamentares membros presentes, de indicar o Senador Romeu Tuma e o Deputado Antônio Carlos Biscaia para manter entendimento com o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo da Cunha, visando analisar o momento oportuno para a instalação da mesma, em razão do funcionamento da Comissão Mista, criada pelo Ato Conjunto nº 01, de 2003, para no prazo de quinze dias, consolidar os projetos de lei em tramitação em ambas as Casas que tratem da questão do porte de armas. Compareceram os Senadores Romeu Tuma e Mozarildo Cavalcanti e os Deputados Custódio de Mattos, Michel Temer, Antônio Carlos Biscaia, José Eduardo Cardoso e Arnaldo Faria de Sá.

Para constar, lavrei o presente Termo, que assinado _____ por mim, Janice de Carvalho Lima, matrícula 4750, Secretária da Comissão – Senado Federal.

Sala das Comissões, 01 de agosto de 2003. – Janice de Carvalho Lima, Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito.

(*) Republicado por haver saído com omissão no Diário do Senado Federal, de 24 de Julho de 2003, página 20037.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata circunstanciada da 5ª reunião, realizada em 2 de junho de 2003.

(A ÍNTEGRA DA ATA ENCONTRA-SE EM MEIO MAGNÉTICO)

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4472, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014108/03-8,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 4462, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2806, de 01/08/2003, que nomeou **SABRINA CRAIDE** para o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2003.



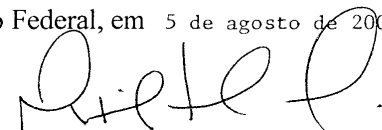
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4473, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013929/03-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUIS RENE FERREIRA**, matrícula n.º 33910, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 01 de agosto de 2003.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2003.



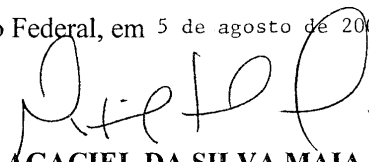
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4474 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013932/03-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADRIANA DE RESENDES FERREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

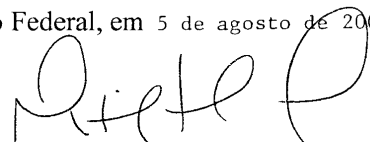
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4475 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013931/03-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VANESSA AMORIM MILIOLI BITTENCOURT** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

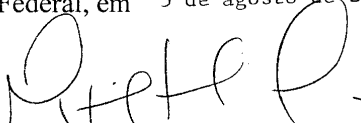
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4476 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013930/03-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FABIANO BITTENCOURT**, matrícula n.º 33445, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 01 de agosto de 2003.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2003.



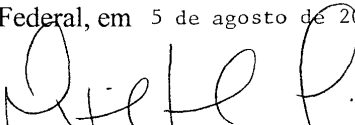
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4477 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013926/03-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VÂNIA CRISTINA VIEIRA**, matrícula n.º 33669, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2003.



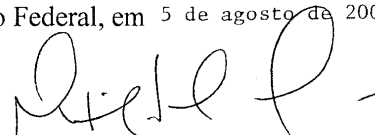
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4478 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013903/03-9,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VANIA CRISTINA VIEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Azeredo.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2003.



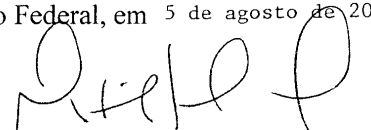
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4479 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013979/03-5,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SAMANTA ALMEIDA DE ALMEIDA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 5 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4480 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **ELIAS LYRA BRANDÃO**, matrícula nº 1312 e, **NIDOVAL PINTO DA SILVA**, matrícula nº 1703, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 013509/03-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 de agosto de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4481 , DE 2003**

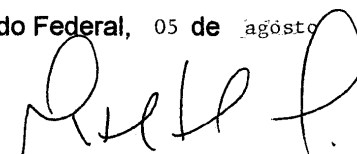
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **ADRIANO BEZERRA DE FARIA**, matrícula nº 2438 e, **FRANCISCO MÁRIO RIBEIRO DE BARROS**, matrícula nº 4247, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 003944/03-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 de agosto de 2003.



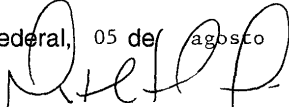
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4482 , de 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Designar a servidora **MARIÂNGELA FRECHIANI ZANELLO**, matrícula **2981**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo **FC-6**, do Serviço de Impressão Tipográfica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **segundo turno** de trabalho, com efeitos financeiros a partir de **25 de julho de 2003**.

Senado Federal, 05 de agosto de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4483 , de 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Designar o servidor **AMARO ULISSES GOMES CAMPELO**, matrícula **3439**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo **FC-6**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **segundo turno** de trabalho, com efeitos financeiros a partir de **01 de agosto de 2003**.

Senado Federal, 05 de agosto de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4484 , de 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **ROBERTO DE CAMPOS NOGUEIRA**, matrícula **3029**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC06**, de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, e designá-lo para exercer a função comissionada de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo **FC06**, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **terceiro turno**, com efeitos financeiros a partir de **01 de agosto de 2003**.

Brasília, 05 de agosto de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4485 , de 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **JAIRO VALLE**, matrícula **3653**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC06**, de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, do Serviço de Impressão Tipográfica, da Subsecretaria Industrial, e designá-lo para exercer a função comissionada de **CHEFE DE SERVIÇO**, Símbolo **FC07**, do Serviço de Impressão de Publicações Oficiais, da Secretaria Especial de editoração e Publicações, responsável pelo **terceiro turno**, com efeitos financeiros **a partir de 25 de julho de 2003**.

Brasília, 03 de agosto de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 4486 , de 2003.**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **PAULO CÉSAR GUIMARÃES SILVA**, matrícula **2628**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **CHEFE DE SERVIÇO**, Símbolo **FC-7**, do Serviço de Impressão de Publicações Oficiais, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros **a partir de 25 de julho de 2003**.

Senado Federal, 05 de agosto

de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

BAHIA		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
GOIÁS		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
PARAÍBA		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	RORAIMA	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR
A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**
TEMPORÁRIA
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
PMDB	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
PFL	
Roseana Sarney	1.
PSDB	
Lúcia Vânia	1.
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
PMDB	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
PFL	
Leomar Quintanilha	1.
PSDB	
Antero Paes de Barros	1.
PPS	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
PMDB	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
PFL	
Jonas Pinheiro	1.
PSDB	
Eduardo Azeredo	1.
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Vago	1.
Vago	2.
PMDB	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
PFL	
Renildo Santana	1.
PSDB	
Reginaldo Duarte	1.
PDT	
Augusto Botelho	1.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..

Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA ²

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) ⁷			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo ¹	GO	3148
PFL ⁶		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT ⁵		
Senadora Serys Slhessarenko ¹	MT	2291
PSDB ⁶		
Senadora Lúcia Vânia ¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho ³	RR	2041
PTB ⁵		
Senador Papaléo Paes ¹⁻⁵	AP	3253
PSB ⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior ²	AC	1078
PL ⁵		
Senador Magno Malta ¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes ¹	CE	2301

Atualizada em 7.5.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PI)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RR)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada 18.02.2003)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Senador ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽²⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
PPS ⁽¹⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Nota:

⁽¹⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽²⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> (<i>aguardando definição</i>)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

Comissão Representativa do Congresso Nacional

Composição: 17 Deputados e 8 Senadores

Presidente: Senador José Sarney

Vice-Presidente: Deputado

Secretário:

Mandato: de 1º a 31 de julho de 2003

SENADORES

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

MINORIA (PFL/PSDB)

Romeu Tuma-SP	1. Paulo Octávio-DF
Lúcia Vânia-GO	2. Leonel Pavan -SC

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL)

Eurípedes Camargo-DF	1. Eduardo Suplicy-SP
Ideli Salvatti-SC	2. Marcelo Crivella-RJ

PMDB

José Sarney-AP	1. Romero Jucá-RR
Renan Calheiros-AL	2. Luiz Otávio-PA

PDT

Jefferson Peres-AM	1. Almeida Lima-SE
--------------------	--------------------

PPS(*)

Mozarildo Calvanti-RR	1. Patrícia Saboya Gomes-CE
-----------------------	-----------------------------

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PT

Carlito Merss-SC	1. Neyde Aparecida-GO
Maninha-DF	2. Rubens Otoni-GO
Wasny de Roure-DF	3. Virgílio Guimarães-MG

PFL

Fernando de Fabinho-BA	1. Gervásio Silva-SC
José Roberto Arruda-DF	2. Paes Landim-PI
José Thomaz Nonô-AL	3. Paulo Bauer-SC

PMDB

Paulo Lima-SP	1. Carlos Sampaio-SP
Pedro Novais-MA	2. Eduardo Paes-RJ

PSDB

Átila Lira-PI	1. Carlos Sampaio-SP
Júlio Redecker-RS	2. Eduardo Paes-RJ

PP

Márcio Reinaldo Moreira-MG	1. Roberto Balestra-GO
----------------------------	------------------------

PTB

Roberto Jefferson-RJ	1. José Carlos Martinez-PR
----------------------	----------------------------

PL

Bispo Rodrigues-RJ	1. Sandro Mabel-GO
--------------------	--------------------

PSB

Eduardo Campos-PE	1. Gonzaga Patriota-PE
-------------------	------------------------

PPS

Júlio Delgado-MG	1. Colbert Martins-BA
------------------	-----------------------

PDT

Severiano Alves-BA	1. VAGO
--------------------	---------

PC do B

Vanessa Grazziotin-AM	1. Renildo Calheiros-PE
-----------------------	-------------------------

(*) Resolução nº 2, de 2000-CN

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X -- Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 164 PÁGINAS